

ÍNDICE VOLUME II

6. ESTRUTURA URBANA	1
6.1. Estrutura urbana – Ocupação do território	1
6.1.1. Introdução dos diferentes tipos de ocupação AUGI	1
6.1.2. Análise evolutiva da ocupação – esquemas das dinâmicas de ocupação.....	2
6.2. Análise da estrutura cadastral	10
6.3. Caracterização dos espaços públicos	12
6.4. Caracterização do edificado	13
6.4.1. Análise do tipo de ocupação por AUGI/zona	14
6.5. Análise processual.....	34
7. POPULAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS.....	39
7.1. Vetores de caracterização	39
7.2. Fontes de informação	40
7.3. População e famílias	43
7.4. Educação e condição perante o trabalho	54
7.5. Edifícios e alojamentos.....	59
7.6. Equipamentos e coesão social	68
8. ATIVIDADES ECONOMICAS	75
8.1. Conclusões e recomendações do Diagnóstico sócio-económico da Vertente Sul de Odivelas	75
9. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	83
10. INFRAESTRUTURAS	84
10.1. Abastecimento de Água para Consumo Humano	84
10.2. Drenagem de Águas Residuais.....	87
10.2.1. Caracterização Geral	87
10.3. Redes de Distribuição de Energia Elétrica	91
10.4. Redes de Gás	92
10.5. Redes de Distribuição de Telecomunicações	92
11. PATRIMÓNIO CULTURAL	94

12. ACUSTICA.....	95
ÍNDICE DAS FIGURAS	101
ÍNDICE DOS GRÁFICOS	103
ÍNDICE DAS TABELAS.....	104
ANEXO I - DIAGNOSTICO SOCIAL - CLDS ODIVELAS _ (volume à parte)	
ANEXO II - ESTUDO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO DA VERTENTE SUL DE ODIVELAS _ (volume à parte)	
ANEXO III - CARACTERIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA, TRÁFEGO E TRANSPORTES ENGIMIND _ (volume à parte)	

(Este texto está de acordo com o novo acordo ortográfico)

EQUIPA

A equipa responsável pela elaboração dos estudos de caracterização que acompanham o Plano de Urbanização da Vertente Sul do Concelho de Odivelas contou com a colaboração dos técnicos da equipa constituída na Câmara Municipal de Odivelas responsável pela gestão da área de intervenção e pela promoção de ações complementares, nomeadamente pela EPRUAC - Equipa de Projeto de Reconversão Urbana de Áreas Críticas, bem como equipa de ligação com as Comissões de Administração Conjunta – CAC.

6. ESTRUTURA URBANA

6.1. Estrutura urbana – Ocupação do território

6.1.1. Introdução dos diferentes tipos de ocupação AUGI

A área de intervenção pode subdividir-se em várias áreas de ocupação ou bairros com características que serão caracterizadas individualmente.

A nordeste da área de intervenção localizam-se os terrenos sem ocupação com AUGI, junto ao Senhor Roubado. Esta zona está parcialmente ocupada a norte, na base da encosta, onde atualmente se situa a estação do metropolitano, o respetivo parque de estacionamento e infraestruturas viárias de apoio. Trata-se, por isso, de uma área onde se localizam essencialmente infraestruturas de mobilidade, circulação e transportes. Nesta área encontram-se também alguns edifícios de habitação junto do limite do plano e um grande volume correspondente a uma unidade fabril que se encontra abandonada. A restante zona a sul, correspondente a grande parte da encosta e cimo da mesma, está livre de ocupação urbana, apresentando apenas alguma vegetação e arborização.

É a partir desta zona, para poente, que se localizam os bairros classificados como AUGI, e que acompanham a maior parte da extensão da encosta situada na área de intervenção. De nascente para poente, são eles: Vale do Forno, Encosta da Luz, Quinta do José Luís, Serra da Luz e Quinta das Arrombas.

Imediatamente a sudoeste do terminal de transportes localiza-se o primeiro bairro denominado Vale do Forno, atravessado por uma linha de água, onde se situam as vias estruturantes no sentido da encosta, a partir das quais se distribuem perpendicularmente as restantes vias.

O bairro da Encosta da Luz encontra-se separado do Vale do Forno por uma faixa onde existe uma linha de água. De todos os bairros existentes na área de intervenção, o bairro da Encosta da Luz é o que apresenta uma estrutura mais regular e uma densidade menor, sendo que maior parte das vias que estruturam o bairro são paralelas à encosta. Em frente a este bairro, situado entre o Rio da Costa e a via rápida, situa-se o bairro Maximino.

O bairro da Quinta do José Luís tem uma dimensão inferior aos bairros que o ladeiam, e uma ocupação também menos densa à semelhança do bairro da Encosta da Luz. A sua estrutura também é relativamente regular mas baseia-se nas vias que se orientam no sentido da encosta e possui alguns volumes de grande dimensão, potencialmente correspondentes a armazéns.

O bairro da Serra da Luz é o maior bairro da área de intervenção e o que apresenta uma ocupação mais densa e desordenada, com uma estrutura urbana bastante irregular, sobretudo a sul, na proximidade do topo da encosta com declives muito acentuados.

Por último, a Quinta das Arrombas corresponde basicamente a uma área que limita o bairro da Serra da Luz, onde se localiza uma faixa ocupada com construção.

As áreas situadas no limite poente da área de intervenção já não correspondem a bairros que integrem AUGI e apresentam algumas variedades de ocupação. Para poente a partir da Serra da Luz e numa área parcialmente isolada, localiza-se o bairro social de Santa Maria e as respetivas casas de São José e as casas do Menino de Deus, caracterizadas pela sua tipologia de habitação coletiva em bandas. Uma parte dos terrenos envolventes a este bairro pertencia ao Governo Civil. No limite da área de intervenção, ainda nesta zona mais desocupada, localiza-se a Escola Profissional Agrícola D. Dinis (da Paiã).

A grande faixa de terreno que se situa ao longo do limite norte da área de intervenção, entre o IC17 e o Rio da Costa é caracterizada por apresentar alguma variedade de ocupações. Para além de alguns armazéns e construções, situam-se também alguns equipamentos como o kartódromo e um campo de jogos em terra batida.

6.1.2. Análise evolutiva da ocupação – esquemas das dinâmicas de ocupação

Com base na informação cartográfica (fotografias aéreas) disponível pelas diferentes datas, foram feitas reconstituições da ocupação e breves análise das dinâmicas de evolução deste 1960 até à atualidade.



Figura 1: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1960 com base nas fotografias aéreas da mesma data

Denota-se que as áreas mais antigas são as que se situam a poente, assim como os dois pequenos núcleos de ocupação onde atualmente se localizam as casas de São José (um dos quais já não existe atualmente). Denotam-se algumas construções muito pontuais nas proximidades do Rio da Costa e algumas tendências de ocupação linear que anunciam o aparecimento das primeiras construções entre os atuais bairros da Serra da Luz e da Quinta do José Luís. No geral, nos anos 60 os bairros ainda eram praticamente inexistentes em toda a área de intervenção.



Figura 2: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1965 com base nas fotografias aéreas da mesma data

De acordo com a cartografia de 1965, houve uma evolução muito significativa nas ocupações da Serra da Luz e Quinta das Arrombas. Embora de forma ainda dispersa, denota-se o aparecimento de um grande número de construções naquela área, ao longo da antiga estrada militar situada no limite do concelho de Lisboa, que se estenderam para norte ao longo da encosta (onde anteriormente não existia nenhuma ocupação) assim como a abertura de uma grande quantidade de caminhos que começaram a delinear a estrutura irregular de ruas que virá a ser mais tarde consolidada. Surgem também nesta data as casas de habitação social do Menino de Deus, pertencentes ao bairro de Santa Maria, nos terrenos do Governo Civil. Nesta fase, os motivos que levaram ao aparecimento das primeiras construções na Serra da Luz prendem-se com o fenómeno dos movimentos migratórios internos gerados pela procura de emprego e que se vieram a localizar nas periferias da cidade de Lisboa. A proximidade da antiga estrada fiscal, que se estende entre a Calçada da Carriche (onde era pago o imposto para entrada na cidade) até ao forte de Santarém, assim como o facto dos terrenos serem pertencentes ao estado, terão sido outros motivos determinantes na escolha daquele local para o desenvolvimento dos bairros.

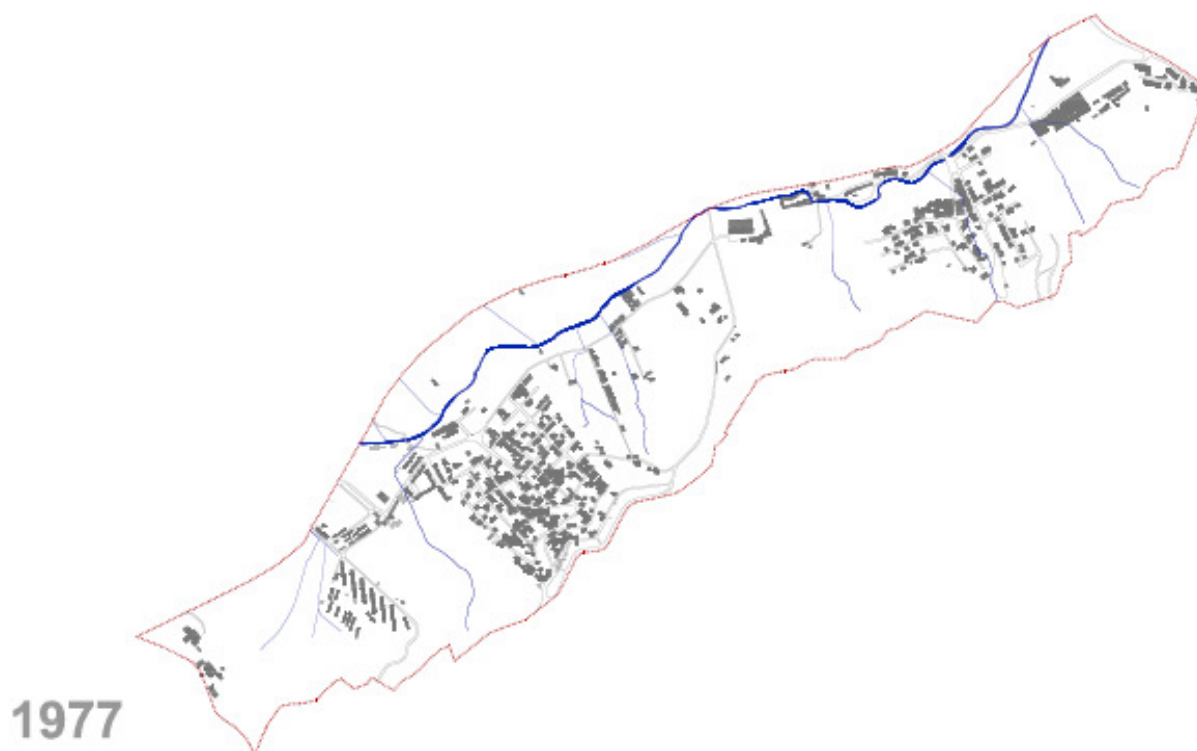


Figura 3: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1977 com base nas fotografias aéreas da mesma data

A grande ocupação que se verificou na década seguinte está visivelmente presente na cartografia de 1977. A forte densificação do bairro da Serra da Luz, da Quinta das Arrombas e o crescimento “espontâneo” do bairro do Vale de Forno, juntamente com o aparecimento de construções dispersas na área que virá a constituir o bairro da Quinta José Luís e o desaparecimento das ocupações junto do bairro de São José, demarcaram as evoluções da década de 70, fortemente associada ao fenómeno dos retornados das ex-colónias portuguesas. A Serra da Luz, que na cartografia de 1965 ainda correspondia a uma ocupação muito dispersa, densificou-se fortemente e começou a consolidar a sua estrutura de caminhos e vias irregulares, embora com tendências de organização ortogonal em determinadas áreas.

Mas a maior evolução que se verificou nesta década, de acordo com a cartografia de 1977 ocorreu precisamente no bairro do Vale do Forno. Na cartografia de 1965 praticamente não existiam caminhos ou construções, mas em 1977 já a estrutura do bairro estaria fortemente definida e ocupada, estabelecendo inclusive uma ligação a norte com a travessia viária do Rio da Costa. O motivo que levou ao aparecimento do Vale do Forno de forma quase espontânea naquele local prende-se sobretudo com as condições de mobilidade devido à proximidade das

ligações e terminais de transportes coletivos entre Lisboa e Odivelas, junto da Calçada da Carriche.

No espaço de 5 anos continuou-se a registar um grande aumento da densificação nos bairros da Serra da Luz e Vale do Forno, conforme revela a cartografia de 82. O pós 25 de Abril foi marcado pelas crescentes necessidades habitacionais, degradação do parque imobiliário e crescimento populacional nos principais centros urbanos e na sua periferia imediata. Verificou-se também o nascimento da estrutura que veio a dar origem ao bairro da Encosta da Luz, com o aparecimento dos caminhos ou vias e das primeiras construções. Até 1977, a grande área central entre os bairros do Vale do Forno e Serra da Luz ainda não tinham uma grande ocupação, mas nesta data começou-se a verificar o aparecimento de construções nessa área, em situação ilegal, tendo em consideração os mecanismos legais referentes à divisão das propriedades rústicas e da necessidade de alvarás.

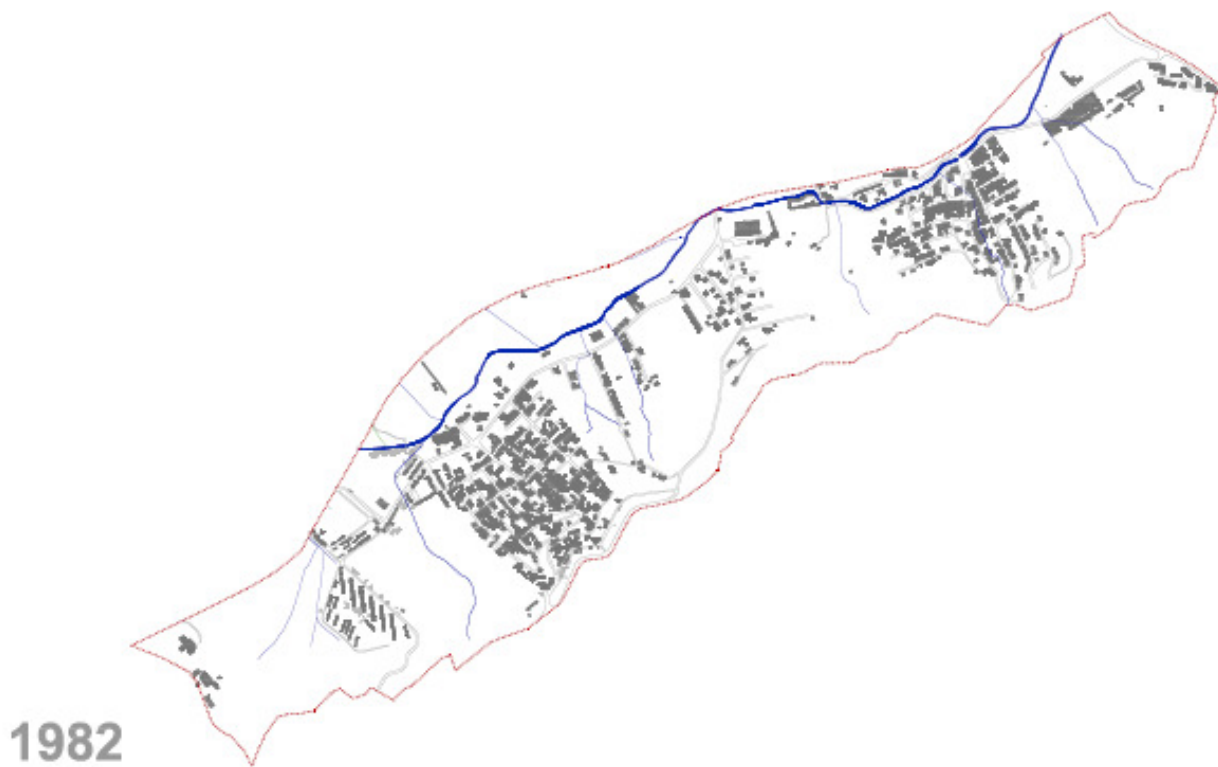


Figura 4: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1982 com base nas fotografias aéreas da mesma data

A ocupação linear na Quinta do José Luís também se desenvolveu nesta altura, embora ainda não se tenha expandido para além da única rua que até ao momento parecia existir. Foi ainda

nesta altura que surgiu um conjunto de barracas situado a norte das Casas do José Luís, junto do Rio da Costa, e que aparenta ser o primeiro conjunto de barracas com alguma dimensão a surgir na área de intervenção. Foi ainda nesta altura que começaram a surgir construções de maiores dimensões, correspondentes a armazéns e oficinas, sobretudo situados junto à estrada de ligação a Lisboa, junto ao Rio da Costa.



Figura 5: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1989 com base nas fotografias aéreas da mesma data

Em 1989 mantém-se o mesmo cenário de crescimento e densificação dos bairros existentes, ressaltando sobretudo o crescimento e expansão no bairro da Encosta da Luz com o prolongamento dos impasses paralelas à encosta, revelando que, cada vez mais, toda a encosta se começava a ocupar integralmente. Surgiu nesta altura um novo conjunto de barracas, localizado perto o Rio da Costa, que se situa entre os bairros do Vale do Forno e da Encosta da Luz, e um terceiro conjunto perto das casas do Menino de Deus. Nesta fase, assistiu-se a um processo de renovação de moradores, com a saída de anteriores residentes e a entrada de nova população, parte da qual originária dos PALOP, do Brasil e inclusive dos países do leste da Europa, contribuindo para fortes alterações à estrutura sociocultural dos bairros e o aparecimento de conflitos sociais.



Figura 6: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 2005 com base nas fotografias aéreas da mesma data

Em 2005 manteve-se inalterado o cenário de densificação nos bairros. A maior evolução registou-se nos bairros da Quinta do José Luís e da Encosta da Luz que, por serem os que tiveram uma evolução mais tardia, eram os que se apresentavam como as áreas mais propícias à expansão. Consequentemente, é na cartografia de 2005 que se regista a sua forte expansão/densificação. Nesta data, verifica-se uma maior unificação entre todos os bairros que compõem a encosta, que morfologicamente já se encontram interligados, não houvessem ainda algumas quebras na ocupação devido à presença de linhas de água provenientes da encosta que não chegaram a ser totalmente ocupadas.

No entanto, foi também em 2005 que verificou uma evolução que vai além da densificação dos bairros. O aparecimento da estação do metro do Sr. Roubado surgiu em 2004 (ano da sua inauguração) e com o seu aparecimento surgiram um conjunto de acessos e infraestruturas viárias, assim como um grande parque de estacionamento, que se viriam a localizar a norte da área de intervenção, num espaço onde até ao momento existia apenas o grande armazém abandonado e algumas construções que já estavam presentes na cartografia de 1960. A norte do bairro da Quinta do José Luís, surgiu também um nó de acesso viário à CRIL, com um

viaduto proveniente do acesso que passa junto ao Odivelas Parque. Nesta data também já se verifica a existência da pista de Karting, a norte da Serra da Luz.



Figura 7: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 2011 com base nas fotografias aéreas da mesma data

Por último, de acordo com a situação atual (2011), praticamente não existe evolução desde 2005, salvo apenas um número muito reduzido de construções surgiram a sul do bairro do Vale do Forno.

Dados as características e o processo de evolução dos bairros que constituem a área de intervenção, a caracterização urbanística de cada bairro será feita individualmente. No entanto, como existem diversos aspetos relacionados com a caracterização dos espaços públicos e do edificado que são comuns às ocupações da encosta, estes dois temas serão abordados de forma genérica, sendo apenas mencionados na caracterização individual dos bairros as particularidades que possam dizer respeito a cada um.

6.2. Análise da estrutura cadastral

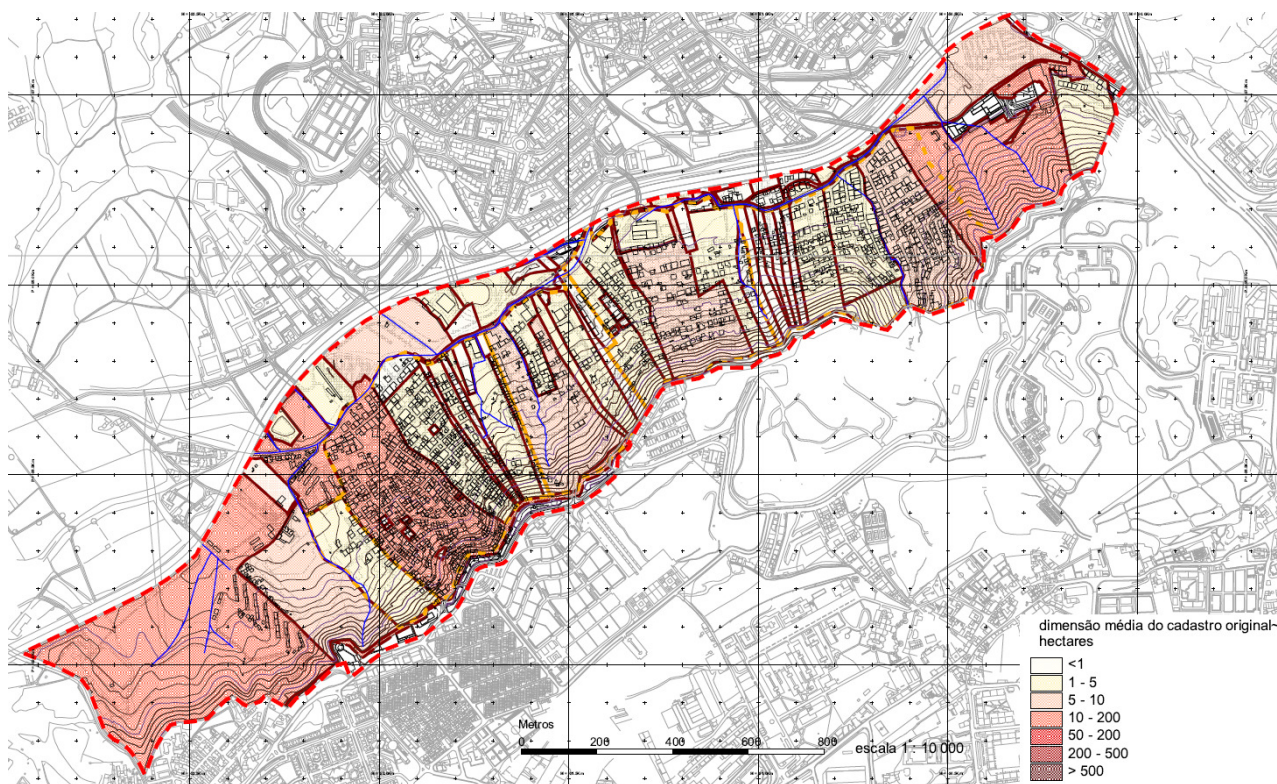


Figura 8: Dimensão média do cadastro original (por hectares) na área de intervenção

Fonte: cadastro geométrico rústico de 1951 (IGP), informatizado pelos serviços da CMO ao abrigo de protocolo de colaboração com o IGP, acompanhado e validado pelo mesmo

O cadastro existente na área de intervenção é constituído por propriedades que normalmente se estendem sempre no sentido da encosta, distribuindo-se longitudinalmente de norte para sul. A maioria ocupa a largura do bairro, tocando nos seus limites a norte e a sul.

O bairro de Vale do Forno é constituído por dois tipos de propriedade com dimensões distintas. A poente, dominam as propriedades muito estreitas mas bastante longas, com frentes reduzidas (cerca de 20 metros de largura) e áreas inferiores a 1 ha. A nascente, correspondendo à maior área do bairro, existem apenas algumas propriedades de maior dimensão, bastante mais largas que as anteriores apesar de terem a mesma extensão, com áreas variáveis que, em pelo menos um caso, chegam a ser superiores a 10 ha.

A estrutura cadastral no bairro da Encosta da Luz é bastante irregular, sendo ela constituída por uma propriedade de grande dimensão no centro do mesmo com área superior a 10ha, e outras mais pequenas ou mais estreitas a nascente e a poente que não deverão exceder os

5 ha, com várias configurações sem nenhuma estrutura regular que permitam tipificar as propriedades existentes. Algumas das propriedades que se localizam a poente são significativamente mais pequenas, não excedendo 1ha de área total.

A estrutura cadastral no bairro da Quinta do José Luís é constituída por lotes longos e estreitos, com destaque para o lote situado a poente/sul, que é o de maior dimensão, ocupando cerca de metade da área do bairro e a maior parte da zona de encosta a norte. Este lote tem uma área superior a 10 ha.

O bairro da Serra da Luz apresenta uma propriedade de dimensão muito grande, com área superior a 50 ha, ocupando praticamente metade da área total do bairro e estendendo-se para noroeste, para além desta. As restantes propriedades são mais pequenas, mas ainda assim bastante extensas, com menos de 5 ha.

O bairro da Quinta das Arrombas é constituído por uma única propriedade, que ocupa praticamente a dimensão do bairro inteiro, com área superior a 5 ha. O bairro Maximino é constituído por propriedades de dimensão mais pequena, com área inferior a 5 ha.

O bairro de Santa Maria situa-se integralmente nos terrenos que eram da pertença do Governo Civil, com uma área inferior a 200 ha. Para estes terrenos, existia ainda a pretensão da expansão dos bairros de carácter social através de um protocolo com a Divisão de Habitação. Atualmente, existe uma falta de gestão dos terrenos por ausência de entendimento sobre quem tem essa competência.



Figura 9: Identificação do regime de propriedade do bairro de Santa Maria – casas de São José

Fonte: Dados provenientes da Divisão de Habitação do Governo Civil



Figura 10: identificação do regime de propriedade do bairro de Santa Maria – casas do Menino de Deus

Fonte: Dados provenientes da Divisão de Habitação do Governo Civil de Lisboa

6.3. Caracterização dos espaços públicos

Os espaços públicos são praticamente inexistentes e confinam-se geralmente aos canais viários de circulação. Grande parte das vias principais encontra-se pavimentada, em tapete betuminoso, embora apresentem algumas patologias resultantes de manutenção incorreta ou falta da mesma. Apenas em alguns impasses e caminhos secundários, sobretudo nas zonas com menor densidade de ocupação em zonas mais periféricas junto dos limites dos bairros é que ainda se verifica a existência de ruas ou caminhos em terra batida.

Os perfis viários apresentam dimensões irregulares, mas em quase todas as situações são muito estreitos variando entre os 5 e os 8 metros, salvo algumas exceções. Praticamente não existem espaços destinados para o estacionamento de veículos, que é geralmente efetuado junto dos edifícios paralelamente à via, o que acaba por condicionar mais fortemente a mobilidade.

Os passeios são praticamente inexistentes na maioria das vias, embora algumas vias de certos bairros, como o da Encosta da Luz, sejam privilegiadas com a sua presença. Não existem praticamente espaços verdes ou espaços de recreio e lazer do domínio público. Estes restringem-se essencialmente aos canais das vias.

6.4. Caracterização do edificado

Os bairros situados na área de intervenção integram a tipologia 2 de AUGI, de acordo com o relatório do PDM em elaboração. Mais concretamente correspondem a AUGI predominantemente unifamiliar cuja apropriação do espaço corre de forma linear em arruamentos sem saída, sendo os ocupantes, em grande parte dos casos, inquilinos e não proprietários.

As construções existentes no local oferecem uma grande diversidade de tipologias. Misturam-se moradias isoladas com edifícios de habitação coletiva e em banda, sem grande definição de regras de ocupação para além do respeito pelos canais viários de circulação. É frequente encontrarem-se ocupações e soluções construtivas que em muito divergem dos modelos convencionais.

As moradias de tipologia unifamiliar são por vezes constituídas por pequenos pátios frontais ou envolventes, onde se situam acessos verticais. A implantação dos edifícios procura frequentemente aproveitar os desnivelamentos providenciados pela própria topografia, criando-se assim pisos adicionais. Embora existam bastantes situações de moradias isoladas, sobretudo nos bairros mais recentes da Encosta da Luz e Quinta do José Luís, também se verifica a existência de muitas habitações unifamiliares com uma fachada orientada para a rua e duas empenas laterais, permitindo posteriores ocupações em banda agregadas entre si. Muitos dos terrenos adjacentes às moradias são utilizados para variados fins, nomeadamente pequenas hortas de subsistência e anexos onde por vezes se encontram situações de subaluguer ou pequenas oficinas.

As habitações coletivas fogem aos modelos convencionais e por vezes apresentam volumetrias muito variadas, com organizações irregulares. Em muitas situações, o piso térreo corresponde a atividade comercial e as habitações situam-se nos pisos superiores. Geralmente, são de tipologia em banda com uma fachada orientada para a rua e varandas contínuas ao longo da fachada nos pisos superiores.

Em termos construtivos, dominam os métodos convencionais da construção das décadas de 70-80, marcadas pelas estruturas de pilar e vigas, com paredes em alvenaria de tijolo com revestimento a reboco, azulejo ou outros materiais. Tratando-se de áreas de génese ilegal, nem todas as construções obedecem a este tipo de estruturas. Nas coberturas com volumetrias diversificadas, predominam sobretudo as 2 e as 4 águas, com as tradicionais telhas cerâmicas

de Marselha ou aba e canudo, ou ainda, por vezes, telhas onduladas de materiais alternativos menos frequentemente utilizados. As edificações mais antigas podem recorrer ao uso da madeira na sua estrutura, sobretudo das coberturas.

6.4.1. Análise do tipo de ocupação por AUGI/zona

Bairro de Vale do Forno

O bairro de Vale do Forno situa-se a nascente da área de intervenção. Foi o segundo bairro a ter um crescimento acentuado, que decorreu sobretudo na década de 70. A sua morfologia de ocupação baseia-se em dois eixos viários principais que se confrontam na zona mais baixa da encosta, a norte, e se estendem para sul perpendicularmente às curvas de nível, subindo a encosta. O espaço central destes dois eixos, que corresponde ao centro do bairro, é ocupado com várias construções que quase constituem um quarteirão central de maior dimensão e mais denso. É ainda a partir destas duas vias que divergem perpendicularmente as restantes que estruturam este bairro, estas últimas já acompanhando paralelamente as curvas de nível encosta. No centro do bairro existe uma linha de água que se encontra fortemente condicionada pelas construções.

O número de pisos no bairro do Vale do Forno distribui-se de forma parcialmente irregular. A tipologia dominante é de 2 pisos (57% dos casos), que se situam por todo o bairro, embora se localizem ligeiramente em menor número a nordeste. Os edifícios com 3 pisos também são em número significativo e tendem a localizar-se de forma dispersa, embora exista alguma tendência para se concentrarem sobretudo no centro do bairro, junto de um dos eixos principais estruturantes que sobem a encosta. Os edifícios com 1 piso e com 4 ou 5 pisos existem em número muito reduzido e de forma muito dispersa, sendo que os primeiros tendem a situar-se mais no interior do bairro e os últimos nas áreas mais afastadas do centro.

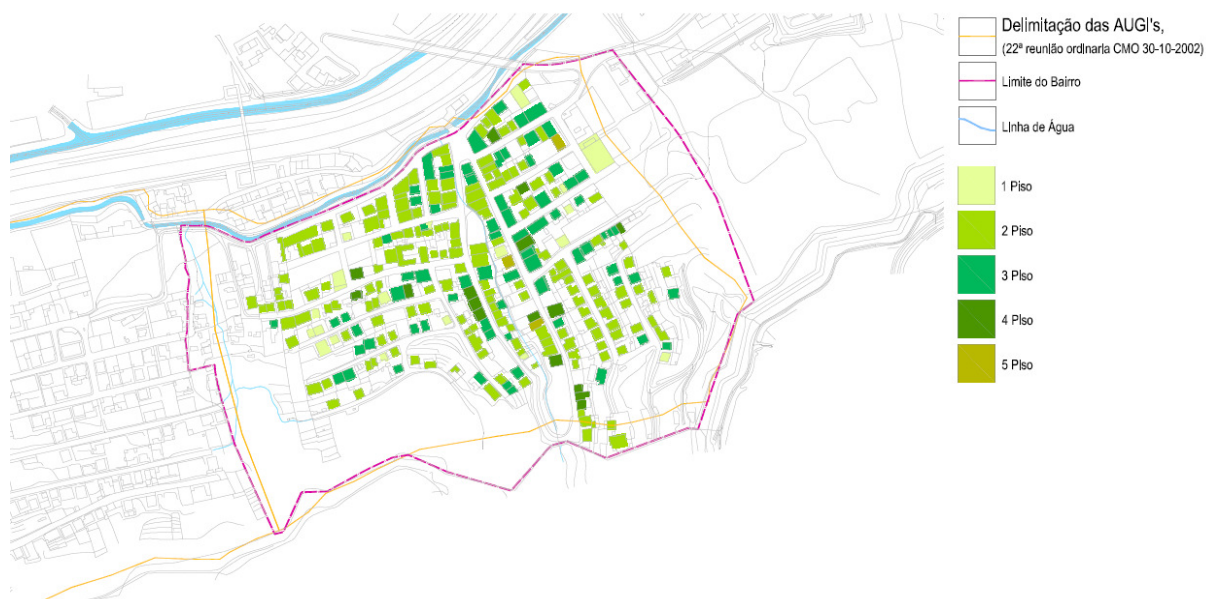
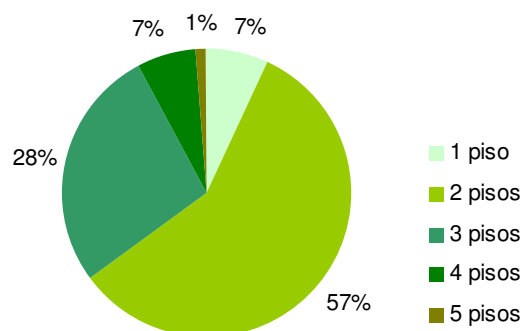


Figura 11: Levantamento do número de pisos no bairro do Vale do Forno

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)



Pisos	
1	19
2	158
3	76
4	18
5	3
Total	274

Figura 12: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro do Vale do Forno

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Em termos de usos, os edifícios mistos, que combinam habitação com outros usos, localizam-se sobretudo ao longo do quarteirão central e nos quarteirões localizados perto do Rio da Costa, na base na encosta. Os edifícios exclusivamente habitacionais concentram-se a poente e a nascente/sul. De notar que parece existir uma relação entre a existência de atividades e os declives, verificável também nos restantes bairros. Nas áreas mais estáveis e menos inclinadas, com declives até 15%, existe uma maior concentração de atividades. Nos declives mais acentuados, entre os 25% e os 50% (com algumas exceções) os edifícios são quase exclusivamente habitacionais, com pequenas exceções.

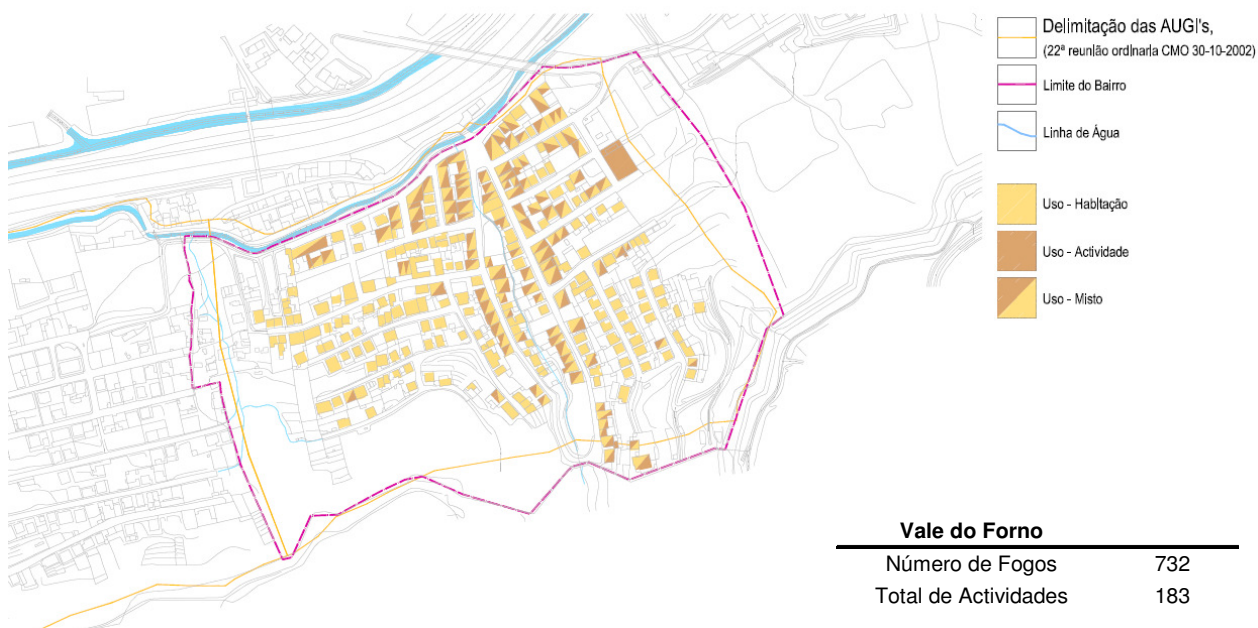


Figura 13: Levantamento dos usos no bairro de Vale do Forno

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Neste bairro, as tipologias de habitação coletiva e unifamiliar misturam-se de forma não regrada, sendo frequente encontrar, na mesma rua, tipologias das duas situações de forma irregular. A nascente e a poente, à medida que se afasta do centro do bairro, começam a dominar as tipologias de habitação unifamiliar.

Inserir A-7-4-1 RFoto Vale Forno.pdf

Bairro da Encosta da Luz

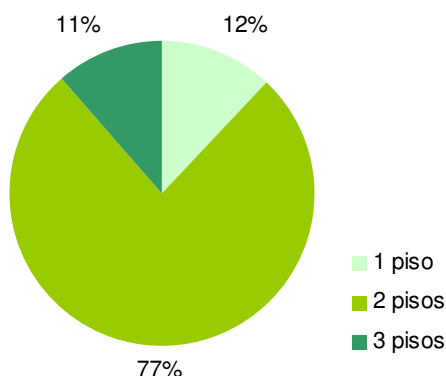
O bairro da Encosta da Luz apresenta uma estrutura mais regular que os restantes bairros. As primeiras construções começaram a surgir no final da década de 70, mas o bairro só se começou a estruturar na década de 80. Inicialmente revela uma tendência para a organização linear perpendicularmente à encosta, seguindo a mesma regra inicial que os restantes bairros. Com o seu crescimento e a eventual influência dos loteamentos realizadas na época nos arredores de Lisboa, o bairro depressa se estruturou segundo vias regulares que terminam em impasse, paralelas entre si, formando quarteirões regulares. O bairro da Encosta da Luz é dos bairros com menor densidade de ocupação, juntamente com o bairro da Quinta do José Luís.

Os edifícios são constituídos maioritariamente por 2 pisos, havendo ocorrências pontuais de 1 piso segredados por todo o bairro. Existem ainda alguns edifícios com 3 ou 4 pisos, em número reduzido, localizados sobretudo junto da via mais antiga, perpendicular à encosta.



Figura 14: Levantamento do número de pisos no bairro da Encosta da Luz

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

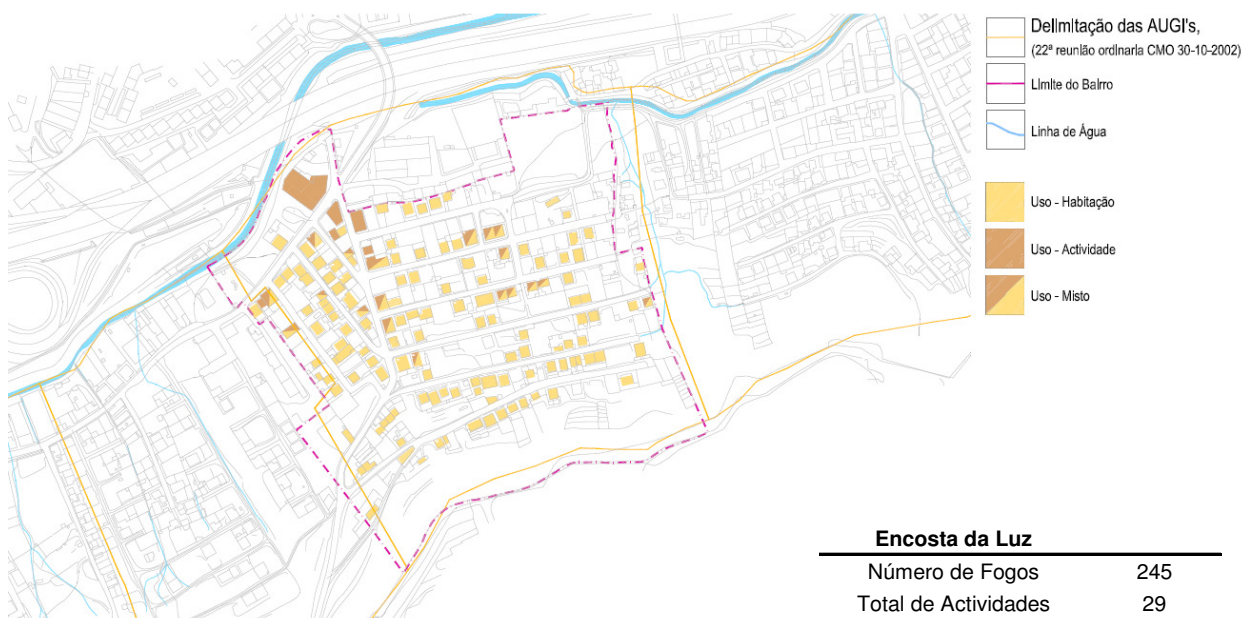


Pisos	
1	18
2	114
3	17
Total	149

Gráfico 1: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro da Encosta da Luz

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Relativamente aos usos, e comparando com a situação do bairro de Vale do Forno, denota-se que permanece a tendência para os edifícios exclusivamente habitacionais se situarem nas zonas da encosta com maior declive, a sul, ao passo que os edifícios de uso misto (com habitação e outros usos associados) se localizam nas zonas com menor declive. Destaca-se a existência de alguns armazéns situados a norte, junto do Rio da Costa.



Encosta da Luz	
Número de Fogos	245
Total de Actividades	29

Figura 15: Levantamento dos usos no bairro da Encosta da Luz

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Este bairro, possivelmente por ser dos mais recentes, menos densos e com ocupação posterior, apresenta uma estrutura viária mais organizada com a existência de passeios em algumas ruas, embora geralmente estreitos, e mantém-se a tendência para o estacionamento marginal, pois não existem espaços específicos de estacionamento. A circulação no bairro, na sua globalidade, funciona numa lógica de ruas extensas que terminam em impasse. Ao nível do edificado, o bairro é essencialmente constituído por edifícios de habitação unifamiliar isolados, que se dispõem ao longo das vias. Denotam-se as influências dos loteamentos feitos na época, tanto na arquitetura como na própria composição urbana, em contraste com os restantes bairros que constituem as AUGI existentes na área de intervenção.

Inserir A-7-4-2 RFoto Enc Luz.pdf

Bairro da Quinta do José Luís

O bairro da Quinta do José Luís é um bairro mais pequeno, dos últimos a aparecer na história da ocupação da encosta. Embora a sua ocupação inicial tivesse já ocorrido na década de 70, com o aparecimento de algumas construções, o bairro só se viria a constituir a partir do final da década de 80 – inícios de 90. É constituído por vários eixos perpendiculares à encosta, paralelos entre si, a partir dos quais derivam as restantes ruas, impasses e caminhos secundários, de menor dimensão.

Relativamente ao número de pisos, o bairro revela a particular característica de apresentar uma grande diversidade no número de pisos, havendo um equilíbrio maior entre os edifícios com menos pisos e os edifícios com maior número de pisos. Contraria, portanto, o que acontece nos restantes bairros, onde dominam as tipologias com 1 ou 2 pisos.

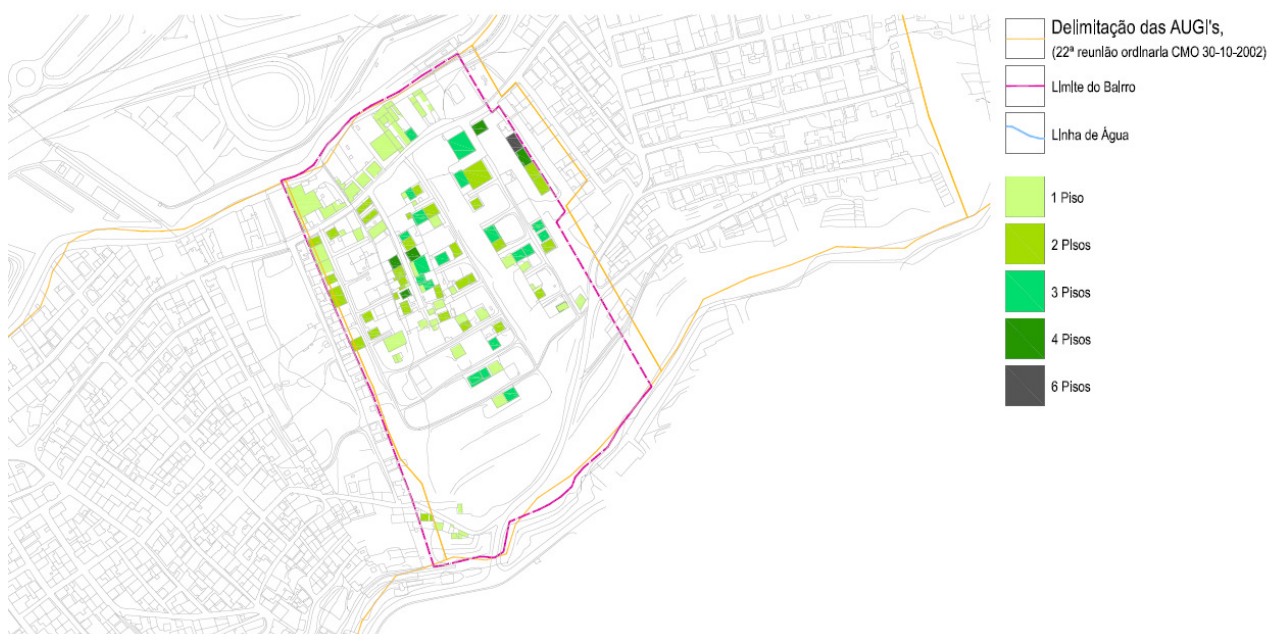


Figura 16: Levantamento do número de pisos no bairro da Quinta do José Luís

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Os usos mantêm a tendência verificada nos restantes bairros: quanto menor a inclinação, maior a concentração de outras atividades sem ser habitação. A zona mais plana a norte apresenta um número relativamente significativo de volumes de maior dimensão, correspondentes a armazéns e oficinas.

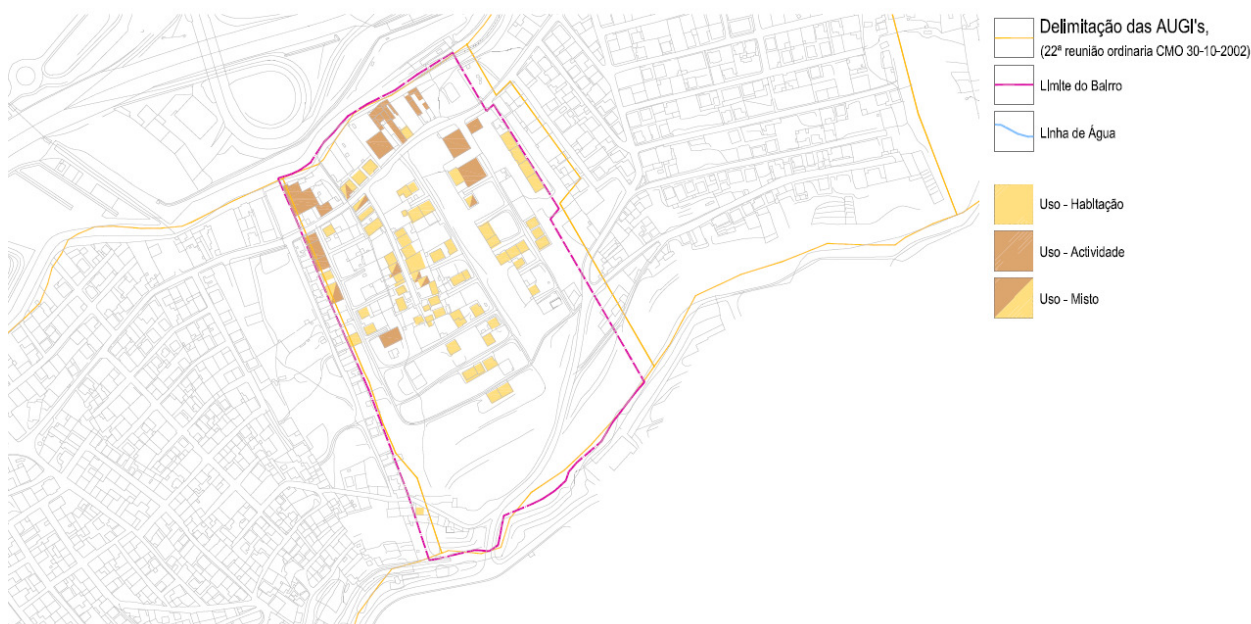


Figura 17: Levantamento dos usos no bairro da Quinta do José Luís

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Neste bairro é possível encontrar tipologias tanto unifamiliares como coletivas, estas últimas concentrando-se sobretudo na via situada no centro do bairro, que por ser das mais antigas é também das mais irregulares e mais densas ao nível das ocupações que a envolvem. Existem no bairro casos de ocupação atípica de lotes com implantação característica de moradias mas que correspondem a habitação coletiva e que em média atingem os 3 pisos.

Inserir A-7-4-3 RFoto QtaZe Luis.pdf

Bairro da Serra da Luz

O bairro da Serra da Luz é o maior dos que se localizam na área de intervenção. Para além da forte densidade de construção e do seu excessivo nível de ocupação, abrange uma área de aproximadamente 2,6 ha. É também o bairro de génese mais antiga, que começou a desenvolver-se na década de 60 e acompanhou todo o processo de ocupação da encosta nas décadas seguintes. Apesar da forte presença da antiga estrada militar de ligação com Lisboa, a cartografia mais antiga revela que não foi um elemento estruturante para a ocupação do bairro, embora tenha sido dos principais fatores que levassem ao seu aparecimento.

Em termos morfológicos, este bairro é o mais difícil de caracterizar. Se por um lado os outros bairros acompanham algum tipo de via estruturante ou apresentam uma lógica de organização, o bairro da Serra da Luz não parece revelar nenhuma estrutura fundamental, algo que já é verificável com a dispersão evidente nos princípios da sua ocupação. Em algumas áreas deste bairro, verificam-se a existência de ruas contínuas e regulares, com alguma tendência para a ortogonalidade, mas esta lógica é interrompida por outras ruas oblíquas/irregulares e quarteirões com diversas configurações no centro do bairro, provável consequência dos fortes declives existentes na área que condicionaram a ocupação. Do ponto de vista urbanístico, o bairro é mais irregular e desorganizado que os outros, mas as diferenças acentuam-se sobretudo ao nível do edificado e das soluções construtivas existentes no local.

Ao nível do número de pisos, também a variedade é muito grande e existe uma dispersão mais significativa neste bairro que nos restantes, onde se torna difícil identificar áreas com um número de pisos dominante. Apesar dos edifícios com 2 pisos serem em maior número, este bairro caracteriza-se também por apresentar já um número significativo de edifícios com mais de 3 pisos, atingindo inclusive alturas que ultrapassam os limiares existentes em todos os restantes bairros. Os edifícios mais altos tendem a localizar-se precisamente no centro do bairro, havendo um quarteirão central que se destaca por aglomerar em grande número edifícios com 4 e mais pisos

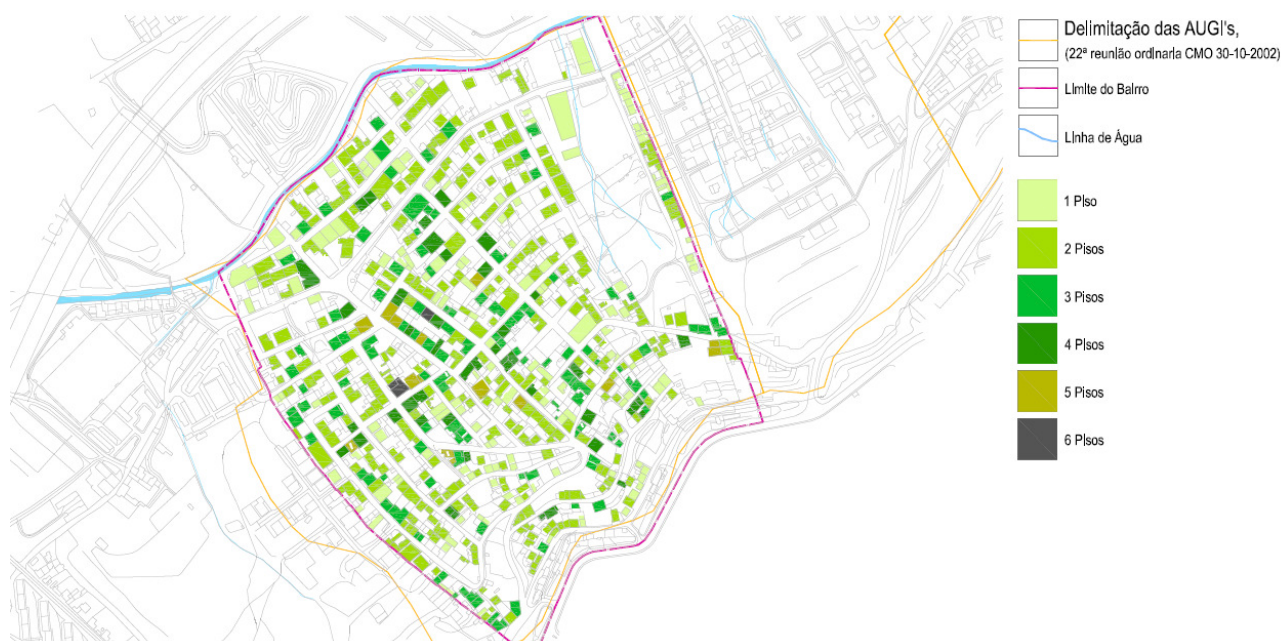
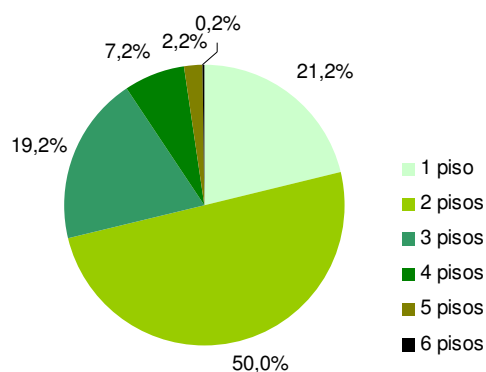


Figura 18: Levantamento do número de pisos no bairro da Serra da Luz

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)



Pisos	
1	118
2	278
3	107
4	40
5	12
6	1
Total	556

Gráfico 2: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro da Serra da Luz

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Quanto aos usos, revela-se a mesma tendência para os edifícios com usos mistos se concentrarem com maior intensidade nas zonas de menor declive, mas neste bairro em particular existem menos exclusivamente habitacionais, e que se situam na faixa da zona mais alta da encosta. Os edifícios de uso misto encontram-se dispersos um pouco por todo o bairro, mas, tal como foi possível concluir, tendem a concentrar-se mais a norte.

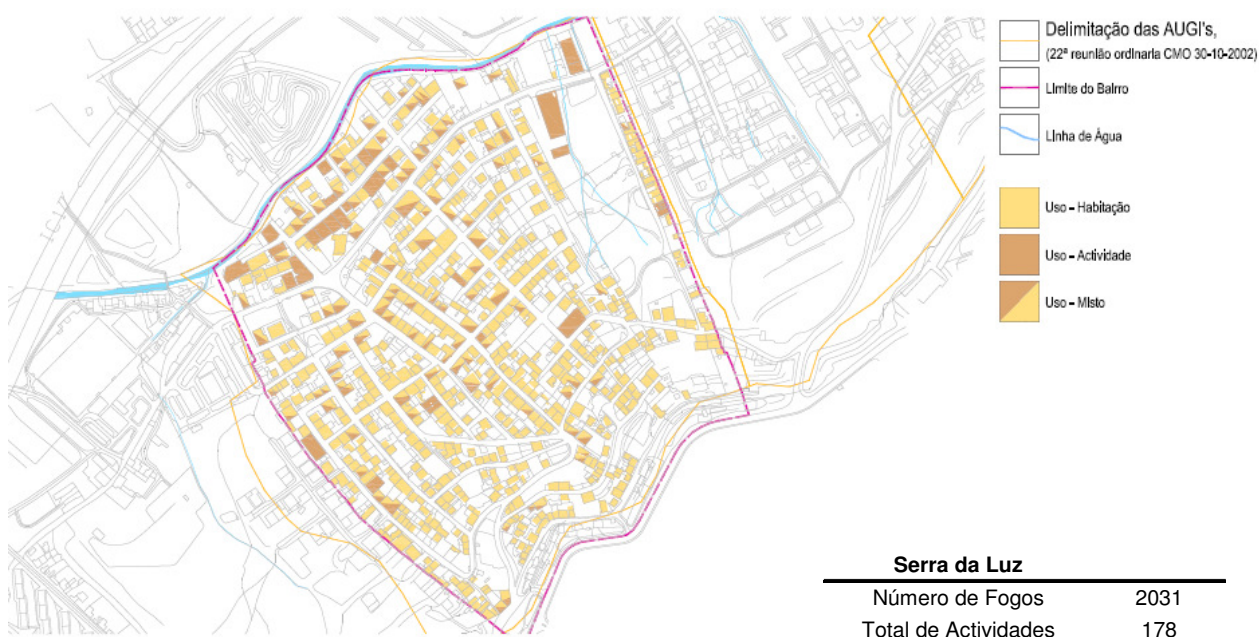


Figura 19: Levantamento dos usos no Bairro da Serra da Luz

Fonte: Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

O bairro da Serra da Luz é um bairro muito particular devido à complexidade das suas características arquitetónicas e urbanísticas. Neste bairro encontram-se algumas características únicas que não são equiparáveis a mais nenhum dos bairros existentes na área de intervenção. A diversidade de construções e tipologias arquitetónicas que coabitam no bairro é muito grande, sendo difícil identificar as várias tipologias que existem no mesmo espaço. Coexistem edifícios de habitação coletiva e unifamiliares de várias alturas, dimensões e formas, com características independentes uns dos outros. Como se trata de um dos bairros mais antigos e complexos da área de intervenção, é também dos que se encontram em estado de conservação mais degradado, visível na própria aparência exterior dos edifícios no seu conjunto global, acentuado pelo vandalismo e evidente falta de cuidados com a sua preservação.

Existem muitos alojamentos não clássicos no bairro, alguns dos quais inacabados ou em mau estado de conservação. As situações mais complexas verificam-se sobretudo no interior de certos quarteirões, com acesso semiprivado, onde existem escadarias e passagens muito estreitas, e dentro dos quais se encontram praticamente subunidades de alojamento com conjuntos de edifícios e fogos no seu interior, em condições de salubridade muito questionáveis.

Por serem muito acentuados, os declives são por vezes vencidos com escadarias estreitas e muito acentuadas, sobretudo nas áreas mais elevadas da encosta. As vias são também elas muito estreitas e inclinadas, muitas das vezes detendo os dois sentidos de trânsito onde frequentemente não existem condições para dois veículos se conseguirem cruzar. No entanto, existem variadas situações de restrições à circulação, com sentidos únicos e acessos proibidos. A circulação pedonal no interior do próprio bairro é particularmente desconfortável, e em alguns casos, insegura, sobretudo nas zonas mais íngremes onde se recorrem a escadarias acentuadas para vencer os desníveis.

Inserir A-7-4-4 RFoto Bairro SerraLuz.pdf

Bairro da Quinta das Arrombas

O bairro da Quinta das Arrombas é o mais pequeno e menos desenvolvido de toda a área de intervenção. Situa-se praticamente unificado com o bairro da Serra da Luz. Acompanha a via que sobe a encosta, onde também se concentram todas as construções ali existentes.

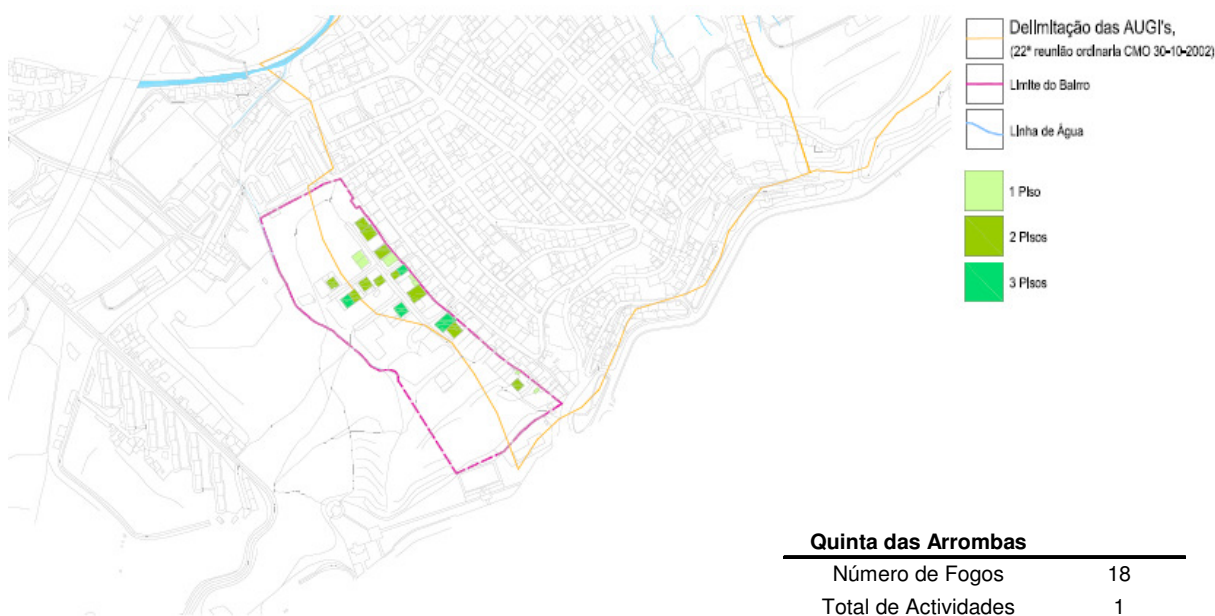


Figura 20: Levantamento do número de pisos no bairro da Quinta das Arrombas

Fonte: equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta (Vale do Forno, Encosta da Luz, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Quinta José Luís)

Os poucos edifícios ali existentes têm uma grande variedade de alturas que chegam até um máximo de 4 pisos e o seu uso é quase exclusivamente habitacional, havendo registo de apenas uma atividade existente. As características da frente construída neste bairro tornam-no quase indissociável da Serra da Luz.

Inserir A-7-4-5 RFoto QtaArrombas.pdf

Bairro Maximino

Este bairro situa-se entre a via rápida/autoestrada que delimita a área de intervenção (a CRIL) e o Rio da Costa. O bairro tem pequenas dimensões e está apenas separado do Vale do Forno pelo antigo curso do Rio da Costa e pelo caminho que estabelece a ligação entre os bairros do Vale do Forno e da Encosta da Luz. É um núcleo pequeno constituído por habitações com 1 ou 2 pisos e caracterizado pela forte presença de atividades associadas a anexos, armazéns e oficinas. Possui uma passagem aérea pedonal com acesso às áreas a norte da via rápida. Uma pequena faixa de construções situada neste bairro foi alvo de candidatura ao processo PROHABITA I.

Bairro de Santa Maria – Casas do Menino de Deus e Casas de São José

(dados provenientes da Divisão de Habitação do Governo Civil do Distrito de Lisboa)

O bairro de Santa Maria é um bairro constituído por vários conjuntos de habitações sociais construídos a partir de 1955. De acordo com a cartografia de 1960, nessa época já existiam as casas de São José, mas as casas do Menino de Deus só viriam a ser construídas mais tarde.

As casas do Menino de Deus são constituídas por 6 edifícios de habitação coletiva em banda constituídos por 3 pisos com cobertura simples de 2 águas, orientados a poente (portanto oblíquos à Av. Fundação Calouste Gulbenkian). Os edifícios foram construídos em 1967 e as tipologias de fogo existentes correspondem a T3, com a reduzida área de 57 m². As características construtivas desde bairro mantêm os princípios da arquitetura de habitação social da época, onde as divisões interiores são pequenas e os vãos também têm dimensões controladas. O branco é a cor dominante dos edifícios. O seu alçado frontal tem uma configuração volumétrica mais irregular devido à presença de varandas, grande parte das quais se encontram atualmente encerradas com caixilharia de alumínio e vidro. De acordo com a informação proveniente da Divisão de Habitação do Governo Civil, os edifícios são constituídos por estrutura de pilar, viga e lajes maciças ou aligeiradas e cobertura em vigotas ou laje aligeirada. O alçado posterior é mais simples, praticamente plano, onde são visíveis os remates da estrutura dos edifícios e as caixas de estores exteriores. Devido à sua idade, os edifícios apresentam já algumas patologias e como tal o seu estado de conservação é razoável, revelando a necessidade de alguma manutenção.

Os espaços entre as bandas de edifícios, onde também se situam os caminhos de acesso aos mesmos, são arborizados com árvores e alguma vegetação, mas a falta de tratamento e

abandono dos espaços, no seu geral, são bastantes visíveis. O outro lado da avenida, assim como o espaço a poente dos prédios é ainda ocupado com barracas e anexos.



Figura 21: identificação das tipologias de habitação do bairro de Santa Maria – casas do Menino de Deus

Fonte: dados provenientes da Divisão de Habitação do Governo Civil

As casas de São José, situadas junto da R. Padre Américo Monteiro de Aguiar, apresentam as mesmas características das casas do Menino de Deus e de outros bairros que se situam fora da área de intervenção, mais perto da Pontinha, apesar da diferença nas datas de construção. As 15 bandas que foram este bairro são constituídas também por 3 pisos, exceto algumas bandas de edifícios que só possuem 2 pisos acima do solo. Existe um total de 103 fogos no bairro. À semelhança das casas do Menino de Deus, estes edifícios também apresentam uma volumetria simples, apenas variável no alçado posterior onde existem varandas no volume central de cada banda. O sistema estrutural dos edifícios é constituído por alvenaria com paredes portantes e a restante estrutura de madeira, de acordo com a informação proveniente da Divisão de Habitação do Governo Civil. As bandas dos edifícios formam alguns pátios de dimensão razoável e impasses, com espaços para estacionamento. Junto do bairro existe um campo de jogos em terra batida e um segundo campo pequeno de jogos. Junto destes campos, a norte do bairro e junto ao Rio da Costa, a área encontra-se significativamente ocupada com barracas.

Devido à sua idade, os edifícios apresentam já algumas patologias e como tal o seu estado de conservação é razoável, revelando a necessidade de alguma manutenção.



Figura 22: Identificação das tipologias de habitação do bairro de Santa Maria – casas de São José

Fonte: dados provenientes da Divisão de Habitação do Governo Civil

6.5. Análise processual

As propostas elaboradas para alguns dos bairros inseridos nas AUGI, por iniciativa das CAC e das populações residentes, correspondem a estudos que refletem os objetivos e as expectativas das populações locais face ao futuro desenvolvimento dos bairros. Estas propostas são assim apresentadas de forma preliminar, sem tomarem em devida atenção todos os aspetos legais ou princípios relacionados com os parâmetros urbanísticos, os índices de edificabilidade, a capacidade do usos dos solos e outros condicionamentos existentes que caracterizam a natureza do solo onde os bairros se situam.

As propostas existentes que aqui são analisadas correspondem aos bairros de Vale do Forno, da Encosta da Luz e da Quinta das Arrombas.

Vale do Forno



Figura 23: proposta de ocupação para o bairro do Vale do Forno

Fonte: desenhos elaborados pela Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta

A proposta prevê a regularização das vias de circulação, propondo em alguns casos específicos e pontuais um pavimento diferenciado. Propõem-se novos lotes de preenchimento, alguns dos quais em zonas de declive acentuado, nomeadamente a nova frente proposta de lotes que se situa na área mais elevada da encosta a sul e sudeste. A nordeste são propostos lotes com grandes áreas de implantação que deverão corresponder a novos armazéns. Destaca-se a proposta de várias zonas verdes públicas, a maioria das quais de pequena dimensão e situadas no interior do aglomerado. Verifica-se ainda a criação de três novos espaços destinados a equipamentos. Tal como nos restantes bairros, os edifícios propostos são habitações isoladas ou em banda, mantendo os 3 metros de afastamento lateral e frontal aos limites do lote e os 5 metros de afastamento posterior.

O número de lotes, de acordo com a proposta, aumenta em cerca de 17% (123 novos fogos, face aos 732 existentes). Já o número de atividades propostas é muito reduzido, correspondendo a um total de 6 novas atividades, o que equivale a um aumento de apenas 3%.

Encosta da Luz



Figura 24: Proposta de ocupação para o bairro da Encosta da Luz

Fonte: desenhos elaborados pela Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta

A essência da proposta assenta na ocupação dos terrenos expectantes através da criação de novos lotes de preenchimento, para os quais se propõe uma implantação de edificação isolada e se estabelece os afastamentos mínimos ao limite dos lotes (3 m de afastamento na frente e laterais e 5 m de afastamento posterior). São definidos 5 lotes para equipamentos, ganhando especial relevo a área de grande dimensão destinada a equipamentos proposta a nordeste,

junto do Rio da Costa. É definida uma faixa verde a noroeste, correspondente ao leito do Rio da Costa.

Prevê-se 135 novos lotes o que corresponde a um aumento de 55% face aos que existem atualmente. Não se prevê a criação de nenhuma nova atividade, mantendo-se as existentes.

Quinta das Arrombas



Quinta das Arrombas

Fogos propostos	93
Actividades propostas	0

Figura 25: Proposta de ocupação para o bairro da Quinta das Arrombas

Fonte: Desenhos elaborados pela Equipa técnica das Comissões de Administração Conjunta

A proposta prevista para o bairro da Quinta das Arrombas, submetida pela CAC, prevê um loteamento através de quarteirões regulares constituídos por 2 frentes de edifícios isolados com 2 pisos, ocupando praticamente toda a área correspondente ao bairro. A proposta contempla 93 novos fogos face aos 18 atualmente existentes, o que equivale a um aumento

superior a 5 vezes a construção existente atualmente no local e simboliza as fortes expectativas para a sua expansão. Não se propõem novas atividades, mantendo-se apenas a única que existe atualmente.

Prevê-se o preenchimento da faixa junto à estrada principal que faz fronteira e a abertura de uma nova via paralela a essa frente, a partir da qual é criada a nova estrutura viária no interior da área. A norte, o traçado das vias é contínuo e fechado em torno dos quarteirões propostos, ao passo que a sul, possivelmente pelos declives mais acentuados, se propõem apenas impasses, paralelos à encosta. São propostas duas áreas de equipamentos, destacando-se a área de maior dimensão, na encosta a sul, de configuração parcialmente irregular, estreita e alongada.

7. POPULAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS

7.1. Vetores de caracterização

A realidade social da área em análise, base fundamental de desenvolvimento de estratégias de intervenção no território, será analisada com recurso a 4 vetores de caracterização que se desdobram em vários indicadores:

População e famílias

Educação e condição perante o trabalho

Edifícios e alojamentos

Equipamentos

A perspetiva de análise é tendencial nos casos em que há dados para vários anos, sendo de caracterização pontual no tempo para os restantes.

O universo de análise é a área de intervenção no seu total e desagregada nos bairros que a integram:

As AUGI que compõem a ACRRU: Vale do Forno, Serra da Luz, Quinta do José Luís, Quinta das Arrombas, Encosta da Luz;

Os terrenos transferidos do Governo Civil, em que existe uma intenção/expectativa para instalação da cooperativa do bairro dos polícias;

O bairro social de Santa Maria – Casas do Menino de Deus, de S. José e de S. João;

O bairro Maximino;

O bairro Mário Madeira, que não tem edificação na área de intervenção.

Note-se que existem ainda áreas não integradas em bairros que foram analisadas como um só grupo, apesar de não serem contínuas.

7.2. Fontes de informação

A caracterização do tecido social da área de intervenção apoia-se em vários estudos e fontes de informação:

Diagnóstico Social, CLDS, 2009;

Censos 2001, incluindo informação tratada no âmbito da candidatura ao QREN do Programa de ação de parcerias para a regeneração urbana da Vertente Sul do Concelho de Odivelas;

Resultados provisórios dos Censos 2011;

Conclusões do segundo relatório intercalar dos *workshops* de participação e desenvolvimento de técnicas e processos de planeamento participado na Vertente Sul de Odivelas;

Carta Educativa do Concelho de Odivelas (2007) e respetivo relatório de monitorização (2007/2008);

Carta de Desportiva do Concelho de Odivelas (2007)

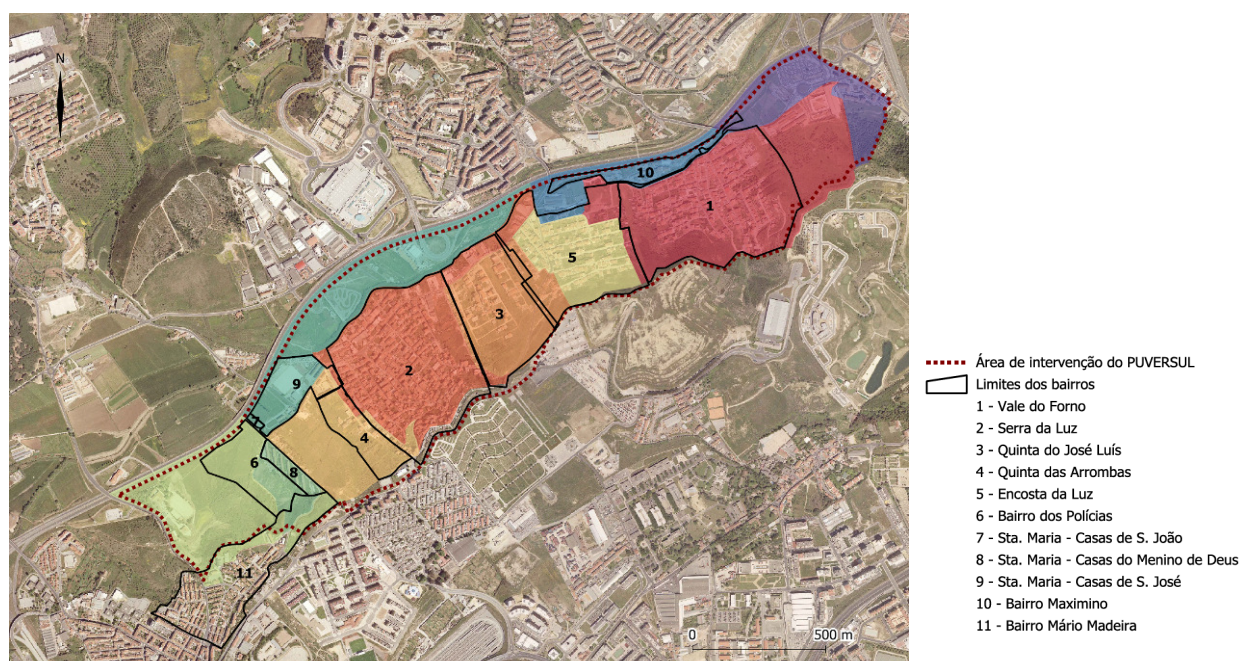
Planta de equipamentos e serviços de saúde do PDM proposto de Odivelas (2008)

O primeiro estudo baseia-se em inquéritos realizados em 2009 pelo Centro Local de Desenvolvimento Social de Odivelas, apresentando um retrato do tecido social de parte substancial da área de intervenção que interessa analisar nesta fase. Pode consultar-se o estudo no Anexo I, onde foi transcrito integralmente.

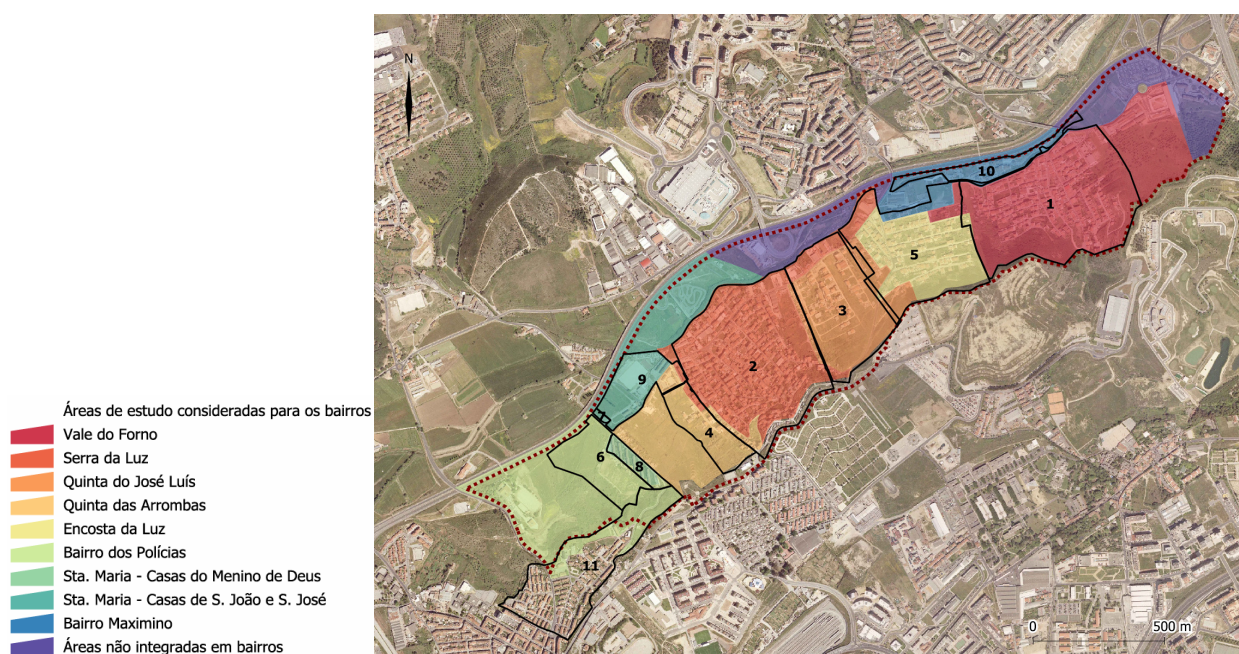
Em relação aos dados dos Censos, é necessário ter em conta que a delimitação dos bairros não é coincidente com as subsecções dos Censos, pelo que foram definidas *áreas de estudo para a análise dos bairros* que englobam as subsecções que se considerou que melhor se ajustam à zona correspondente a cada um dos bairros (Figura 26).

A qualidade do ajuste das subsecções ao limite do bairro constitui uma questão importante. Uma discrepância neste domínio é o caso do Bairro dos Polícias, que não tem população residente, mas cuja subsecção inclui várias habitações fora do bairro e fora da área de intervenção do próprio plano. Assim, os resultados para este bairro retratam a realidade do extremo oeste da área de intervenção e da fronteira sudoeste e não apenas a da zona do Bairro dos Polícias.

Como se baseou o trabalho de caracterização nas áreas de estudo delimitadas dessa forma, os resultados poderão não ser idênticos aos de outros estudos que agreguem as subsecções estatísticas de forma diferente.



Áreas de estudo consideradas para os bairros (Censos 2001)



Áreas de estudo consideradas para os bairros (Censos 2011)

Figura 26 – Áreas de estudo para a análise dos bairros (Censos 2001 e 2011)

Ainda em relação aos Censos, é necessário ter em conta que os de 2011 delimitam subsecções diferentes das definidas em 2001, o que implica que a análise tendencial deverá ser tomada com alguma reserva nos casos em que as discrepâncias sejam mais significativas, nomeadamente Bairro Maximino e Casas de S. José (Figura 27). Além disso, é relevante notar que as Casas de S. João foram analisadas em conjunto com as Casas de S. José pois, sendo uma área de muito pequena dimensão comparativamente, partilha com elas uma subsecção.

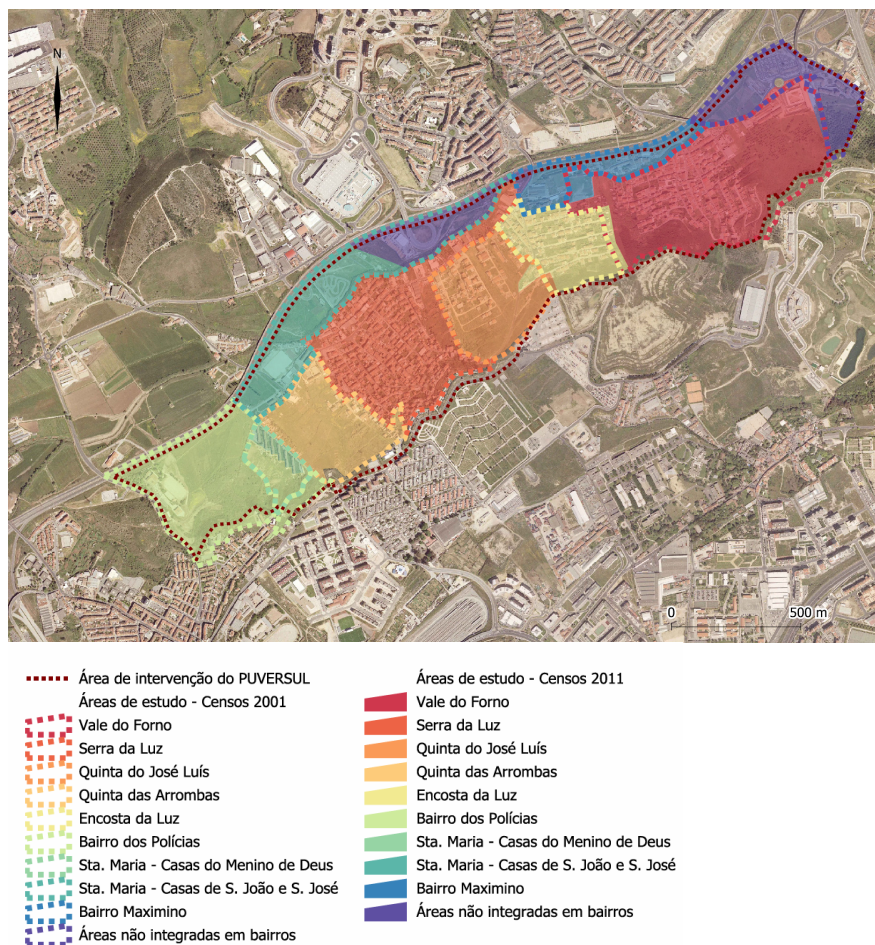


Figura 27 – Sobreposição das áreas de estudo consideradas para os bairros (Censos 2001 e 2011)

Uma última questão relativa aos Censos prende-se com a extensão da informação para 2011, visto que nesta altura, apenas foram disponibilizados dados provisórios, que englobam quatro variáveis – edifícios, alojamentos, famílias, população e população por género.

Para obter um retrato mais atual da área de intervenção no que diz respeito a variáveis não incluídas nos Censos 2011, foram analisados os dados do diagnóstico social do CLDS.

7.3. População e famílias

Residem na área de intervenção 7807 habitantes, tendo-se registado um ligeiro decréscimo populacional na última década, da ordem dos 6% (Gráfico 3).

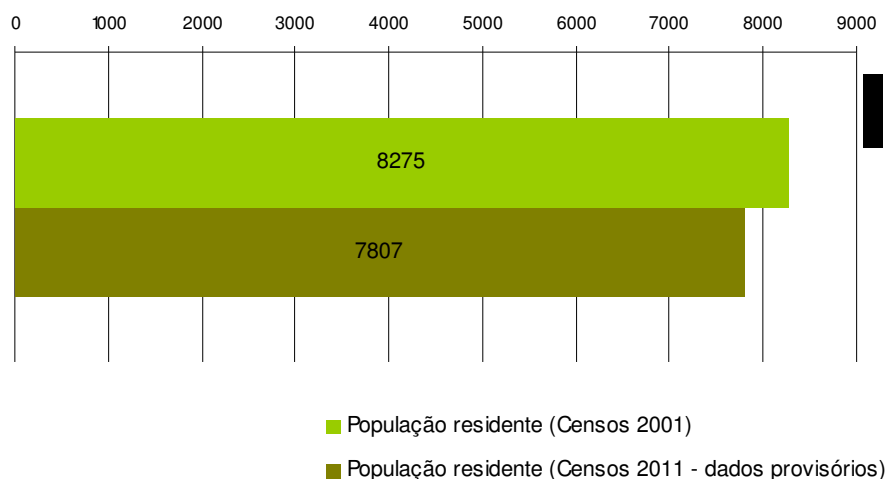


Gráfico 3: População residente na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)

Esta população distribui-se pelos vários bairros em análise, com maior incidência nas AUGI da Serra da Luz e de Vale do Forno (Gráfico 4).

Percentagem da população residente (Censos 2011 - resultados provisórios)

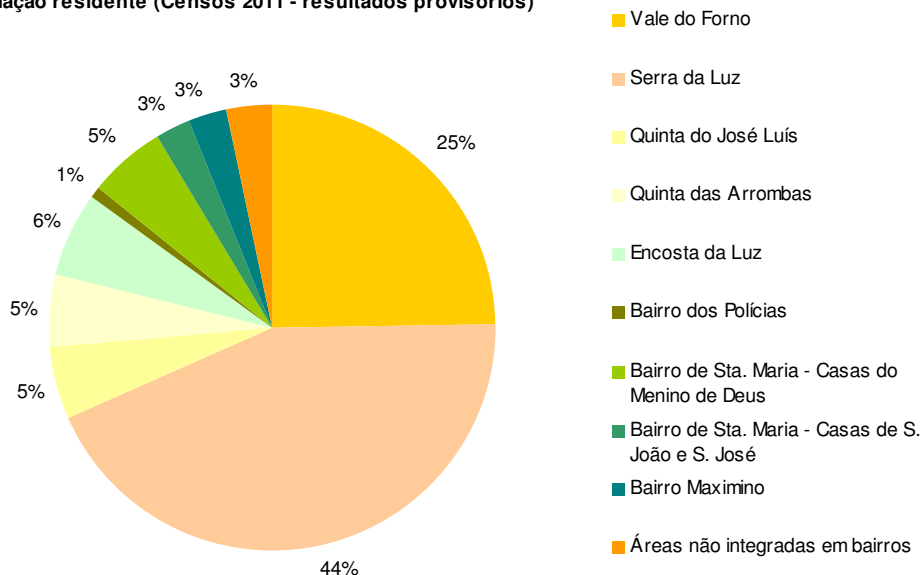


Gráfico 4: Percentagem da população residente na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)

Pode verificar-se que, na última década, houve decréscimo populacional significativo no bairro da Serra da Luz, da ordem dos 1000 habitantes (Gráfico 5). As Quintas do José Luís e das Arrombas apresentam crescimento populacional comparativamente maior aos restantes.

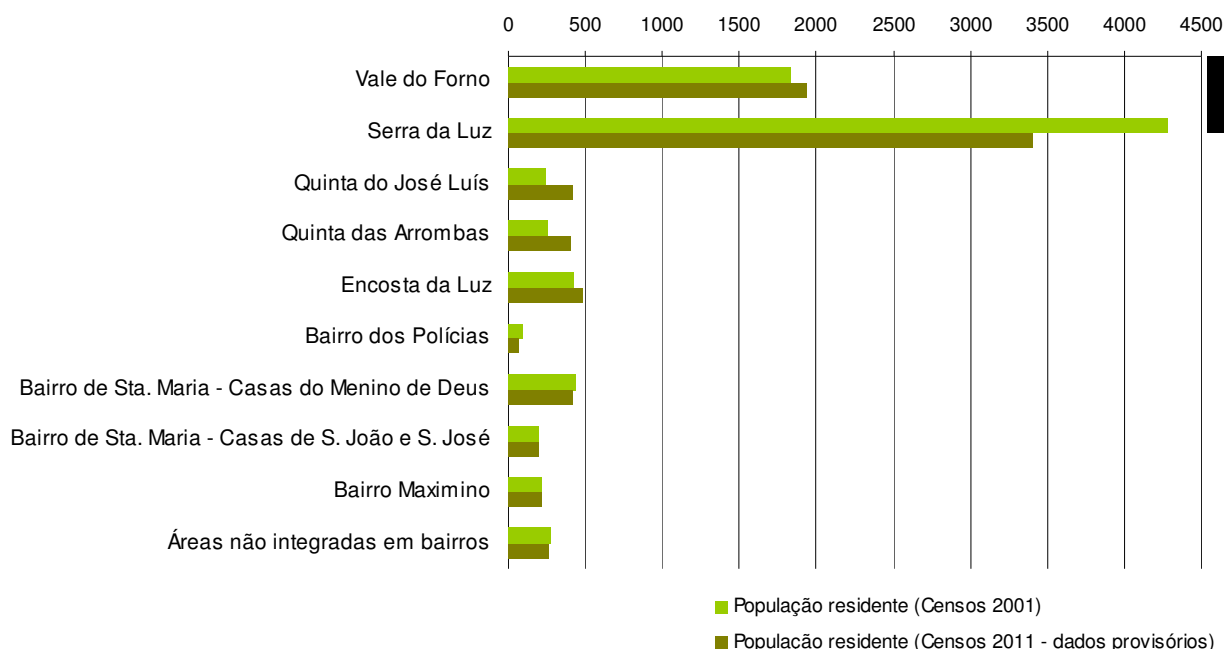


Gráfico 5: População residente na área de intervenção, por bairros (Censos 2001 e 2011)

Com base nos dados provisórios dos Censos 2011, foi possível determinar a densidade populacional de cada bairro e do total da área de intervenção, tendo em conta as áreas de estudo dos bairros. Apesar de ser necessária alguma reserva na análise destes resultados dadas as discrepâncias entre áreas de estudo e bairros em si, podem registar-se algumas informações relevantes que dela decorrem, nomeadamente que a Serra da Luz e as Casas do Menino de Deus apresentam maiores concentrações espaciais de população, que o Vale do Forno e a Encosta da Luz apresentam valores intermédios e que os restantes bairros têm valores mais moderados.

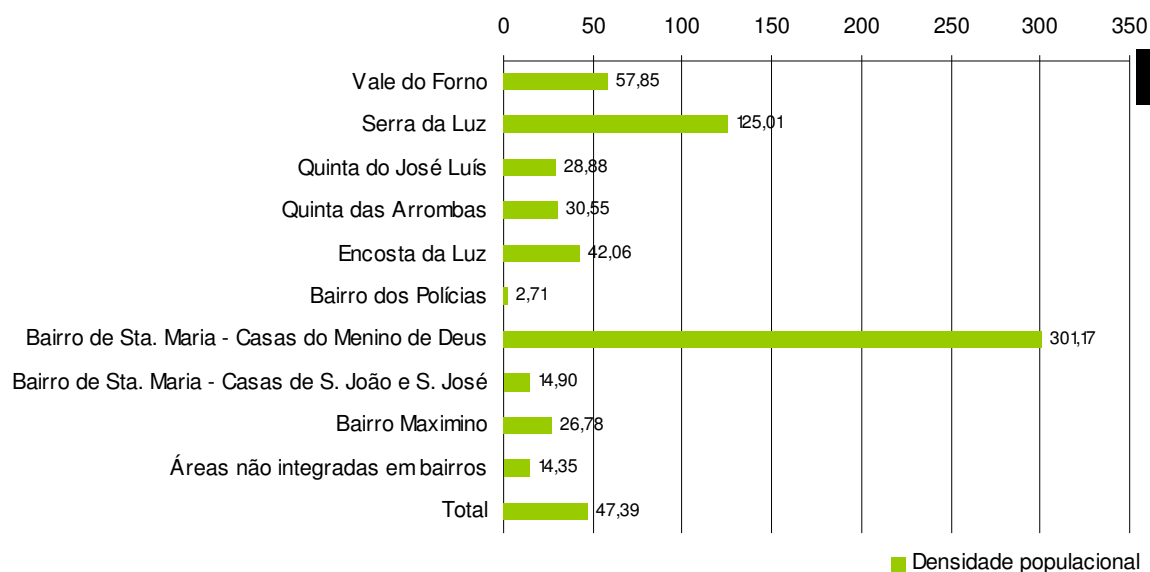


Gráfico 6: Densidade populacional na área de intervenção, por bairros (Censos 2011)

A proporção da população do sexo feminino é ligeiramente superior à do sexo masculino. Em 2001, verificava-se o oposto – havia ligeiramente mais homens que mulheres na área de intervenção.

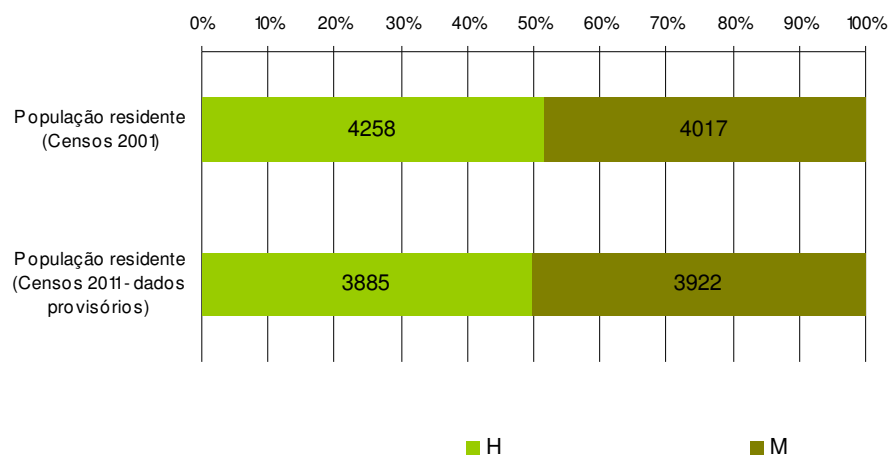


Gráfico 7: População residente na área de intervenção, por género (Censos 2001 e 2011)

Atualmente, as unidades de análise apresentam uma distribuição relativamente equilibrada entre população masculina e feminina, exceto nos casos das casas de S. João e de S. José, em que há predominância de homens e nos das áreas não integradas em bairros, em que predominam as mulheres.

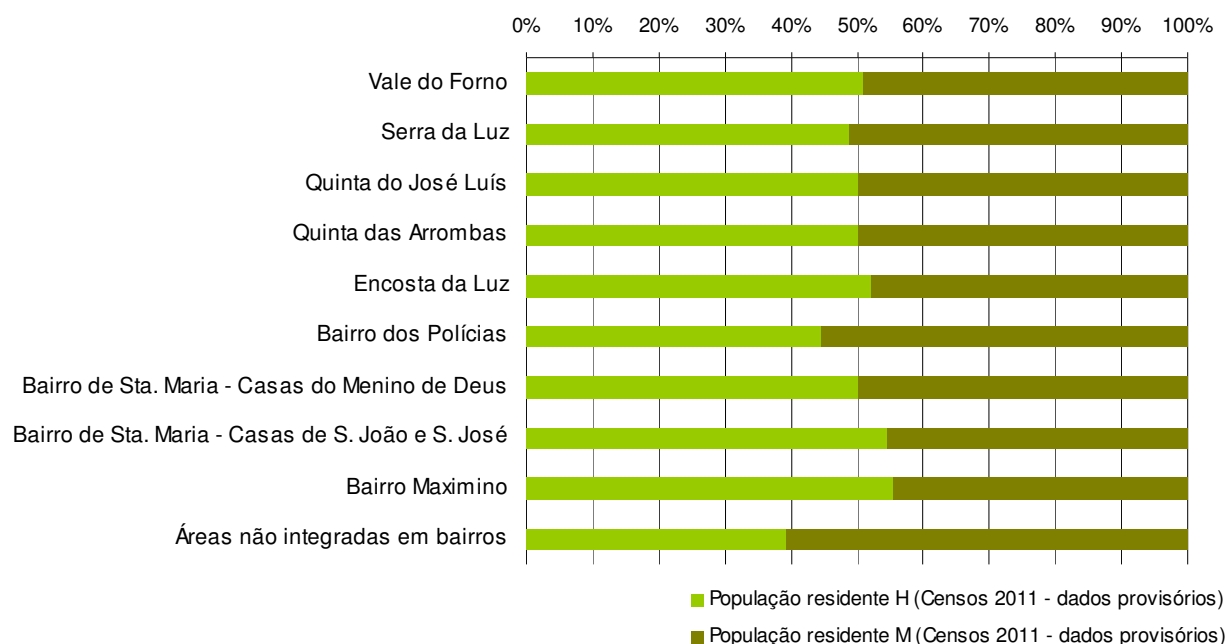


Gráfico 8: População residente na área de intervenção, por género e por bairros (Censos 2011)

A população residente na área de intervenção era, em 2001, bastante jovem – mais de 30% apresentava idade inferior aos 25 anos e menos de 10% apresentava idade superior ou igual aos 65.

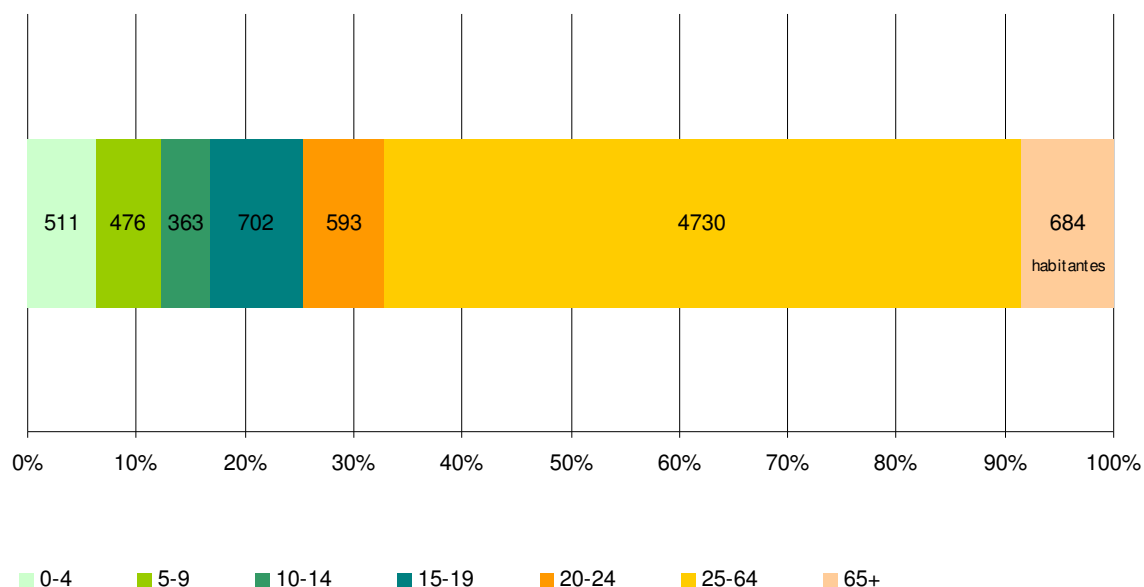


Gráfico 9: População residente na área de intervenção, por grupo etário (Censos 2001)

É possível verificar algumas diferenças entre as estruturas etárias das populações de cada bairro. Destacam-se como tendo maior proporção de população jovem a Encosta da Luz e o Bairro de Santa Maria (Casas de S. João e S. José), com cerca de 35-40% de população até aos 24 anos, seguidos da Quinta das Arrombas e do Bairro Maximino, com cerca de 30-35% de população até aos 24 anos. Destacam-se como tendo maior proporção de população idosa as áreas não integradas em bairros, com 22% de indivíduos acima dos 64 anos, seguidas da Quinta das Arrombas, Quinta do José Luís e do Bairro de Santa Maria (Casas de S. João e S. José), com 14% de população idosa.

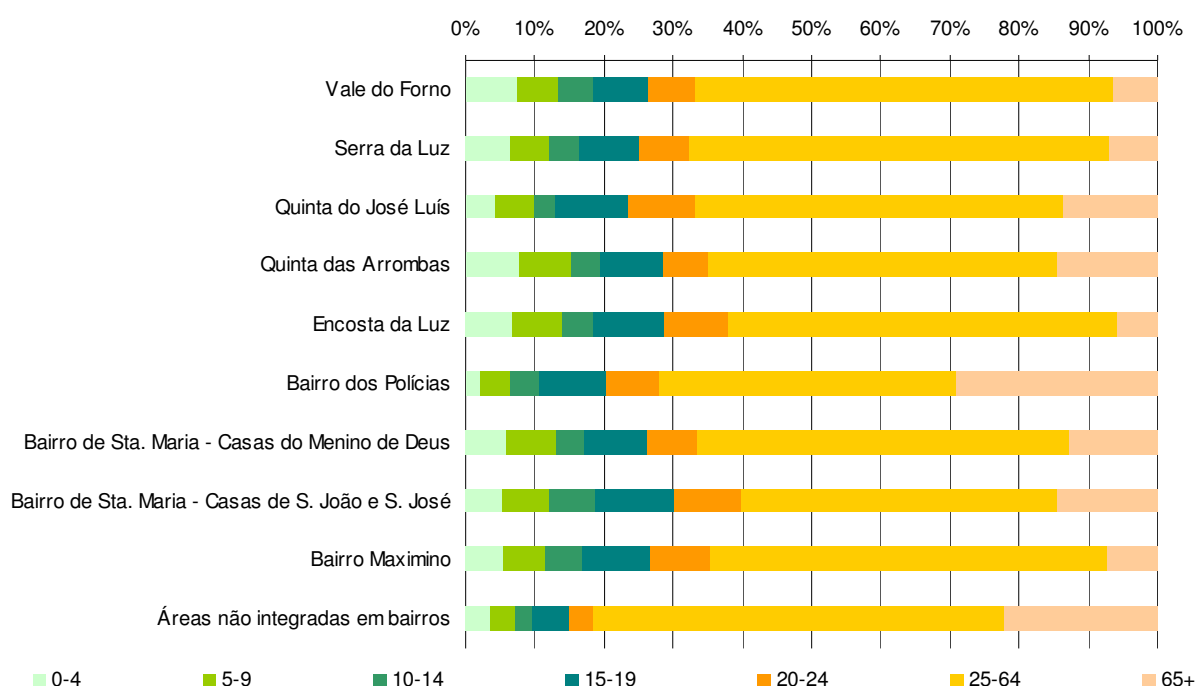


Gráfico 10: População residente na área de intervenção, por grupo etário e por bairros (Censos 2001)

Não tendo sido ainda possível atualizar estes dados com base nos Censos 2011, foram analisados os resultados do inquérito de 2009 do CLDS nesta matéria, que se resumem seguidamente.

A Encosta da Luz continua a destacar-se pela maior proporção de jovens, com 23% de indivíduos abaixo dos 20 anos, apesar de esta proporção ter diminuído 5 pontos percentuais desde 2001. Esta diminuição da população mais jovem verificou-se em todas as AUGI menos na Quinta do José Luís, em que se verifica um aumento de 4%, e na Quinta das Arrombas, em que não há alteração significativa.

Verifica-se uma diminuição global da proporção da população ativa, considerada como o escalão dos 15 aos 64, que é mais significativa no Vale do Forno e na Quinta das Arrombas (menos 13 pontos percentuais em relação à população total).

Na última década, a proporção de idosos aumentou substancialmente em todos os bairros analisados pelo CLDS, crescendo em média 12%, exceto na Quinta do José Luís, em que apenas aumentou 3 pontos percentuais. A Quinta das Arrombas e o Vale do Forno são as AUGI que apresentam maior percentagem de idosos. A Encosta da Luz continua a destacar-se pela sua pequena percentagem de idosos.

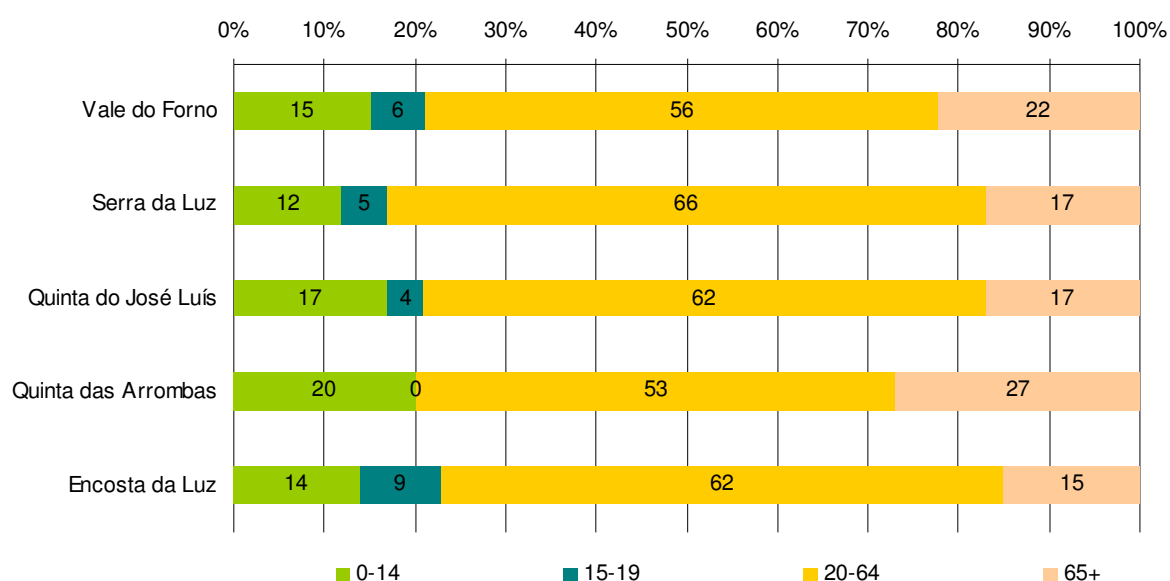


Gráfico 11: População residente na área de intervenção, por grupo etário e por AUGI (CLDS, 2009)

Com esta informação, é possível compilar quatro indicadores síntese da população: índice de dependência dos jovens, índice de dependência dos idosos, índice de dependência total e índice de envelhecimento.

O primeiro índice apresenta valores semelhantes e baixos em todas as AUGI, o que significa que existe mais população ativa do que jovem, representando esta em média apenas 20% da primeira.

O segundo índice permite aferir o peso da população idosa em relação à ativa. Neste caso, as AUGI apresentam valores diferentes – a Quinta das Arrombas é a que apresenta maior dependência, sendo o número de idosos correspondente a metade da população ativa; no Vale do Forno, o número de idosos corresponde a dois quintos da população ativa; na Quinta do

José Luís, corresponde a cerca de um terço; na Encosta da Luz e na Serra da Luz corresponde a um quinto. Desta forma, o índice de dependência total resulta elevado na Quinta das Arrombas, aproximando-se o número de dependentes jovens e idosos ao valor da população ativa (corresponde a 90% da mesma).

O índice de envelhecimento corresponde à razão entre jovens e idosos, e dá pistas para o estudo da evolução natural da população. Nos casos em que o índice de envelhecimento é superior a 1 – Vale do Forno, Serra da Luz, Quinta das Arrombas e Encosta da Luz –, o número de idosos é superior ao número de jovens, o que significa que a população terá tendência para decrescer, não se considerando migrações. Destes casos, a Encosta da Luz é a que mais se aproxima de 1, i.e., cuja relação entre populações idosa e jovem é mais equilibrada. Na Quinta do Zé Luís, o índice vale 1, o que significa que a população idosa e jovem é semelhante em número.

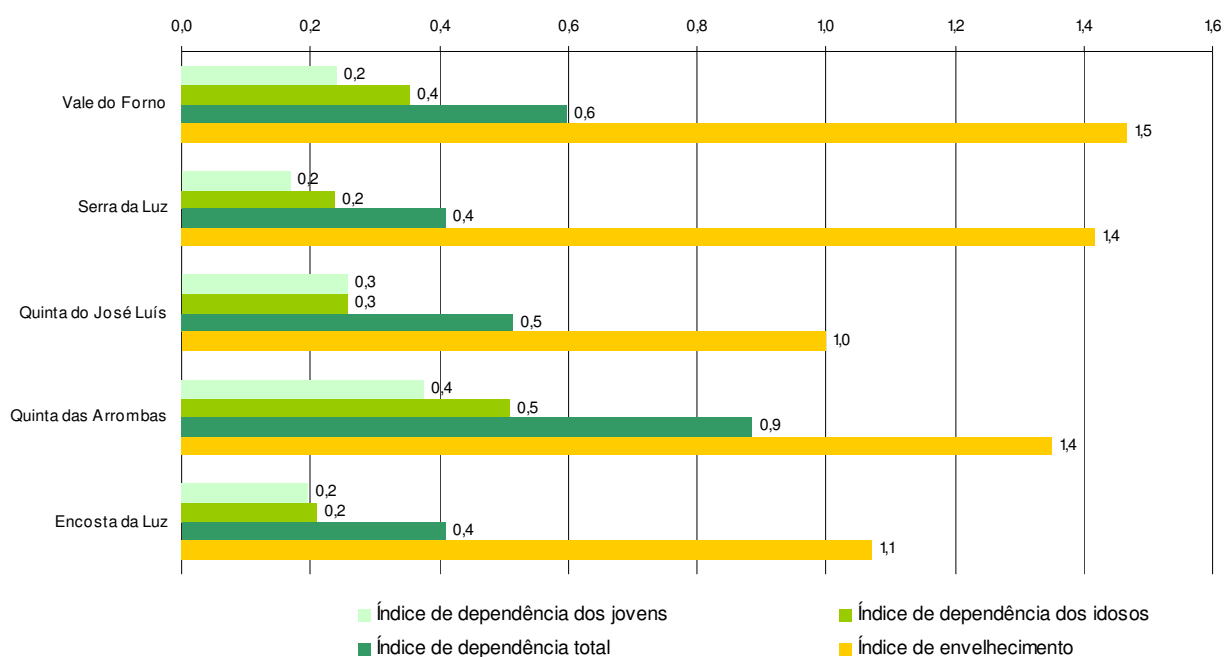


Gráfico 12: Índices de dependência e de envelhecimento, por AUGI (dados trabalhados a partir de CLDS, 2009)

No que diz respeito ao país de origem, verifica-se que o bairro com maior percentagem de estrangeiros é o Vale do Forno e que na Quinta das Arrombas apenas moram portugueses (dados do CLDS, 2009). No geral, as AUGI apresentam cerca de 14% de cidadãos estrangeiros, mais cerca de 10% que o valor atual do país.

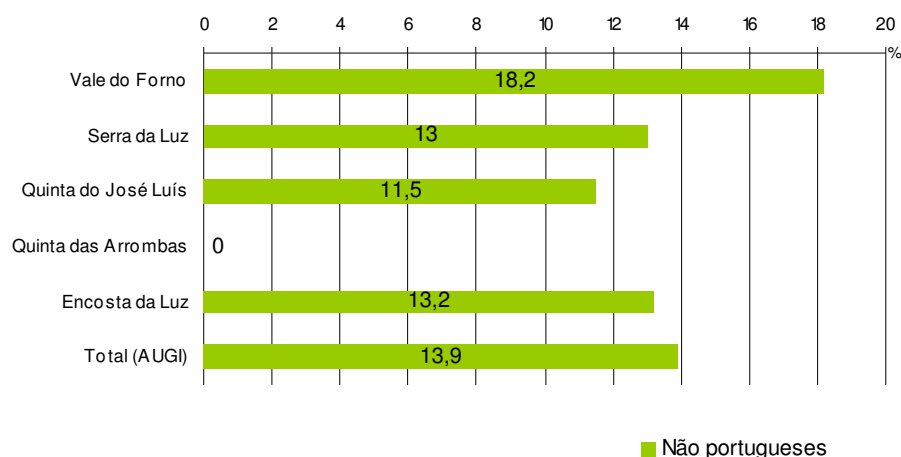


Gráfico 13: População residente não portuguesa na área de intervenção, por AUGI (CLDS, 2009)

É possível diferenciar a origem dos cidadãos estrangeiros com base nos dados do CLDS (2009), verificando-se que a proporção de indivíduos africanos é superior à dos provenientes de outros continentes em todas as AUGI e que existem percentagens importantes de cidadãos europeus de países do Leste e da América do Sul. Verifica-se maior percentagem de cidadãos africanos na Encosta da Luz e na Quinta do José Luís, maior percentagem de cidadãos brasileiros no Vale do Forno e existência de cidadãos asiáticos (da Índia) no Vale do Forno.

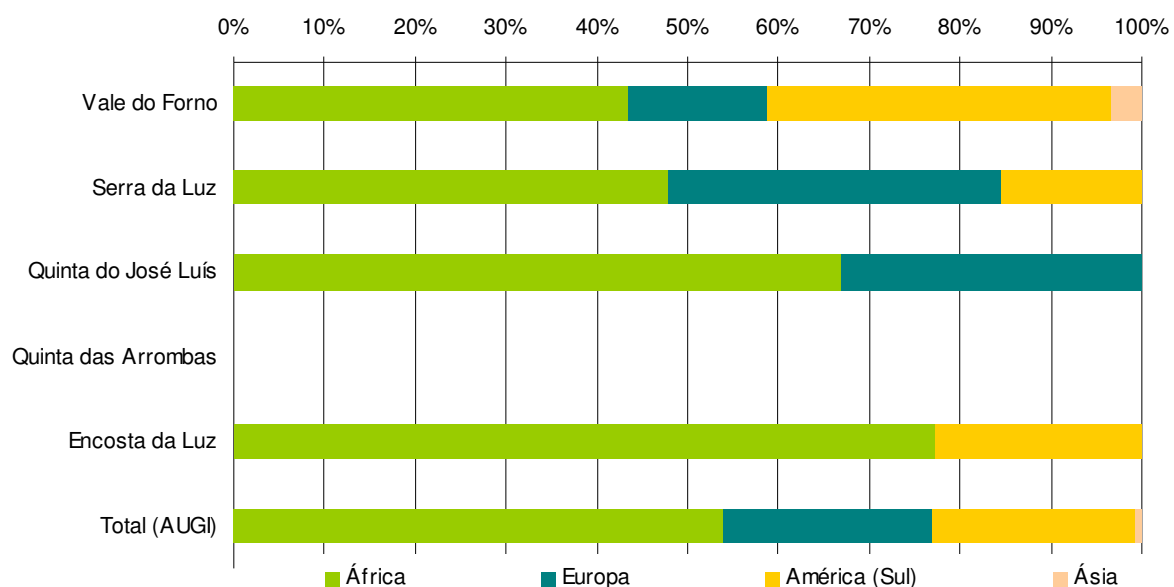


Gráfico 14: População residente não portuguesa na área de intervenção, por continente de origem e por AUGI (CLDS, 2009)

Discriminando os dados por país de origem, é relevante notar que existe alguma concentração nas comunidades, nomeadamente guineense na Encosta da Luz, cabo-verdiana na Quinta do José Luís, moldava na Quinta do José Luís e indiana no Vale do Forno. A AUGI com maior diversidade de origens é o Vale do Forno e a que apresenta menor é a Quinta das Arrombas, seguida da Encosta da Luz e da Quinta do José Luís.

País de origem	Percentagem de indivíduos de cada nacionalidade					TOTAL (AUGI)
	Vale do Forno	Serra da Luz	Quinta do José Luís	Quinta das Arrombas	Encosta da Luz	
Angola	2,8	2	1,9	0	6	3
Cabo Verde	0	1,4	5,8	0	0	1
Gâmbia	1,1	0	0	0	0	0,3
Guiné	1,1	1,7	0	0	4,2	2
Moçambique	1,1	0	0	0	0	0,3
S. Tomé	1,1	1,1	0	0	0	0,8
Zaire	0,6	0	0	0	0	0,1
Moldávia	0	0	3,8	0	0	0,3
Roménia	1,1	4,8	0	0	0	2,5
Ucrânia	1,7	0	0	0	0	0,4
Brasil	6,8	2	0	0	3	3,1
Índia	0,6	0	0	0	0	0,1
Portugal	81,8	87	88,5	100	86,8	86,1
Outros	0,2	0	0	0	0	0

Tabela 1: Distribuição da população por nacionalidade, por AUGI (CLDS, 2009)

Existem 3033 famílias clássicas na área de intervenção, tendo ocorrido um ligeiro decréscimo desde 2001. Em termos de composição, a maior parte são famílias conjugais nucleares com filhos (36,7%) e sem filhos (27,5%), seguindo-se as famílias extensas (15,9%), que correspondem ao núcleo familiar principal coabitando com outros familiares (CLDS, 2009). As famílias monogenitorais, de um adulto com filhos, e as unipessoais com pessoas aparentadas, representam 3,2% dos casos (CLDS, 2009).

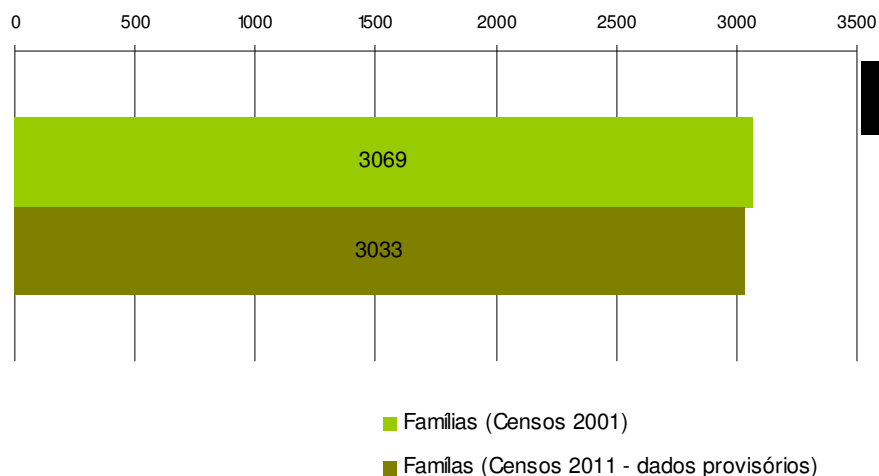


Gráfico 15: Famílias clássicas na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)

Na última década, verifica-se um decréscimo significativo no número de famílias na Serra da Luz, situação contrária à dos restantes bairros, em que se registam aumentos de dimensão variada, nomeadamente quase duplicação no caso da Quinta do José Luís, aumento em dois terços na Quinta das Arrombas, em um quinto na Encosta da Luz.

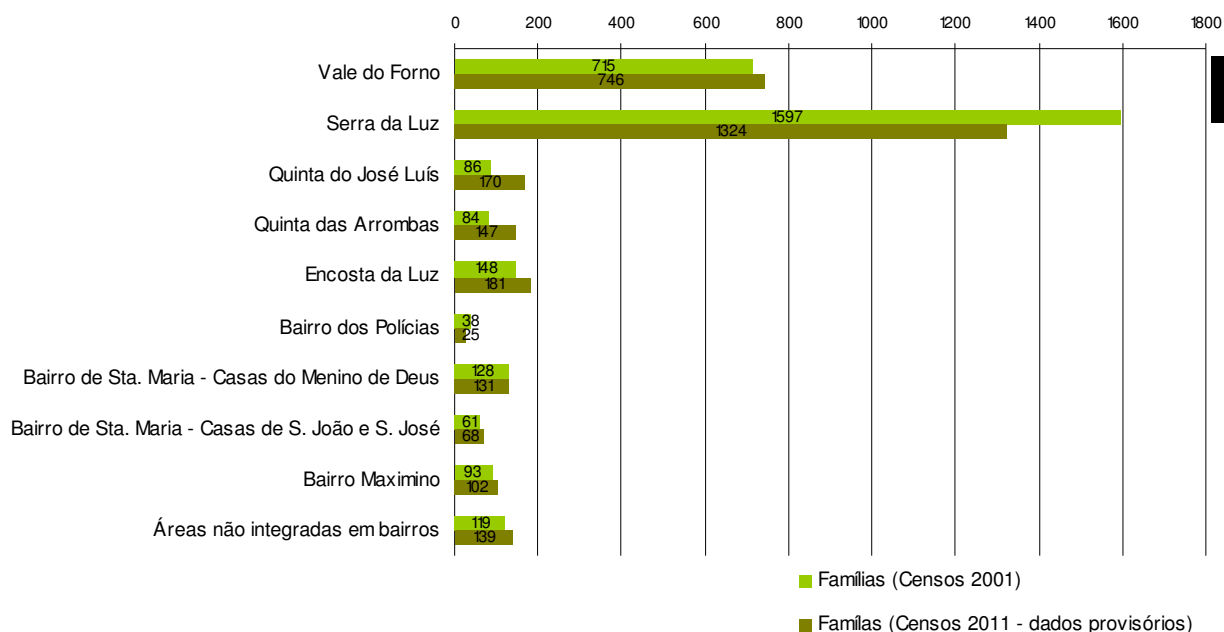


Gráfico 16: Famílias clássicas na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011)

Com base nos dados provisórios dos Censos 2011, foi possível aproximar um valor da dimensão média da família em cada bairro e do total da área de intervenção, tendo em conta as áreas de estudo dos bairros. Apesar de ser necessária alguma reserva na análise destes resultados dadas as discrepâncias entre áreas de estudo e bairros em si, podem registar-se algumas informações relevantes que dela decorrem, nomeadamente que o Bairro de Santa Maria apresenta famílias de maior dimensão, que a Quinta das Arrombas e a Encosta da Luz apresentam valores intermédios e que os restantes apresentam valores mais baixos. A dimensão média da família para a área de intervenção é de 2,57, sendo a mais baixa a nível de bairros 2,18, no Bairro Maximino, e a mais alta de 3,21 indivíduos, nas Casas do Menino de Deus.

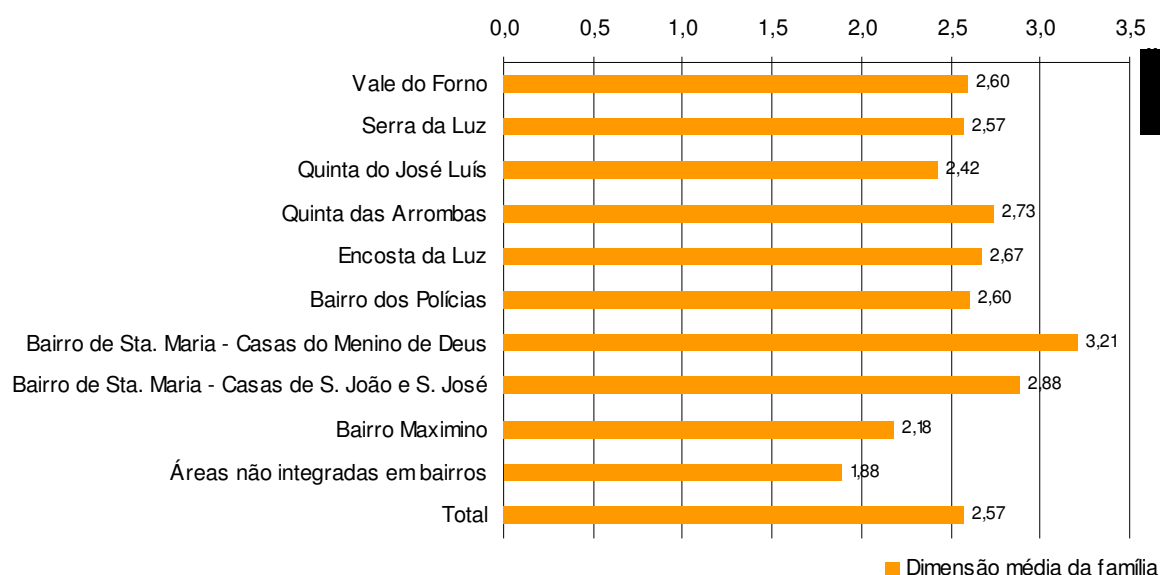


Gráfico 17: Dimensão média da família, por bairro (Censos 2011)

7.4. Educação e condição perante o trabalho

Em termos de educação, a área de intervenção apresenta algumas fragilidades, retratadas pelos Censos 2001 através de uma proporção de analfabetos de 20%, na fraca proporção de indivíduos com o ensino básico completo (cerca de 33%) e na fraca proporção de indivíduos com instrução acima do ensino básico (cerca de 13%). O bairro com maior proporção de indivíduos que não sabem ler nem escrever é o de Santa Maria (Casas de S. João e S. José, 32%). É nas áreas não integradas em bairros que esta proporção é menor. Encosta da Luz, Vale do Forno e Bairro Maximino apresentam taxas mais baixas do que a média e Quinta das Arrombas e Serra da Luz apresentam taxas mais altas. Vale do Forno, Bairro Maximino, Encosta da Luz e as áreas não integradas em bairros apresentam proporção de indivíduos com instrução acima do ensino básico próximas dos 20%.

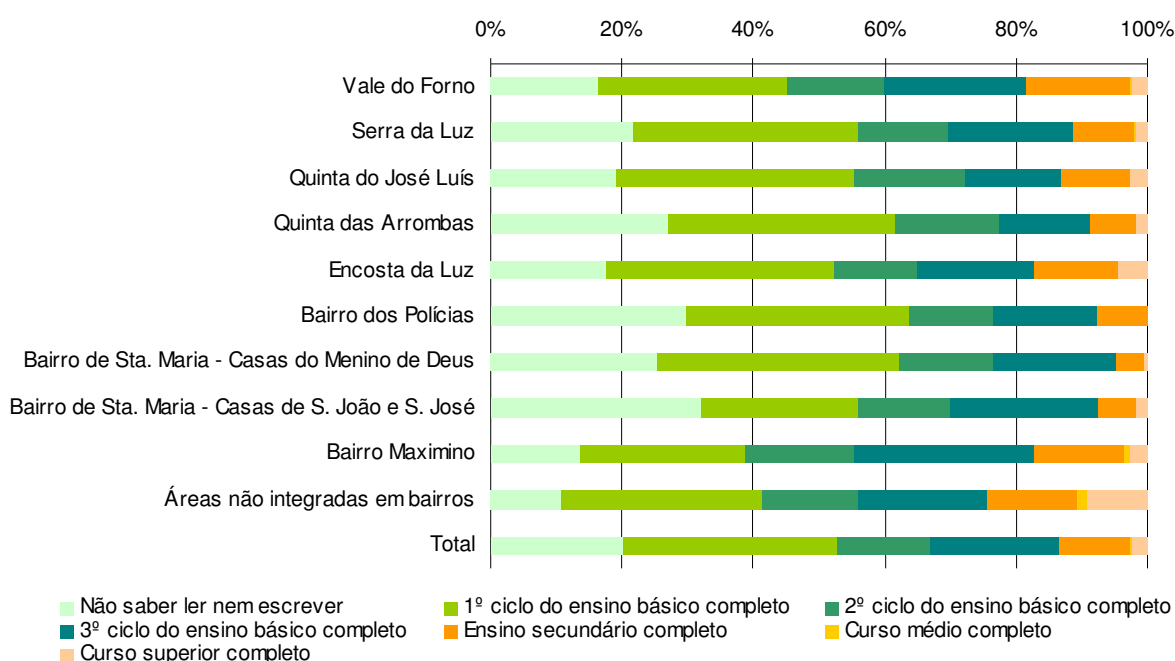


Gráfico 18: População residente, por nível de instrução e por bairro (Censos 2001)

Esta fragilidade tem no entanto vindo a evoluir e corrigir-se, de acordo com os resultados do CLDS (2009). A amplitude da evolução deve no entanto ser observada com alguma reserva, já que os dados resultam de inquérito a amostra e não resultam de censos à população integral. Os dados definitivos dos Censos 2011 permitirão confirmar este progresso. Os resultados apontam para um crescimento da população com instrução acima do ensino básico, excedendo

os 20% em todas as AUGI e para um decrescimento substancial da população que não sabe ler nem escrever.

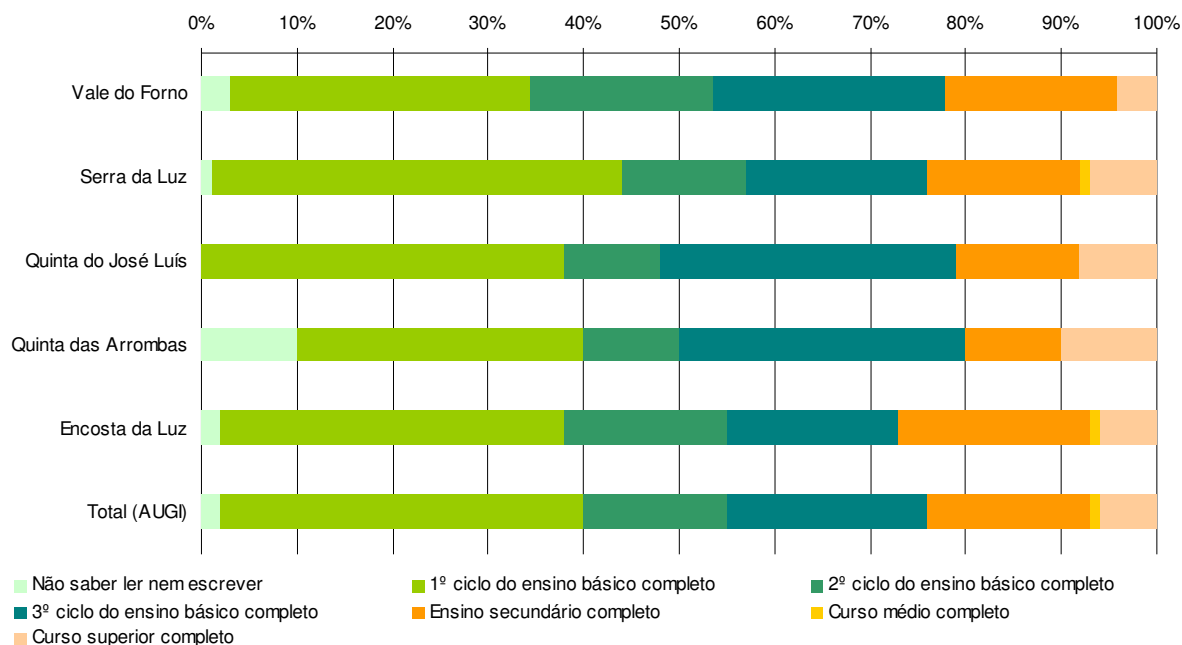


Gráfico 19: População residente, por nível de instrução e por AUGI (CLDS, 2009)

O estudo do CLDS (2009) cruzou o grau de instrução com o escalão etário, tendo concluído que o analfabetismo e baixa escolaridade se devem sobretudo aos idosos, mas que uma proporção significativa da população dos 20 aos 64 anos (40%) apenas concluiu o primeiro ciclo do ensino básico. Nesse escalão, 19% da população tem o ensino básico completo.

O estudo cruzou ainda o grau de instrução com a nacionalidade, tendo concluído que nos graus menos qualificados (não sabe ler nem escrever e primeiro ciclo) predominam os cidadãos portugueses e que no terceiro ciclo e secundário predominam os cidadãos estrangeiros.

No que diz respeito à condição perante o trabalho da população ativa, é possível verificar que uma proporção significativa da população não tem atividade económica (14%) e que há 11% de desemprego, proporção superior à do país (CLDS, 2009). A proporção de pensionistas e reformados é de 16% e a de empregados é 59%.

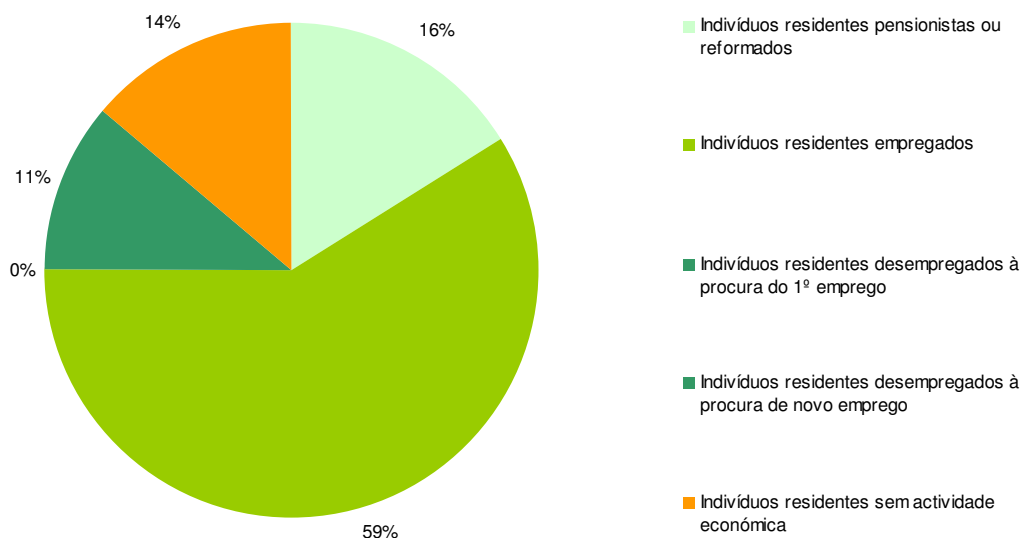


Gráfico 20: População ativa residente nas AUGI, por condição perante a atividade económica (dados trabalhados a partir de CLDS, 2009)

A análise das atividades económicas do Capítulo 8 desenvolve o perfil dos indivíduos empregados, no entanto, interessa aqui discriminar as proporções de ativos em cada setor. Regista-se uma grande proporção da população no setor terciário – 66% – e uma proporção ainda considerável no secundário. Em 2001, 0% da população trabalhava no setor primário.

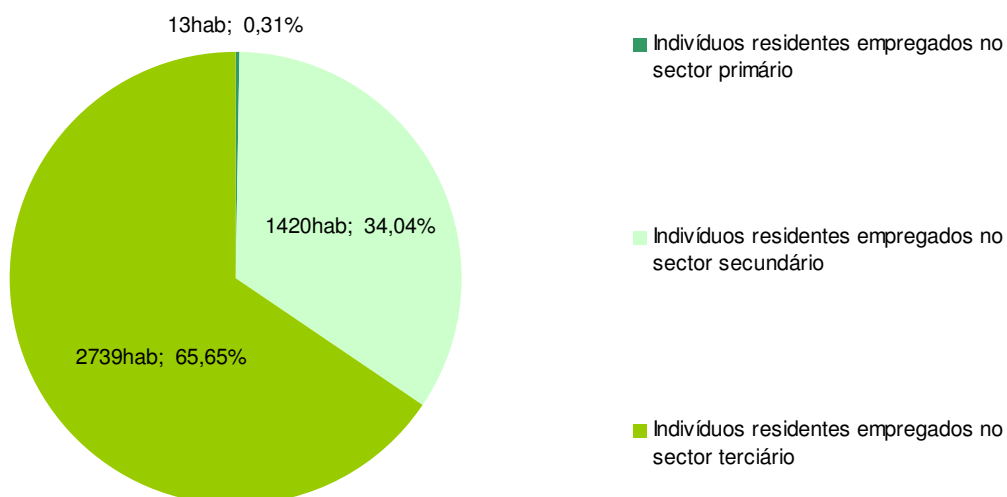


Gráfico 21: População ativa residente nas AUGI, por setor de atividade económica (Censos 2001)

O estudo do CLDS (2009) permite atualizar estes dados para as AUGI da área de intervenção, elaborando a informação ao nível do tipo de profissão segundo a classificação nacional de profissões.

Regista-se atualmente uma fraca qualificação geral do emprego, com uma forte percentagem de trabalhadores não qualificados (27%), seguida de operadores de instalações e máquinas e de artífices e operadores (19% e 18%, respetivamente) e de pessoal dos serviços e vendedores (14%).

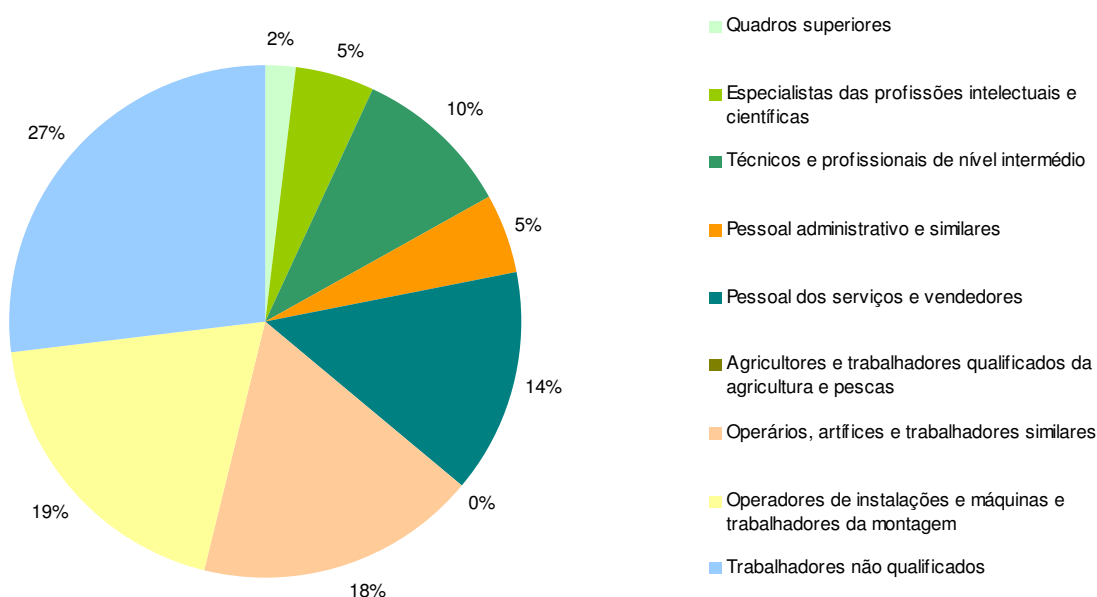


Gráfico 22: População ativa nas AUGI, por profissão, excluindo domésticas e estudantes (CLDS, 2009)

O estudo do CLDS (2009) cruzou estes dados com a nacionalidade, tendo concluído que os cidadãos estrangeiros se encontram, na maioria, empregados ou a estudar, havendo valores residuais de domésticas e reformados e cerca de 14% de desempregados. Os cidadãos portugueses têm menor percentagem de indivíduos empregados, menor percentagem de estudantes e uma grande percentagem de reformados (28%), sendo a proporção de domésticas mais relevante e a de desempregados menos relevante (7%).

Esse estudo aferiu ainda os rendimentos dos indivíduos inquiridos, tendo concluído que 50% provêm de trabalho fixo, incluindo contratos a termo certo, e que 33% provêm de pensões de reforma. Cerca de 42% dos indivíduos que têm trabalho fixo auferem entre 501 e 1000 euros mensais e a proporção de indivíduos com trabalho fixo que auferem menos que 500 euros é 29%.

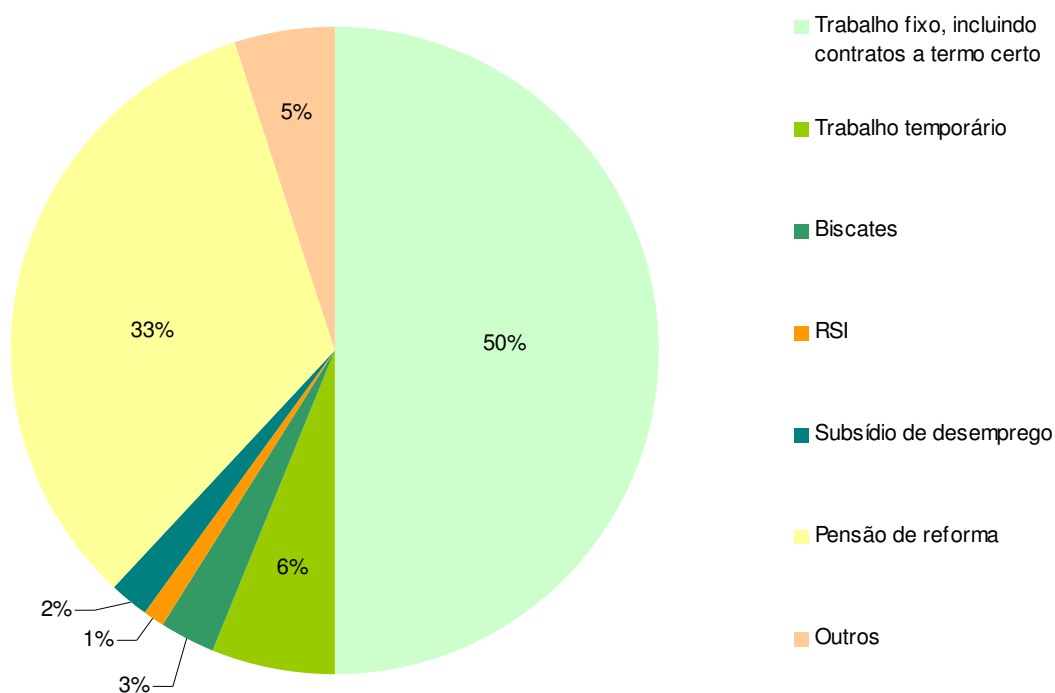


Gráfico 23: População ativa nas AUGI, por proveniência dos rendimentos (CLDS, 2009)

7.5. Edifícios e alojamentos

Existem na área de intervenção 1205 edifícios, tendo-se verificado um ligeiro decréscimo desde 2001, de 18 edifícios. A análise dos edifícios que foi realizada no Capítulo 6, relativo à estrutura urbana, inclui número de pisos, usos e tipologia.

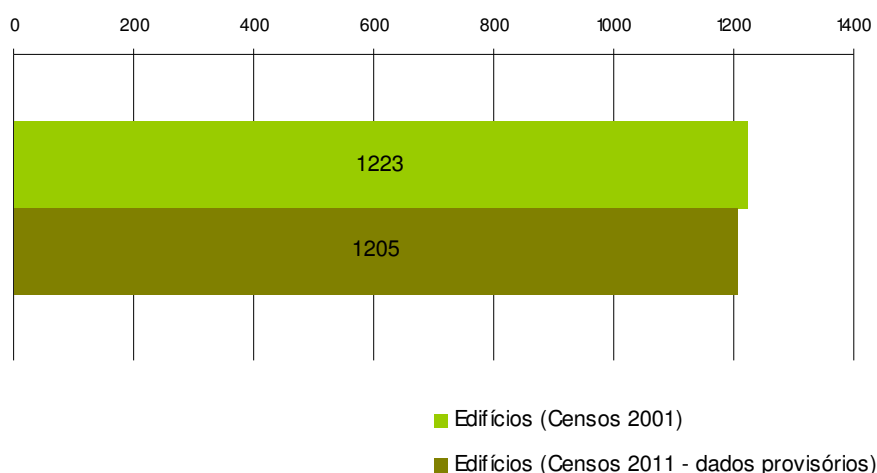


Gráfico 24: Edifícios na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)

O bairro com maior número de edifícios é a Serra da Luz, apesar de apresentar algum decréscimo de 2001 para 2011. Segue-se Vale do Forno, onde também se registou algum decréscimo, e Encosta da Luz, em que houve crescimento. O maior aumento registado foi na Quinta do José Luís.

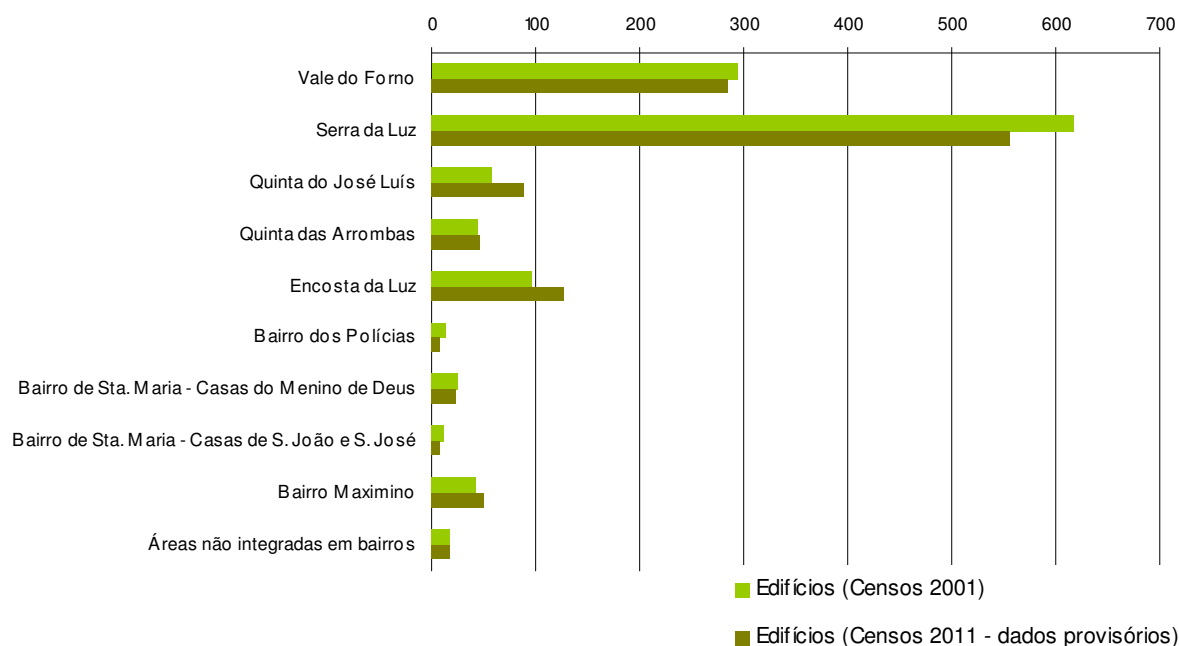


Gráfico 25: Edifícios na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011)

Com base nos dados provisórios dos Censos 2011, foi possível calcular a densidade construtiva em edifícios por hectare em cada bairro e do total da área de intervenção, tendo em conta as áreas de estudo dos bairros. Apesar de ser necessária alguma reserva na análise destes resultados dadas as discrepâncias entre áreas de estudo e bairros em si, podem registar-se algumas informações relevantes que dela decorrem, nomeadamente que a densidade construtiva na Serra da Luz é a mais elevada, com 20 edifícios por hectare, seguindo-se as Casas do Menino de Deus, com 17, que os bairros com menor densidade construtiva são as Casas de S. João e S. José e a Quinta das Arrombas e que, em média, existem na área de intervenção 7 edifícios por hectare.

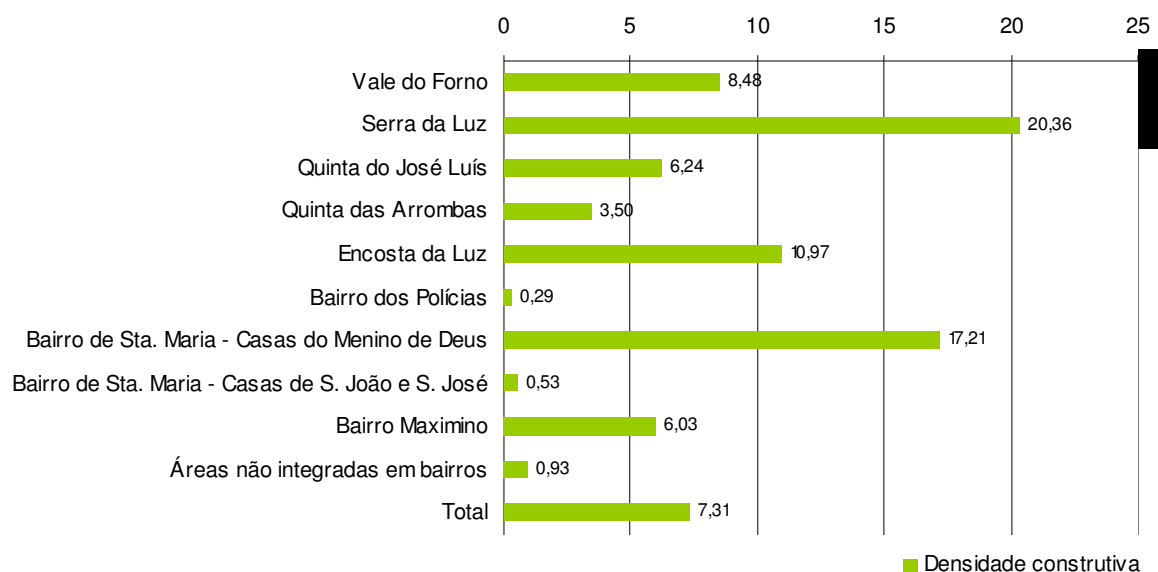


Gráfico 26: Densidade construtiva na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)

Destes edifícios, em 2001, 97% eram clássicos. Os bairros em que existem proporções significativas de edifícios não clássicos são a Encosta da Luz e o de Santa Maria (Casas do Menino de Deus). Em Vale do Forno, apenas existem edifícios clássicos, i.e., cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário e duração esperada de 10 anos pelo menos.

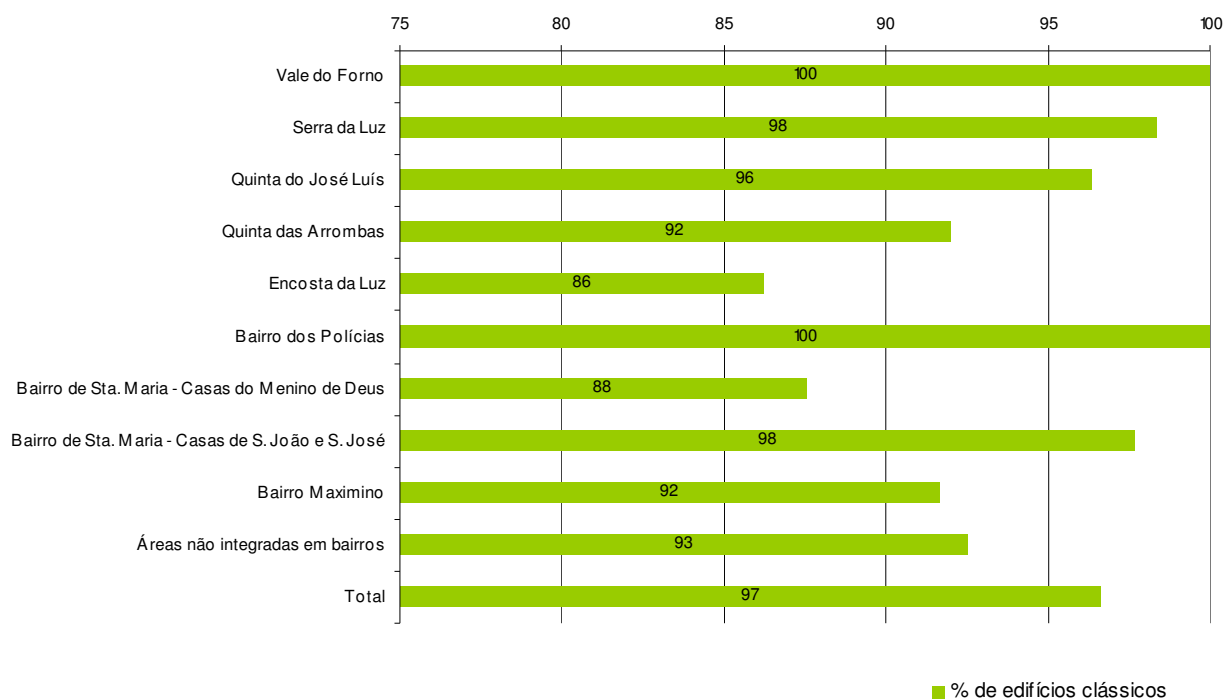


Gráfico 27: Proporção de edifícios clássicos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001)

Os edifícios existentes na área de intervenção são na sua maioria de 1 a 2 pavimentos, com cerca de um terço de edifícios com 3 a 4. O número de edifícios com 5 ou mais pavimentos é pouco significativo, representando apenas 3% do total.

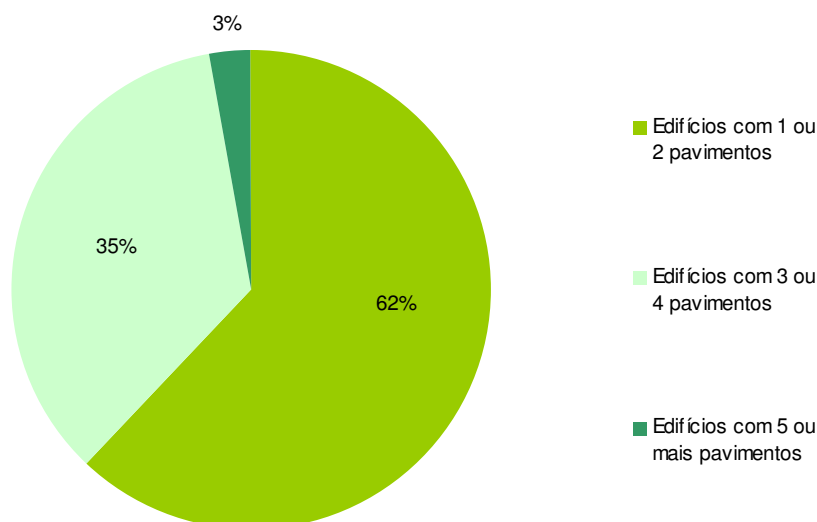


Gráfico 28: Edifícios na área de intervenção, por número de pavimentos (Censos 2001)

Analisando o número de pavimentos por bairro, em complemento da análise anterior, verifica-se que Vale do Forno e Bairro de Santa Maria apresentam proporção de edifícios com 1 a 2 pisos menor, especialmente as Casas de S. João e S. José. As áreas não integradas em bairros também apresentam pequena proporção de edifícios com 1 a 2 pisos, constituindo as áreas maior proporção de edifícios com mais pisos. Os edifícios com 5 ou mais pisos são praticamente inexistentes, ocorrendo nas áreas não integradas em bairros, e, em valor residual, na Serra da Luz, no Bairro de Santa Maria e no Bairro Maximino.

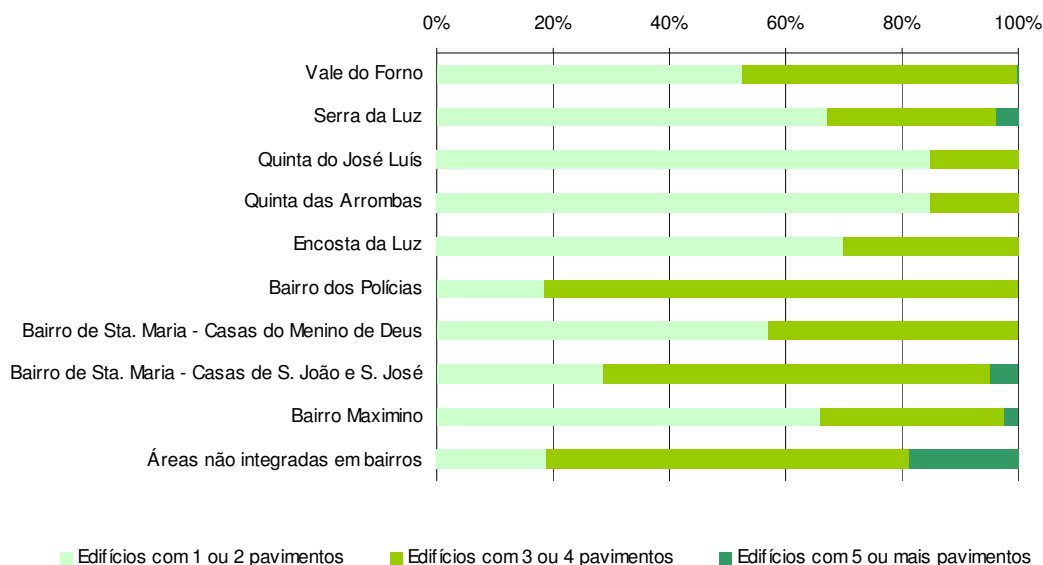


Gráfico 29: Edifícios na área de intervenção, por número de pavimentos e por bairro (Censos 2001)

No que diz respeito a idade do edificado, as décadas com maior construção foram as de 1960, 1970 e 1980, com 24, 30 e 24%, respetivamente. Nos anos 1990, a construção houve uma desaceleração da construção. A edificação tem em média 37 anos.

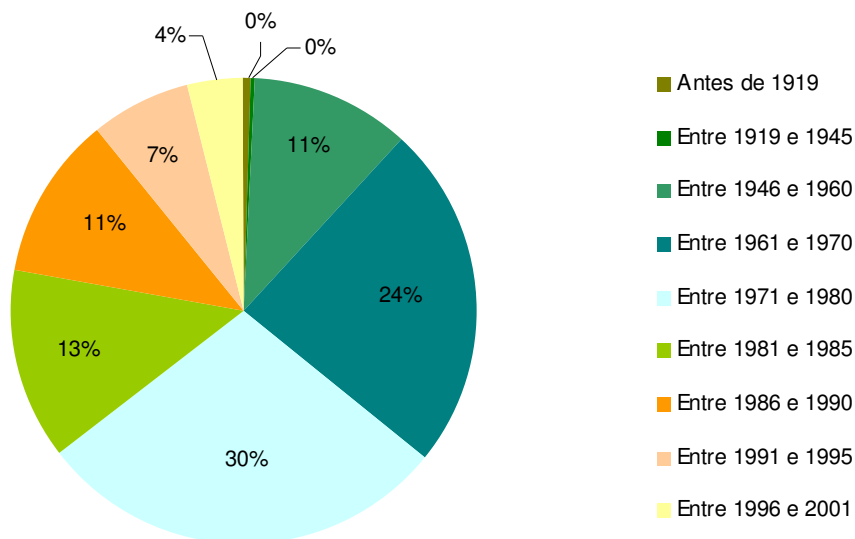


Gráfico 30: Edifícios na área de intervenção, por época de construção (Censos 2001)

Analisando a época de construção por bairro, é possível destacar que a Encosta da Luz apresenta a maior proporção de construções mais recentes e que o Bairro de Santa Maria (Casas do Menino de Deus) tem maior proporção de edifícios mais recentes.

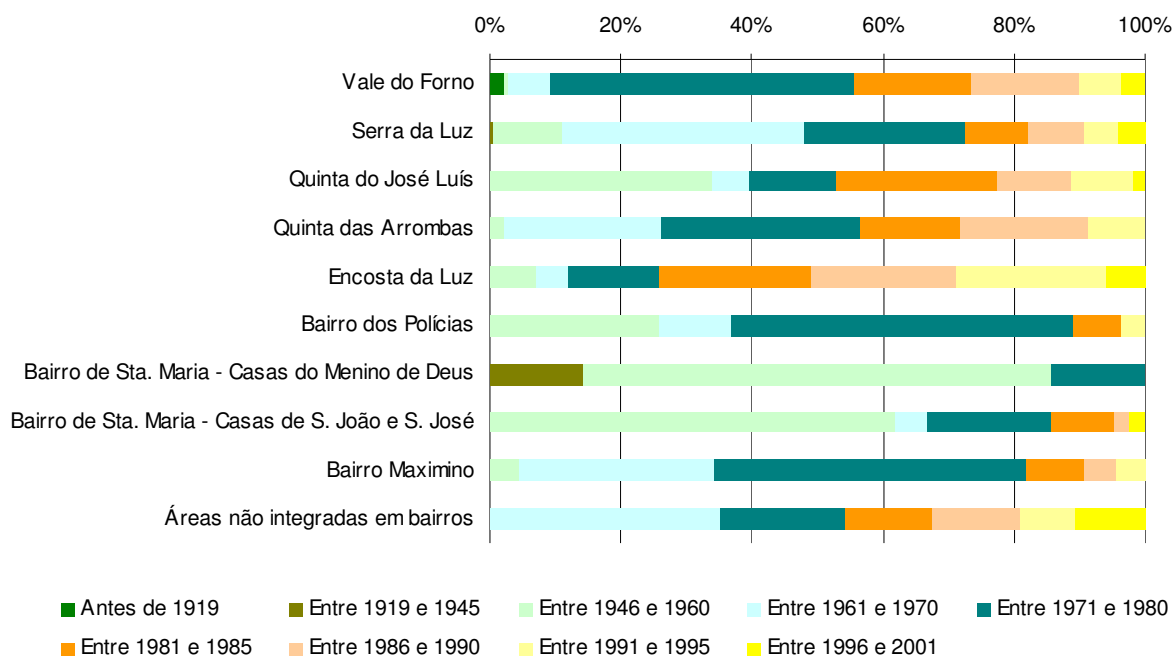


Gráfico 31: Edifícios na área de intervenção, por época de construção e por bairro (Censos 2001)

A estes edifícios correspondem 3765 alojamentos, valor que cresceu nos últimos 10 anos em 361 fogos.

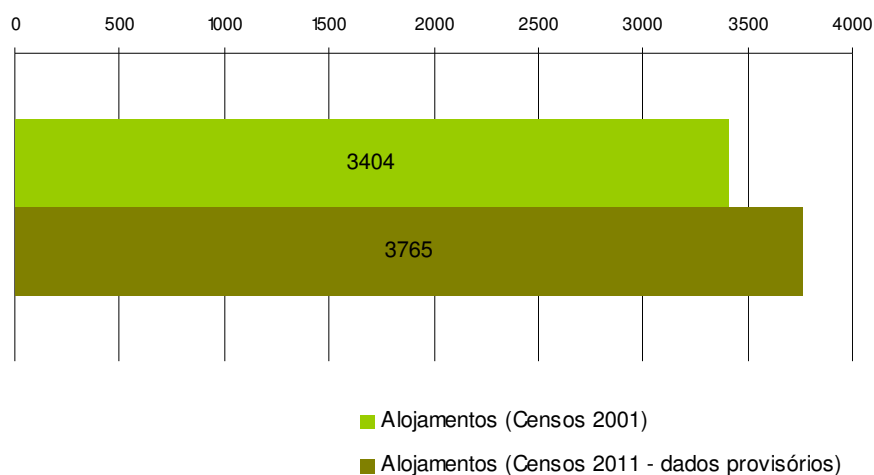


Gráfico 32: Alojamentos na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)

Analisando os alojamentos por bairro, é possível verificar que o número cresceu bastante no Vale do Forno, na Quinta do José Luís e na Encosta da Luz, tendo-se registado crescimento moderado nos restantes bairros, excetuando a Serra da Luz e áreas não integradas em bairros, em que se nota pouca alteração.

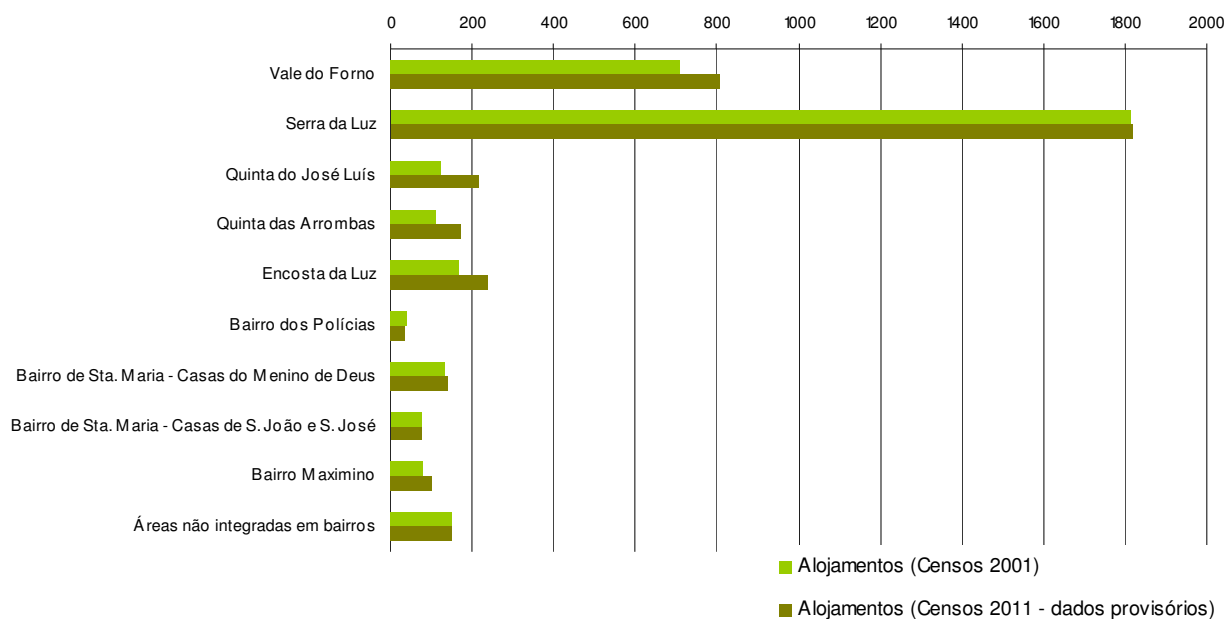


Gráfico 33: Alojamentos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011)

A proporção de alojamentos clássicos era, em 2001, 97%. Os bairros com menor percentagem de alojamentos clássicos eram Encosta da Luz e Bairro Maximino, com valores abaixo dos 90%. O bairro com maior percentagem de alojamentos clássicos era Vale do Forno.

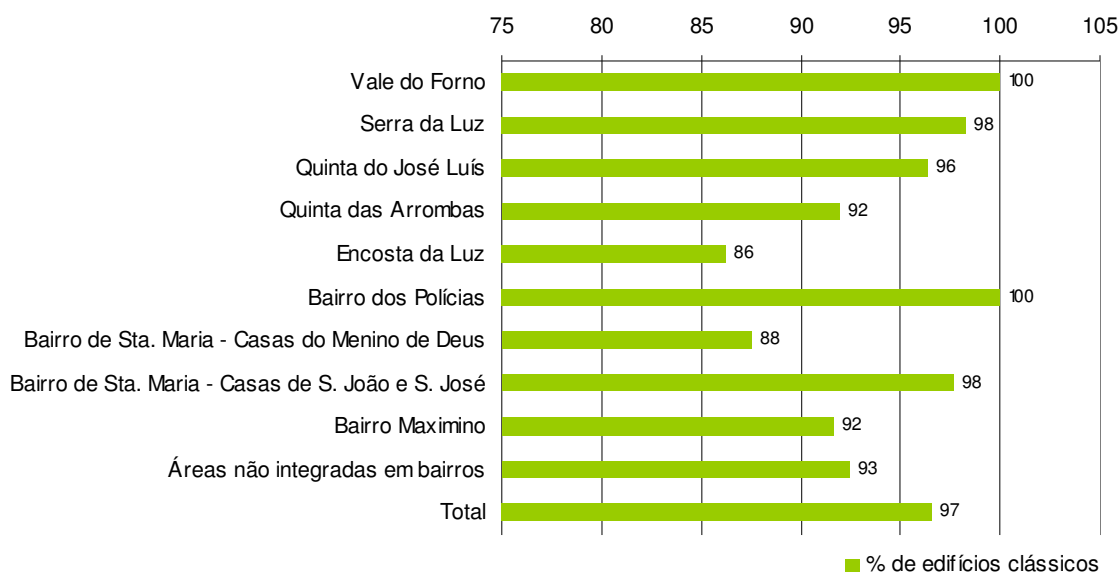


Gráfico 34: Proporção de alojamentos clássicos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001)

Com base nos dados provisórios dos Censos 2011, foi possível aproximar um valor da densidade habitacional em cada bairro e do total da área de intervenção, tendo em conta as áreas de estudo dos bairros. Apesar de ser necessária alguma reserva na análise destes resultados dadas as discrepâncias entre áreas de estudo e bairros em si, podem registar-se algumas informações relevantes que dela decorrem, nomeadamente que a densidade habitacional nas Casas do Menino de Deus é a mais alta, atingindo os 103 fogos por hectare e que a Serra da Luz também apresenta um valor elevado, de 67 fogos por hectare, embora em média, a área de intervenção tenha 23 fogos por hectare. As casas de S. João e S. José apresentam uma densidade habitacional baixa de 6 fogos por hectare (valor que se pode associar à grande dimensão da subsecção), seguidas do Bairro Maximino e da Quinta das Arrombas.

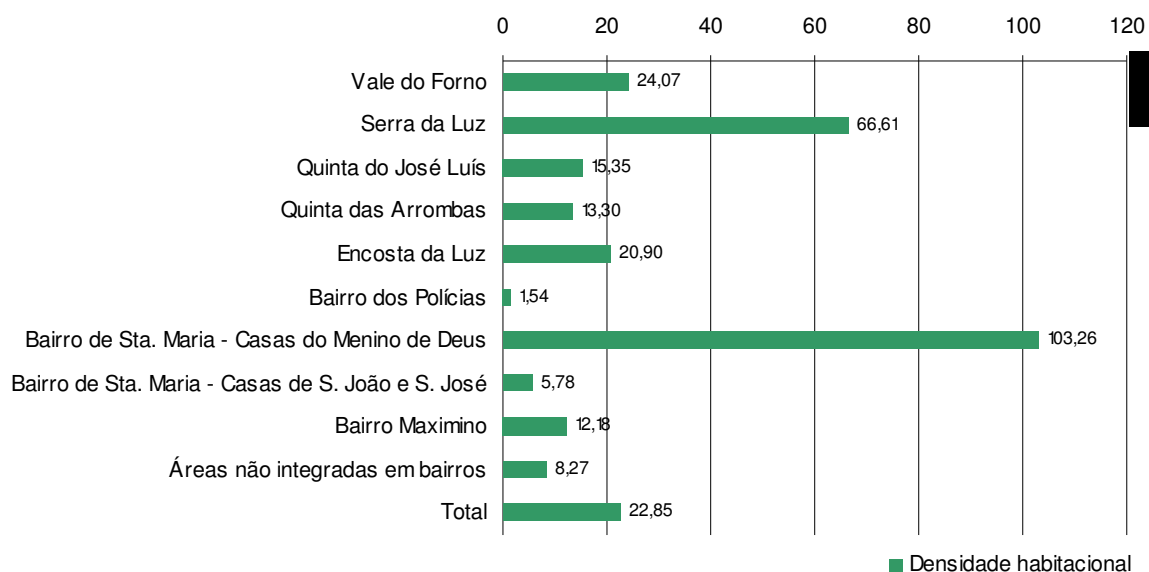


Gráfico 35: Densidade habitacional na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)

Recorreu-se ao estudo da candidatura ao QREN do Programa de ação de parcerias para a regeneração urbana da Vertente Sul do Concelho de Odivelas para obter a informação necessária para a caracterização no domínio da dotação de infraestruturas nos alojamentos. Este estudo apresenta dados apenas para quatro AUGI. A infraestrutura com maior cobertura nestes bairros é a eletricidade, registando-se carência em menos de 2% dos alojamentos na Encosta da Luz e na Quinta do José Luís e em valores residuais nos restantes. A infraestrutura com menor cobertura é a retrete, seguida do banho. O bairro com edifícios com menor infraestruturação é a Encosta da Luz, que em termos de infraestruturas básicas apresenta carências em água e esgotos, retrete e banho. O bairro com edifícios com maior infraestruturação é a Serra da Luz.

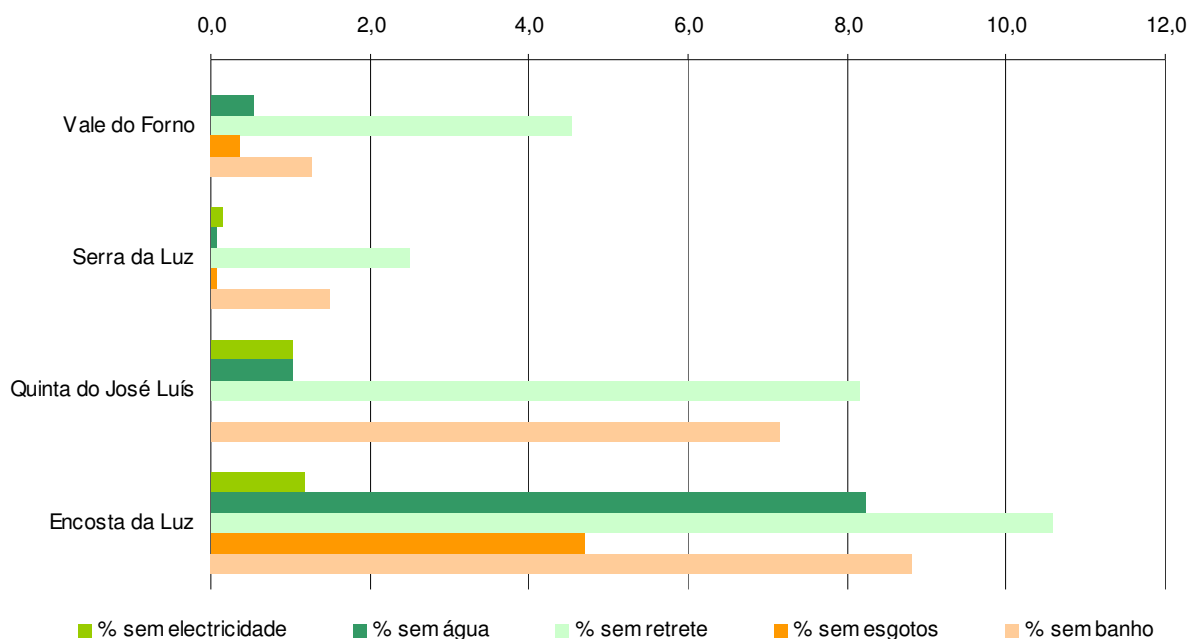


Gráfico 36: Alojamentos na área de intervenção, por disponibilidade de infraestruturas básicas e por AUGI (Censos 2001)

7.6. Equipamentos e coesão social

A Carta Educativa de Odivelas, de 2007 avalia e programa os equipamentos de educação do concelho, tendo sido realizado no seu âmbito um relatório de monitorização da rede educativa em 2007/2008. Atualmente, a área de intervenção integra parcialmente um equipamento educativo – a Escola Profissional Agrícola D. Dinis – e é servida pela EB1 da Serra da Luz, a sul, fora do PUVERSUL. A Carta Educativa propõe a criação de três EB1/JI na área de intervenção – Serra da Luz, Encosta da Luz e Vale do Forno. Não se encontra ainda programada a construção destes equipamentos.



No que diz respeito a equipamentos desportivos, a consulta da Carta Desportiva do concelho permitiu identificar seis equipamentos – dois grandes campos de jogos, três pequenos campos de jogos, um dos quais é escolar, e um pequeno pavilhão.

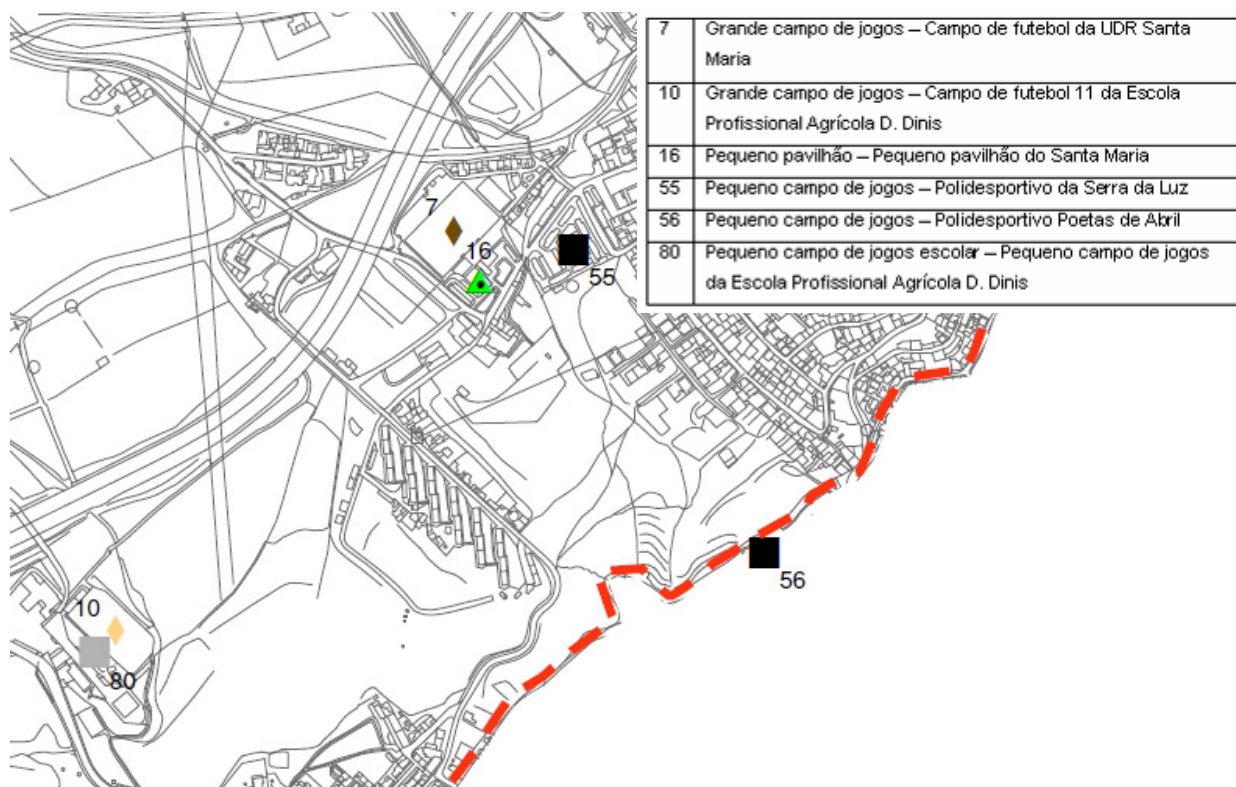


Figura 29 – Extrato da Carta Desportiva do Concelho de Odivelas, 2007

É possível identificar um equipamento de saúde – a extensão de saúde da Urmeira do Centro de Saúde da Pontinha – e duas farmácias na área de intervenção.

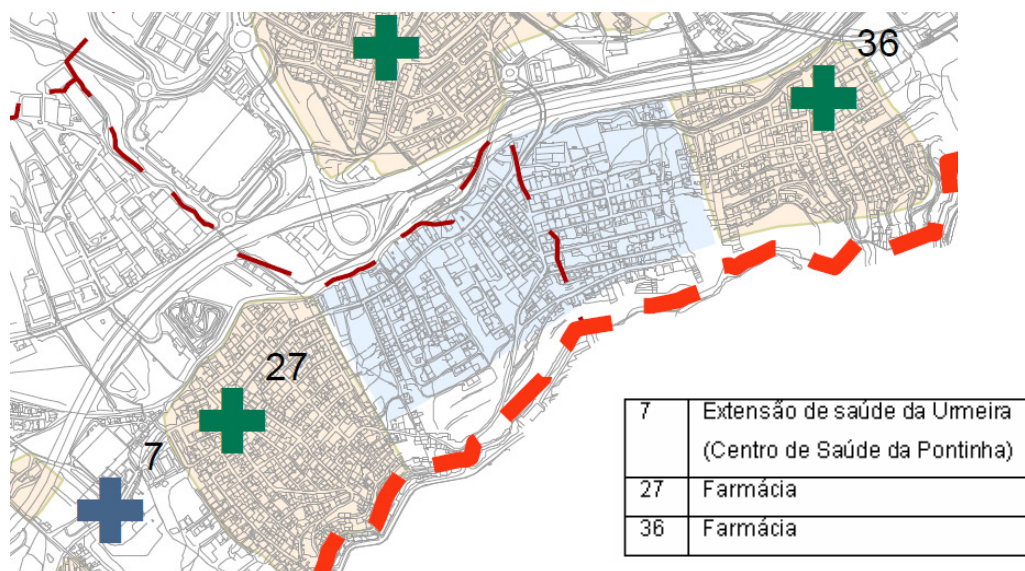


Figura 30: Extrato da Planta de equipamentos e serviços de saúde do PDM proposto de Odivelas, 2008

Finalmente, devem ser referidos os equipamentos programados no âmbito do PAT, integrando as ações do grupo 2, que podem ser localizadas na planta abaixo:

Ação 2.1 Construção de Pólo Cívico e Comunitário de Vale do Forno

Ação 2.2 Equipamento Ligeiro Partilhado de apoio à população na Encosta da Luz;

Ação 2.3 Complexo Lúdico-Desportivo do Bairro de Santa Maria.

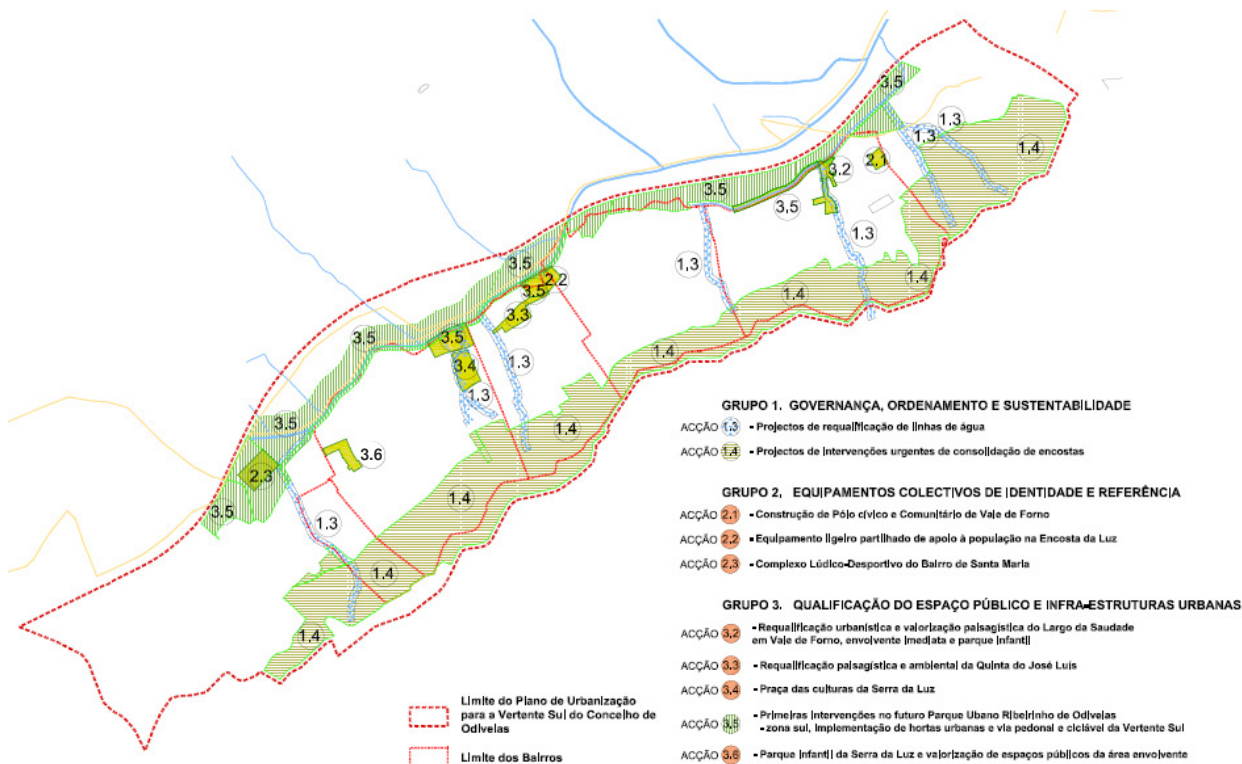


Figura 31: Planta das Ações com tradução territorial do Programa de Ação Territorial parcerias para a Regeneração Urbana do Concelho de Odivelas

Tendo em conta a dimensão da população, este território encontra-se muito pouco equipado, devendo o PU analisar as carências de acordo com a população estimada, a partir da proposta de plano, e criar condições para a concretização de investimentos necessários. Os inquéritos do CLDS (2009) permitiram identificar aqueles equipamentos que a população indica como em falta nos seus bairros, por ordem de prioridade:

Segurança social – tipologias centro de dia e lar de idosos

Segurança social – tipologia creche

Segurança e proteção civil – tipologia esquadra de polícia

Saúde – equipamentos de saúde em geral

Educação – equipamentos educativos em geral

Segurança social – tipologia ATL

Desporto – equipamentos desportivos em geral

Segurança social – equipamentos para jovens em geral

O mesmo estudo permitiu concluir que as relações de vizinhança na área de intervenção são cordiais, mas sem grande proximidade, ocorrendo principalmente ao nível do prédio e da rua.

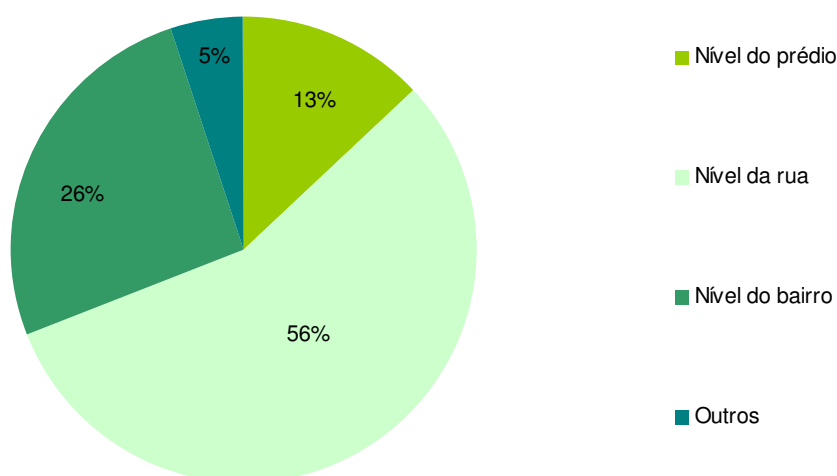


Gráfico 37: População residente na área de intervenção, por nível de relações de vizinhança (CLDS, 2009)

No que diz respeito à coesão do tecido social na sua relação com o processo de planeamento, transcrevem-se as conclusões do segundo relatório intercalar dos *workshops* de participação e desenvolvimento de técnicas e processos de planeamento participado na Vertente Sul de Odivelas.

Domínio	Potencialidades/Oportunidades	Problemas/Ameaças
Enquadramento e diagnóstico	- Impacte positivo na inserção territorial de algumas ações recentemente implementadas (ex. Voltas) - As construções com falta de segurança e habitabilidade na Vertente Sul correspondem a uma pequena percentagem de situações	- Falta de ligação entre os bairros da Vertente Sul e a envolvente - Falta de condições de habitabilidade, sobretudo nos casos de arrendamento (muitas vezes com sobrelotação e subdivisão)

Domínio	Potencialidades/Oportunidades	Problemas/Ameaças
	- Existência de um estudo sobre as condições de habitabilidade realizado pelo departamento de habitação - Alguns dos filhos dos proprietários apresentam interesse na reconversão	- Rendas ilegais, não declaradas às Finanças, com insuficientemente fiscalizadas - Perceção negativa da multiculturalidade, frequentemente associada à imigração não regular e à insegurança
Objetivos e expectativas	- Apesar das diferenças e especificidades de cada bairro, graças ao Programa QREN e ao PU prevalece uma ideia de conjunto para a Vertente Sul	- Os objetivos dos proprietários centram-se sobretudo nos seus interesses privados, em detrimento do público, o que poderá dificultar o entendimento entre si, e a implementação de propostas globais e integradas - Desmotivação e desinteresse de alguns proprietários, que se repercute nas suas perceções e expectativas mais negativas
Avaliação do processo de regeneração urbana	- Forte envolvimento político - expectativa que a nova coordenação da equipa responsável pela elaboração do PU e do PAT possa dar um novo impulso e dinâmica ao processo - Avanço da reconversão de alguns bairros, nomeadamente da encosta da luz, poderá motivar os atores envolvidos - Acesso a fundos comunitários - Comparticipação das CAC no custo do programa QREN	- Morosidade e burocracia do processo - Falta de interação entre alguns departamentos da CMO - Falta de articulação entre a administração local, regional e central - Atrasos na entrega de elementos por parte de alguns parceiros - Fraca visibilidade das atividades desenvolvidas e/ou em curso - Imprevisibilidade do resultado do programa QREN, apesar do investimento financeiro avultado - Falta de meios financeiros para implementar algumas das ações previstas no programa QREN (ex. Expropriações) - Dificuldade de cumprimento do prazo previsto de conclusão do programa QREN (setembro de 2012), o que poderá ter impacto financeiro e político
Estratégia e metodologia	- Pluralidade de opiniões e pontos de vista distintos - Possibilidade de elaborar ao mesmo tempo o PU e a revisão do PDM, permitindo ultrapassar alguns constrangimentos e condicionantes territoriais	- Demora na conclusão do estudo geotécnico que está a ser realizado pelo LNEC - Pontos de vista técnicos diferentes sobre o enquadramento jurídico e sequência dos instrumentos de gestão territorial - Falta de clareza para as CAC e proprietários

Domínio	Potencialidades/Oportunidades	Problemas/Ameaças
		dos objetivos dos instrumentos de gestão territorial e seu encadeamento
Perceção das condicionantes	- A possibilidade de revisão das condicionantes em sede de PU e PP	- Dificuldade de explicar aos proprietários afetados as justificações técnicas das áreas com condicionantes - Distância entre as condicionantes do PDM, as suas justificações técnicas e a realidade territorial - Falta de consenso relativamente ao risco de cheia e ao risco geotécnico - Necessidade da realização de novos estudos, com custos financeiros consideráveis

8. ATIVIDADES ECONOMICAS

Como caracterização sócio económica os estudos de caracterização do PUVERSUL adotaram o *“Diagnóstico sócio-económico da Vertente Sul de Odivelas”* de janeiro 2012 desenvolvido CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. para a Câmara Municipal de Odivelas, no âmbito de uma Candidatura do Município ao Eixo 3-Coesão Social do Programa Operacional Regional de Lisboa “Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração da Vertente Sul do Concelho de Odivelas”. Por apresentar um retrato muito e atualizado neste domínio de análise. Considerou-se, por isso, redundante, a realização de novo estudo da mesma natureza num mesmo intervalo temporal.

Por se tratar de um documento próprio fechado apenas transcrevemos as suas conclusões integrando na globalidade o estudo em anexo a este relatório, Anexo II - Estudo Diagnóstico Socioeconómico da Vertente Sul de Odivelas.

8.1. Conclusões e recomendações do Diagnostico sócio-económico da Vertente Sul de Odivelas

Com base no diagnóstico realizado da estrutura empresarial da Vertente Sul de Odivelas, impõe-se a sistematização das principais conclusões que apoiam a definição de estratégias de reestruturação empresarial para este território. As conclusões que aqui se apresentam encontram-se estruturadas tendo em conta as grandes áreas de caracterização do tecido empresarial estabelecidas.

Tecido económico marcado por elevado grau de atomização, com prevalência de microempresas com fraco dinamismo económico e reduzido tempo de implementação no mercado.

278¹. A caracterização das atividades económicas indica um elevado grau de atomização do tecido empresarial, com prevalência de microempresas e empresas de pequena dimensão, com um parco dinamismo económico, uma vez que os volumes de negócios maioritariamente

¹ Corresponde à numeração de parágrafos do estudo transcrito.

não ultrapassam os 25.000€ por ano. Têm também um reduzido tempo de implementação no mercado.

Atesta-se um perfil económico frágil e vulnerável a ambientes económicos recessivos como o atual, embora metade das empresas tenha mostrado uma estabilidade do volume de negócios, nos últimos três anos.

279. A disponibilidade de instalações para arrendamento, embora com débeis condições infraestruturais e de salubridade, conjugada com grandes investimentos recentes nas imediações da área de intervenção, nomeadamente a extensão da linha do metropolitano de Lisboa até Odivelas, tem conferido à Vertente Sul de Odivelas ampla capacidade de atracção de novas empresas, que embora maioritariamente de pequena dimensão atestam a presença de um significativo empreendedorismo.

Todavia, proliferam os constrangimentos ao nível da mobilidade, dadas as elevadas necessidades de reestruturação da via pública e de criação de estacionamento.

Perfil de especialização económica marcado pela concentração de atividades económicas de proximidade e desqualificadas, não obstante, a coexistência de empresas detentoras de maior qualificação e predomínio de situação legal regularizada.

280. O perfil de especialização económica é claramente marcado pela prevalência das atividades económicas de comércio por grosso e a retalho; da reparação de veículos automóveis e motociclos, seguidos pelas de restauração e similares, pelas indústrias transformadoras e ainda pelas de construção, a par de outras atividades de presença mais residual.

Este perfil de especialização, dominado por empresas que proporcionam respostas e serviços de proximidade, é próprio de uma base económica cuja expansão acompanhou as crescentes necessidades de uma área residencial com grande expansão nas últimas décadas.

281. A segregação espacial, mas também socioeconómica, da Vertente Sul de Odivelas tem constituído um ambiente urbano fértil para a localização de empresas que, embora por vezes não apresentem a sua situação totalmente regularizada, apresentam maioritariamente um enquadramento legal e documental regularizado. As situações mais críticas de desvio ao quadro legal em vigor ocorrem nas práticas de contabilidade e na inexistência de inúmeras empresas a funcionar desprovidas de licenciamento específico da atividade económica. Esta

última representa uma situação particularmente crítica por poder comprometer a segurança e a qualidade dos bens e serviços prestados.

Base económica de proximidade, com fraca capacidade competitiva, diminuta incorporação das tecnologias de informação e comunicação, de vantagens comparativas e de frágeis estratégias de modernização.

282. Como corolário do perfil de especialização produtiva configura-se uma base económica própria de espaços urbanos residenciais, onde proliferam empresas que visam responder às necessidades essenciais daqueles que aí residem e trabalham. Próprio destas realidades urbanas, predominam as atividades de menor valor acrescentado, com fraca capacidade competitiva, em geral mal dotada em termos de fatores tecnológicos e conhecimento mais avançados e especializados. Esta fraca valorização tecnológica não pode ser dissociada do domínio de estruturas micro empresariais, orientadas para um mercado local com oferta de bens e serviços predominantemente essenciais, dado que os custos associados, muitas vezes, não justificam o esforço de modernização na criação de serviços.

283. Concomitantemente, identificam-se atividades económicas de maior dinamismo. Trata-se de empresas cujo mercado é não só local como também concelhio e regional, mas também de empresas que evidenciam sinais de internacionalização, ainda que ténues e modestos, com efetiva capacidade de escoamento dos seus produtos e serviços no mercado nacional e estrangeiro. Nestas empresas identificam-se sinais de incorporação de vantagens comparativas, com algumas a integrarem cadeias de produção e produtos vendidos ou serviços prestados com imagem/marca própria. Estas apresentam também algumas estratégias de modernização, fazendo um adequado uso dos meios informáticos para publicitar, informar e divulgar os bens e serviços produzidos, ou simplesmente para comunicar com fornecedores e clientes.

284. Predominando no conjunto das empresas existentes uma oferta orientada exclusivamente para o consumidor final, importa notar que 24% do tecido empresarial apresenta uma situação mista.

Forte dinamismo e pró-atividade empresarial, não obstante, o ambiente menos facilitador da atividade económica.

285. Na atual conjuntura marcada pela consolidação de um ambiente menos facilitador da atividade económica e pela desaceleração do crescimento empresarial, os empresários da

Vertente Sul de Odivelas têm demonstrado uma atitude positiva, com a grande maioria a realizar investimentos ao longo dos últimos três anos. Todavia, este investimento tem registado uma contração. O quadro de investimentos realizados sugere uma maior valorização dos investimentos materiais do que dos investimentos imateriais, com a aquisição de material ou equipamento e as obras de renovação/melhoramento a constituírem o alvo preferencial, em detrimento dos parcos investimentos na formação e qualificação dos recursos humanos.

286. Não obstante este panorama de dinamismo e produtividade empresarial, os anos mais recentes têm sido profícuos no aumento das dificuldades de consolidação e crescimento empresarial, com as empresas a identificarem diversos constrangimentos ao exercício da sua atividade económica. As dificuldades económicas e financeiras surgem como as mais relevantes, em estreita consonância com a prevalência de micro e pequenas empresas, mas também da crescente insolvência de clientes, maiores restrições no acesso ao crédito por parte da banca e da quebra de vendas, dificuldades que se constituem transversais às várias atividades económicas, independentemente do ramo de atividade. A estas acrescem outras dificuldades, que embora menos significativas, merecem particular destaque pela relação às características e problemáticas do território. Trata-se da crescente insegurança, pautada pelo aumento da pequena e média criminalidade, a diminuta limpeza urbana e a própria localização, marcada por um isolamento e estigma negativo.

Bacia de emprego de proximidade, jovem, pouco qualificada e capacitada, com forte presença da comunidade imigrante.

287. A estrutura de emprego da atividade produtiva caracteriza-se por um contingente de mais de cinco centenas de pessoas ao serviço, com colaboradores jovens, maioritariamente com menos de 40 anos.

A representatividade da estrutura dirigente é bastante significativa, uma vez que proliferam as microempresas unipessoais. Trata-se de uma população ativa pouco capacitada, com níveis de instrução débeis a laborar em atividades de baixo rendimento. Relevância das empresas de natureza familiar, com um reduzido número médio de trabalhadores e em que imperam laços de parentesco.

288. A implantação das primeiras empresas nos bairros da VSO² na década de quarenta é coincidente com a instalação dos primeiros residentes. Décadas passadas, as origens do pessoal ao serviço decalcam as dos residentes, sobretudo, oriundos das regiões Centro e Norte do país, embora a Grande Lisboa permaneça como o principal foco. Mais recentemente, a inserção de Portugal nos fluxos migratórios internacionais, trouxeram para a Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, para as suas periferias e espaços urbanos menos qualificados como é o caso da Vertente Sul de Odivelas, imigrantes que aí se instalaram e constituíram o seu negócio. Na área de intervenção, entre a população dirigente, com negócio próprio, importa destacar a presença da comunidade asiática, nomeadamente de populações indianas e paquistanesas e de imigrantes provenientes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Brasil, Guiné-Bissau).

289. A grande volatilidade das atividades instaladas, com reduzidas taxas de sobrevivência das empresas, reflete-se no tempo de permanência dos trabalhadores, cuja antiguidade nas empresas é reduzida. A área de recrutamento da mão de obra é essencialmente de proximidade, cingindo-se em grande medida ao Concelho de Odivelas, com muitos trabalhadores a residirem na Vertente Sul de Odivelas.

290. A área de intervenção manifesta problemas de mobilidade e estacionamento. Por um lado, decorrente das condições inadequadas da rede viária e dos constrangimentos associados à dotação de lugares para estacionamento nas empresas ou nas imediações. Por outro lado, face às condições do espaço público em geral, resultado do crescimento desordenado destes bairros, dificultando a utilização do transporte individual. Apesar do congestionamento de trânsito e da melhoria das acessibilidades proporcionada pelo metro e pela existência de outros serviços de transporte público, persiste uma forte dependência do transporte individual nos fluxos casa-emprego, em detrimento do transporte coletivo. Contudo e face à proximidade entre o local de residência e o local de trabalho, predominam as deslocações a pé.

Vulnerabilidades do território agudizadas pela escassez de ações e de sensibilização com a proteção do ambiente.

² Corresponde a Vertente Sul de Odivelas (ver a lista de siglas e acrónimos do estudo em Anexo II - Estudo Diagnóstico Socioeconómico da Vertente Sul de Odivelas).

291. A génese ilegal da Vertente Sul de Odivelas e a sua marginalização física face ao restante tecido urbano consolidado do concelho acabou por propiciar ténues preocupações com a proteção ambiental entre as empresas que se foram aí localizando.

292. Embora a implementação da triagem de resíduos urbanos se encontre enraizada, a recolha apresenta-se pouco eficiente, não se encontram implementados Sistemas de Gestão Ambiental, que trariam ganhos de eficiência energética e produtiva e dos quais resultariam menores impactes no meio envolvente. A não obrigatoriedade legal da sua implementação é propensa à manutenção desta situação. As condições de salubridade nos bairros não correspondem aos mínimos exigidos, sendo crucial a diminuição da poluição ambiental. Ainda assim, verifica-se alguma preocupação ambiental por parte, principalmente, dos responsáveis por oficinas de reparação automóvel, ao contratarem empresas de recolha de óleos usados, um dos principais resíduos com impactes ambientais graves produzidos pelas atividades da Vertente Sul de Odivelas. De notar a escassez de empresas que referem outros tipos tratamento dos resíduos e efluentes produzidos.

Base económica marcada pela desvalorização da aprendizagem ao longo da vida, coexistindo múltiplos indicadores sintomáticos da fraca cultura de investimento no potencial humano no contexto empresarial e de forte resistência à formação.

293. À semelhança das tendências nacionais de fraca valorização da aprendizagem ao longo da vida em contexto empresarial, também as empresas da Vertente Sul de Odivelas emergem como atividades de desvalorização da aprendizagem e formação contínua ao longo da vida, a avaliar pelo pequeno segmento de empresas com trabalhadores que obtiveram ações de formação, no decurso dos últimos três anos. Assinalando-se uma multiplicidade de fatores explicativos desta desvalorização, verifica-se uma importante relação entre a formação do potencial humano e a dimensão e capacidade económica e financeira das empresas, uma vez que as maiores e com volume de negócios mais elevado têm, geralmente, associadas taxas mais elevadas de trabalhadores com formação.

294. Contudo, os sinais mais evidentes da fraca cultura de investimento no potencial humano consistem na prevalência de empresas com trabalhadores que nunca obtiveram ações de formação durante a sua permanência nessa empresa, bem como de uma fraca conscientização desta necessidade por parte dos dirigentes. Este último fator constitui-se particularmente crítico, na medida em que comprometerá a formação e aprendizagem contínua dos trabalhadores a curto e médio prazo.

295. Perante este quadro de desvalorização do investimento no capital humano, indicativo da ausência de trajetórias de modernização e crescente competitividade por parte das empresas, as ações de formação profissional promovidas nos últimos anos, caracterizam-se por uma reduzida dimensão, com um custo médio diminuto e, embora heterogêneas, revelam uma maior procura de especializações e atualizações técnicas, ainda que o domínio da segurança e higiene no trabalho apresente alguma notoriedade. Trata-se de um perfil de investimento minimalista, marcado pelo reduzido esforço financeiro e fraca flexibilidade quanto à dispensa laboral dos trabalhadores para ações de formação, um investimento que, muitas vezes, decorre da obrigatoriedade legal ou de necessidades operacionais de utilização de novas técnicas ou ferramentas. É a este nível que as empresas consideram a existência de maiores necessidades de formação dos seus recursos humanos, embora manifestando pouco interesse em que as mesmas decorram em horário laboral.

296. A inversão desta tendência confronta-se com múltiplas condicionantes estruturais, tendo sido destacadas, a disponibilidade de tempo laboral, as dificuldades de financiamento das ações de formação por parte das empresas e a disponibilidade de tempo pessoal dos recursos humanos, condicionantes ilustrativos da persistência de uma abordagem tendencialmente tradicionalista, de separação do investimento nas pessoas do investimento nas empresas.

Reduzida disseminação de práticas de saúde, higiene e segurança no trabalho entre o tecido empresarial com reflexos nas condições de trabalho.

297. Muitas empresas têm implementado sistemas de prevenção de riscos profissionais, comprovados pelo reduzido número de acidentes de trabalho assinalados. Ainda assim, apesar da obrigatoriedade de implementação de sistemas saúde, de higiene e segurança no trabalho são numerosas as empresas que não possuem este sistema. Deverá estimular-se uma mudança de atitudes e comportamentos a este nível, com vista à melhoria da qualidade nas condições laborais. Por ser uma área quase exclusivamente composta por microempresas, com poucos trabalhadores, cuja génese se configura muitas vezes rudimentar, a importância destes sistemas poderá ter sido menosprezada.

Comunidade empresarial apreensiva quanto ao futuro da economia local e com reduzida apetência e disponibilidade para investir.

298. As empresas que operam na Vertente Sul de Odivelas apresentam um considerável ceticismo quanto às expectativas futuras da atividade desenvolvida. Há uma manifesta

intenção de retração do investimento, material ou imaterial, para o horizonte temporal imediato, o que terá efeitos multiplicadores negativos na economia local. O receio de investir decorre diretamente do atual contexto de contração do consumo privado e de grande volatilidade nos mercados, mas também do predomínio de uma base económica local sem amplas expectativas de crescimento. Não obstante, identificam-se exceções, como sejam empresas PME líder, empresas com grandes carteiras de clientes e com um volume de negócios significativo.

9. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

O presente Capítulo é integralmente constituído pelo Relatório realizado pela empresa ENGIMIND (Anexo III) para a PERCURSO, de caracterização da rede viária, tráfego e transportes na Área de Intervenção.

Estando datado de agosto de 2010, deve-se referir que, desde então, foi criado o circuito do Voltas Vertente Sul, que estabelece um circuito de autocarro interligando a Vertente Sul a locais chave de Odivelas, melhorando a mobilidade interna na área de Intervenção.



Figura 32: Circuito do Voltas – Vertente Sul

10. INFRAESTRUTURAS

10.1. Abastecimento de Água para Consumo Humano

Caracterização Geral

Nos elementos disponibilizados para a realização do presente estudo foi possível identificar dois grandes grupos de infraestruturas. As redes locais de abastecimento que têm o objetivo de disponibilização de serviços no território municipal, e as redes estruturantes com o objetivo de transporte, que se inserem num contexto e escala supra municipal/metropolitana e atravessam o território sem dependência funcional das redes existentes de abastecimento existentes (Plano Diretor Municipal de Odivelas).

Segundo o Plano Diretor Municipal de Odivelas a origem de água é 98,7% adquirida à EPAL, sendo a restante adquirida a Mafra (0.2%), a Sintra (0.1%) e captada 1,0% no próprio concelho.

Tendo como base a operação censitária de 2001, registou-se uma elevada taxa de cobertura no que diz respeito a alojamentos com água, cerca de 99,51%.

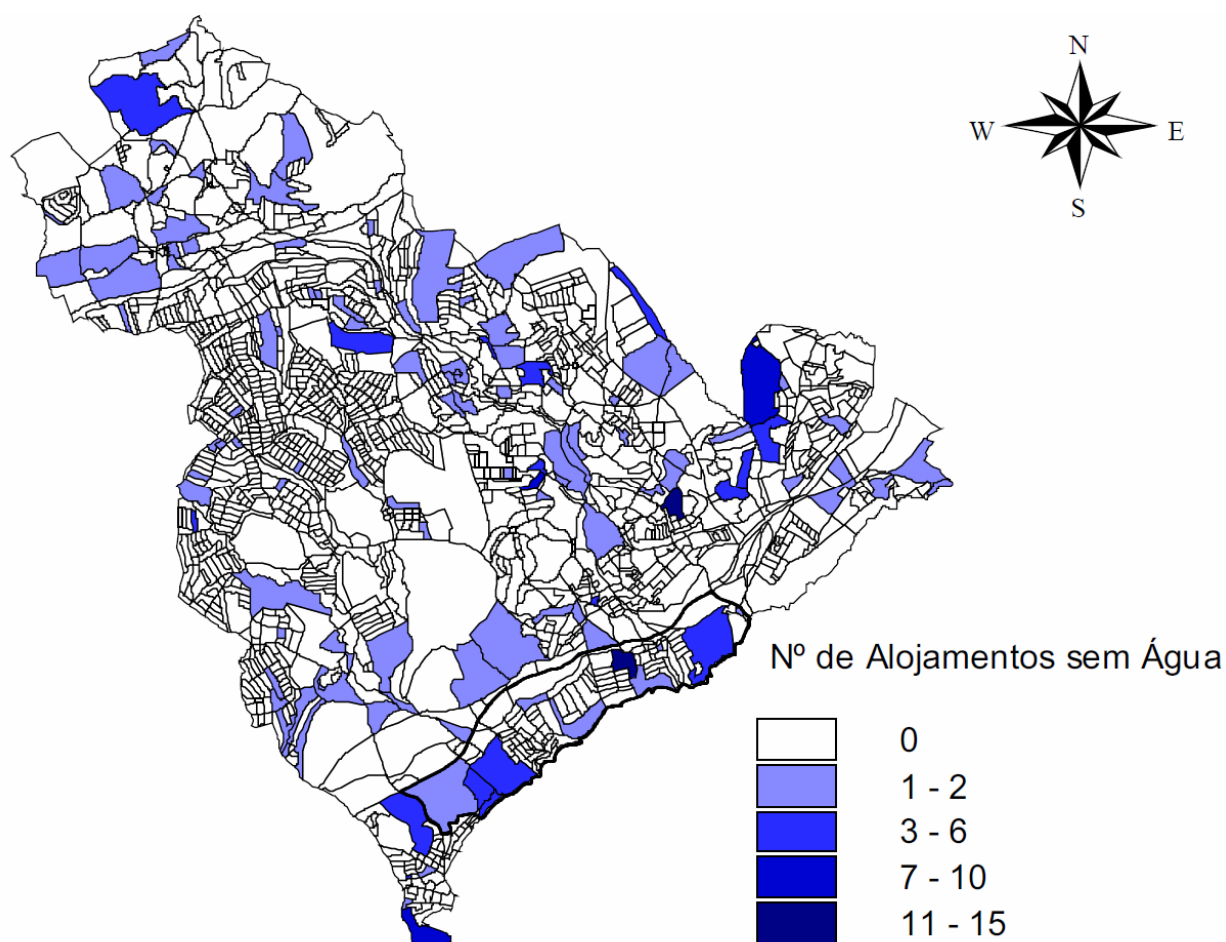


Figura 33. Alojamento sem Água no Concelho de Odivelas

Verifica-se que, praticamente todos os bairros da Vertente Sul apresentavam uma cobertura da ordem dos 100% (segundo informação baseada nos dados do INE). Esta informação, segundo o estudo de “Diagnóstico da Vertente Sul”, não é corroborada pelas consultas efetuadas à entidade gestora da rede.

As redes de distribuição de água para consumo humano dos bairros da Vertente Sul são alimentadas em parte pela rede da EPAL do Bairro Padre Cruz.

Existe um ponto de ligação na zona do Sr. Roubado que alimenta os reservatórios de distribuição a norte da zona em estudo. Admite-se a hipótese de a zona da Vertente Sul de Odivelas estar ligada a estas redes de distribuição de água embora não tenha sido possível a sua confirmação através dos cadastros das redes de distribuição de água existentes.

Existe também uma adutora da EPAL que atravessa a zona da Vertente Sul, a Adutora de Circunvalação mas não é possível confirmar se existe uma ligação desta à rede em baixa.

Quanto às redes de distribuição local é objetivo, transcrito para o Plano Diretor Municipal de Odivelas, que as redes sejam quase todas malhadas, evitando a acumulação de sólidos em tubagens de fim de curso beneficiando a proteção da saúde pública e aumentar a fiabilidade do sistema de distribuição

Os materiais utilizados nas redes instaladas são de um modo geral o fibrocimento e o PVC, encontrando-se em grande parte dos casos em fim de vida. As ocorrências de fugas, com graves consequências para os consumidores, chegam a registar perdas de água superiores a 30%.

De um modo geral a remodelação da rede de abastecimento de água é efetuada com a substituição dos materiais por PEAD, ou similar, com acessório em ferro fundido, do tipo AVK, devidamente protegidas contra os solos agressivos.

Quanto à caracterização das redes propriamente dita salienta-se que a informação presente neste estudo assenta na informação cadastrada. Embora a taxa de cobertura seja praticamente total, verifica-se que o cadastro das redes ainda pouca informação apresenta disponível.

Cadastros Existentes

Segundo o Plano Diretor Municipal de Odivelas o cadastro existente das redes de águas instaladas é razoável, indicando na maior parte dos casos os diâmetros e os materiais, com exceção das zonas dos bairros clandestinos (AUGI).

Dos cadastros existentes da Vertente Sul de Odivelas foi possível verificar, através do levantamento Aerofotogramétrico da Câmara Municipal de Loures [1976], que as AUGI da Quinta das Arrombas e da Serra da Luz são abastecidas por uma rede maioritariamente constituída por Fibrocimento, com alguns troços em PVC. As AUGI da Quinta do Zé Luís e da Encosta da Luz serão parcialmente servidas por esta rede.

Em relação à AUGI designada Quinta do Zé Luís existe diversa informação em relação à Rede de Abastecimento de Água, enquadrada no “*Estudo Prévio de Urbanização*” da GEUR [2004]. Sendo assim, é uma das zonas onde poderão ser parcialmente analisadas as condições de funcionamento hidráulico da rede, tendo em conta que estava prevista a instalação de uma

rede com condutas DN 90. Como não tivemos acesso às Peças Escritas deste documento, não foi possível obter mais informações nem confirmar a sua execução.

Em relação ao Vale do Forno existe informação em relação à Rede de Abastecimento de Água, constante de planta dos SMAS de Loures de 2010. A rede é pequena e compreende tubagens de fibrocimento DN 60 e 80 e PVC DN 63.

Quanto às zonas de Sr. Roubado, Encosta da Luz e a zona da Escola Agrícola Dom Diniz, não foi possível obter informação cadastral apesar do que já foi referido quanto à taxa de cobertura para estas zonas.

10.2. Drenagem de Águas Residuais

10.2.1. Caracterização Geral

De um modo geral constata-se que a cobertura a nível de drenagem de águas residuais domésticas, bem como o seu adequado tratamento é praticamente total. Segundo o “Documento de Enquadramento Estratégico do Sistema Multimunicipal de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Tejo e do Trancão” da PROCESL [2009], as taxas de cobertura da população são as apresentadas na tabela que se segue.

MUNICIPIO	REDE DE DRENAGEM	TRATAMENTO EM “ALTA”	TRATAMENTO EM “BAIXA”
Odivelas	99,1%	97,3%	0,0%

Tabela 2.Taxa de cobertura, com sistemas de drenagem e tratamento, municipal

Esta informação é corroborada pelo Plano Diretor Municipal de Odivelas que indica, segundo a operação censitária de 2001, uma cobertura de 99,69% de alojamentos com infraestruturas de saneamento. Verifica-se também que as zonas sem infraestruturas de saneamento são zonas de menor densidade populacional de reconversão urbanística.

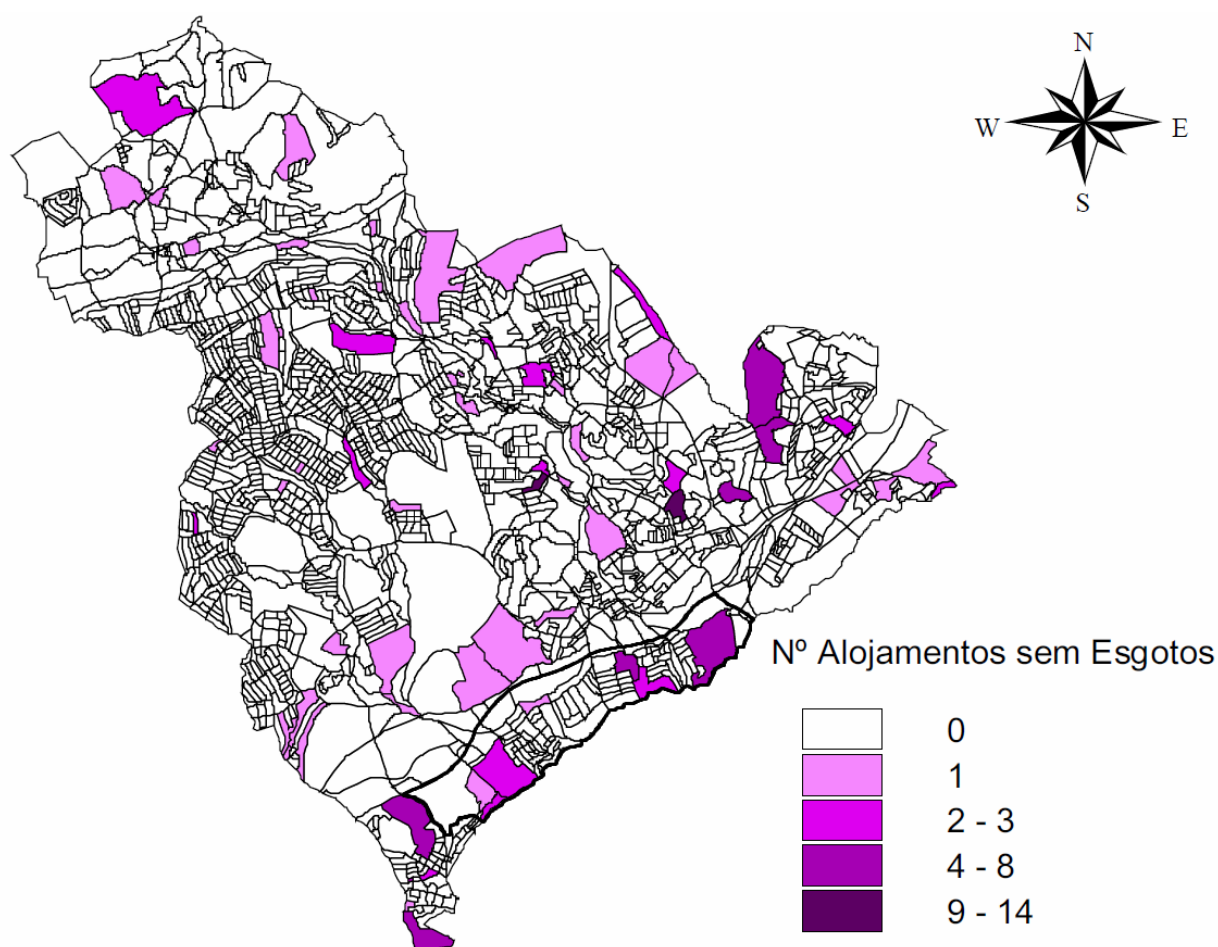


Figura 34. Alojamento sem drenagem de águas residuais domésticas no Concelho de Odivelas

Desta forma pode-se concluir que os problemas mais expressivos, quanto à drenagem de águas residuais domésticas, dizem respeito ao tipo e estado de conservação das redes de drenagem propriamente ditas.

A rede de drenagem em alta é constituída por intercetores e estações de tratamento de águas residuais domésticas e é gerida pela SIMTEJO do Grupo Águas de Portugal.

Segundo o “Documento de Enquadramento Estratégico do Sistema Multimunicipal de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Tejo e do Trancão” da PROCESL [2009], neste sistema em alta destaca-se o facto de o Intercetor do Rio da Costa, construído em 1984 e com intervenções em 1996, apresentar um estado de conservação razoável, não se identificando condicionalismos significantes ao seu correto funcionamento. O intercetor da Serra da Luz – Vale do Forno, apresenta-se nas mesmas condições.

Estando os interceptores nas condições referidas, os principais problemas prendem-se com deficiências ao nível da drenagem na rede em baixa, com a existência de extensas redes de coletores unitários, cuja variabilidade em termos quantitativos da componente pluvial não permite uma eficiente otimização dos processos de tratamento desses efluentes nas respetivas ETAR.

As afluições indevidas, aproveitando as redes de drenagem de águas residuais pluviais existentes para efetuar a drenagem de efluentes domésticos, têm como consequência o encaminhamento desse efluente doméstico não tratado até à descarga na linha de água. A descarga direta na linha de água por parte de construções particulares também contribui para a degradação do meio recetor, mas tendo, estas situações, sido identificadas prevê-se a sua resolução, através de protocolos com os Serviços Municipalizados de Loures e o município de Odivelas.

Com o intuito de fazer face aos problemas identificados prevê-se no Plano Diretor Municipal a reformulação da rede de drenagem unitária, passando a funcionar como rede separativa, separando-se as águas residuais domésticas das águas residuais pluviais.

As informações disponibilizadas para a elaboração do presente estudo apontam para o mau estado de conservação das infraestruturas de drenagem existentes. Tanto no que toca a órgãos de descarga, como caixas de visita e os próprios coletores apresentam um elevado grau de degradação permitindo a contaminação do solo por infiltração, bem como das próprias linhas de água mais próximas, impedindo o encaminhamento dos efluentes recolhidos para a estação de tratamento de águas residuais domésticas. Em muitos casos essa degradação é provocada pela exposição dos betões que constituem essas redes de coletores e infraestruturas aos ácidos sulfurosos provenientes das águas residuais domésticas.

Outro problema identificado é a excessiva existência de sistemas de armazenamento de águas residuais domésticas do tipo fossas estanques, cuja desativação será necessária, com o posterior encaminhamento do efluente doméstico até à rede de drenagem de águas residuais domésticas, preferencialmente por coletores de escoamento gravítico.

Em suma, as informações recolhidas apontam para o mau estado de conservação, e a precisar de remodelação, das redes de drenagem, com instalações deficientes e problemas de escoamento. Neste contexto, as intervenções foram propostas ao nível das infraestruturas de drenagem “em baixa”: execução ou substituição de descarregadores em coletores unitários,

para interceção e controlo de caudais; desativação de fossas estanques; execução de coletores e sistemas elevatórios que permitam a condução dos caudais intercetados até à rede de drenagem de águas residuais domésticas; e a reabilitação ou substituição de coletores degradados.

A reformulação da rede de saneamento, pelos SMAS e pela SIMTEJO, implica alterações de emissários em articulação com processos de licenciamento de Operações Urbanísticas a decorrer na CMO.

Análise dos Cadastros Existentes

No presente estudo são apresentados nas peças desenhadas a compilação dos cadastros das redes de drenagem de águas residuais existentes.

Nestes elementos é possível identificar as redes em alta de drenagem de águas residuais, constituídas pelo Intercetor do Rio da Costa, Intercetor Vale do Forno, Intercetor da Pontinha. Estes intercetores fazem o transporte dos efluentes até às respetivas estações de tratamento de águas residuais.

Da rede em baixa distinguem-se as redes de drenagem de águas residuais domésticas, pluviais e redes unitárias, bem como os seus diâmetros e materiais que constituem esses coletores. É possível identificar também algumas descargas na linha de água de redes de drenagem que, pela componente domésticas, constituem redes unitárias.

Por comparação com os elementos disponibilizados no documento do Plano Diretor Municipal, no que respeita às zonas identificadas como tendo alojamentos sem esgotos, verifica-se que nem sempre são coincidentes com a existência de cadastro de redes. Destaca-se a zona da Encosta da Luz que embora a informação seja da existência de uma totalidade de alojamentos com esgotos, não foram encontrados cadastros da respetiva rede de drenagem de águas residuais domésticas.

Na zona de Vale do Forno verifica-se que existem duas redes principais, em grês e betão, que estão já a desaguar no Intercetor de Vale do Forno, providenciando o correto encaminhamento do efluente para a respetiva estação de tratamento.

As descargas cadastradas da AUGI da Quinta do Zé Luís apresentam apenas componente pluvial, pertencendo a uma rede separativa já reconstruída, cumprindo com o objetivo presente

no Plano Diretor Municipal. Não se confirmou o encaminhamento do efluente da rede de drenagem de águas residuais domésticas para o Intercetor de Vale do Forno.

A zona da Serra da Luz apresenta ainda uma rede de drenagem mista, com zonas claramente de redes separativas e zonas ainda com redes unitárias de drenagem, tornando-se necessária a sua reformulação. As descargas destas redes foram remodeladas passando a efetuar-se o encaminhamento do efluente para o Intercetor do Rio da Costa. Pela sua característica de drenagem mista, esta rede é claramente responsável pelo encaminhamento de uma forte componente pluvial para a estação de tratamento, situação que terá de ser alvo de correção.

Na Quinta das Arrombas, e mediante a análise do respetivo cadastro, verifica-se que a rede pluvial descarrega no rio da Costa, a rede de águas residuais domésticas no Intercetor e a rede unitária, após um descarregado existente também aflui àquele intercetor.

10.3. Redes de Distribuição de Energia Elétrica

A zona de intervenção é servida por uma rede de postos de transformação (PT) disseminados pelos diversos bairros da Vertente Sul.

São alimentados a partir de redes de média tensão (MT) de 10 e 15 kV, estabelecidas em disposição aérea e subterrânea.

As redes de distribuição em baixa tensão (BT) encontram-se estabelecidas em configurações aéreas, subterrâneas e mistas.

As redes aéreas são suportadas em apoios de betão e nas fachadas dos edifícios em disposição contínua. Correspondem aos locais de instalação mais antiga ou de construção mais dispersa.

As redes subterrâneas são organizadas a partir dos PT's e armários de distribuição de energia. Correspondem às zonas de instalação mais recente e de construção mais densa.

As redes de iluminação pública acompanham as redes de distribuição BT. Utilizam os apoios das redes aéreas e as fachadas e empenas dos edifícios para colocação das luminárias, no caso das redes aéreas. No caso de redes subterrâneas utilizam-se também colunas metálicas

específicas, com alturas variáveis, para suporte de luminárias ao longo dos arruamentos cobertos por essas redes.

Embora a cobertura dos diversos bairros da Vertente Sul seja praticamente total, verifica-se que os cadastros disponíveis das redes contêm pouca informação ou são mesmos omissos para alguns locais.

10.4. Redes de Gás

Pretende-se neste capítulo proceder à caracterização da situação atual das redes existentes de gás em toda a área de intervenção.

Após uma análise aos elementos disponibilizados pela Câmara Municipal de Odivelas, pela Lisboa Gás e de visitas ao local, para a realização do presente estudo, não foi possível identificar qualquer tipo de rede de distribuição de Gás na área em estudo.

A fim de se poder avaliar com mais detalhe a cobertura das redes na área de intervenção, foi elaborada a peça desenhada A10.5, com os elementos disponibilizados pela Lisboa Gás.

Confirma-se assim a não existência de redes na área em estudo verificando-se apenas redes de distribuição de gás a norte do IC 17.

10.5. Redes de Distribuição de Telecomunicações

A zona de intervenção é servida por redes de telecomunicações dos tipos aéreo e subterrâneo.

As redes de tipo aéreo, que cobrem a maior parte dos locais, são suportadas em apoios de madeira ou adossadas às fachadas dos edifícios e são executadas com cabos do tipo TE1HES.

As redes existentes nalguns locais de construção mais recente são do tipo subterrâneo, estabelecidas com condutas de PVC ou PEAD, intersetadas por caixas de visita permanente do tipo NR, utilizando cabos do tipo TE1HE.

Os pontos de distribuição (PD), com capacidades adequadas às necessidades das respetivas zonas, são localizados conforme as necessidades, e distribuídos ao longo dos traçados.

A cobertura dos diversos bairros da Vertente Sul é praticamente integral, mas os cadastros disponíveis das redes contêm pouca informação ou são mesmo omissos para alguns locais.

11. PATRIMÓNIO CULTURAL

Na área de intervenção, existe apenas um imóvel classificado de interesse público, que corresponde ao Padrão do Senhor Roubado. Este imóvel situa-se a nordeste da área de intervenção, junto da estação do metropolitano.

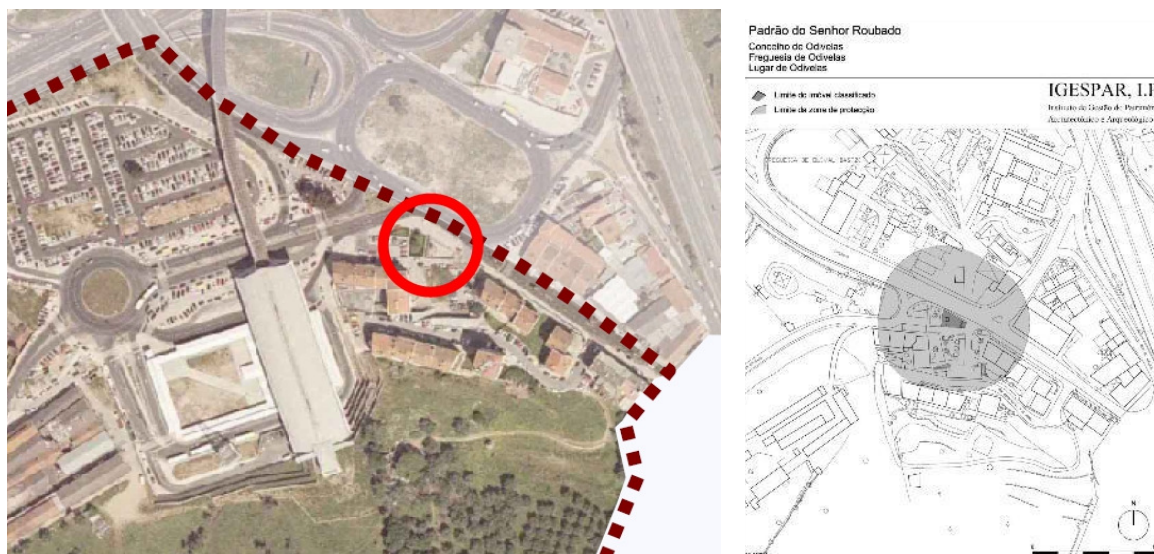


Figura 35: Localização do Padrão do Senhor Roubado na área de intervenção (fonte: produção própria) e limite do imóvel classificado e da zona de protecção (fonte: site do IGESPAR)



Figura 36: Fotos do Padrão do Senhor Roubado

Fonte: site da CM Odivelas

Enquadra-se na categoria de “Arquitetura Civil” e na tipologia de “Padrão” e encontra-se classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 37 077, DG, I Série, n.º 228, de 29-09-1948.

12. ACUSTICA

A apresentação da caracterização acústica e desenvolvimento dos mapas de ruído da situação existente terá como base as cartas de ruído desenvolvidas no âmbito da elaboração do PDMO

A área em estudo apresenta como principais fontes de ruído as rodovias no interior e na envolvente da área do Plano, (nomeadamente IC17), algumas unidades industriais (próximas do IC17) e a linha de metropolitano.

Estes pontos de ruído integram as cartas desenvolvidas no âmbito do PDMO dai que não se perspetive alterações significativas ao zonamento feito à escala do PDM.

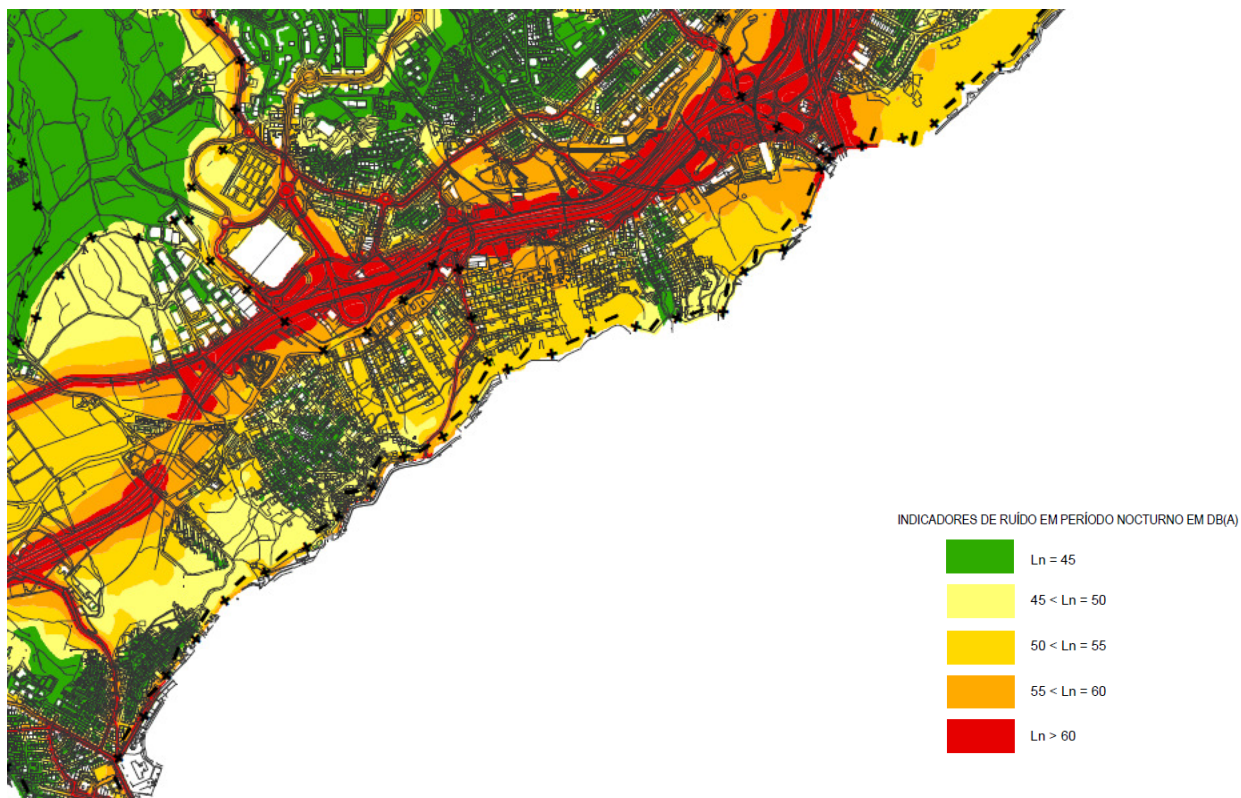


Figura 37: período Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)

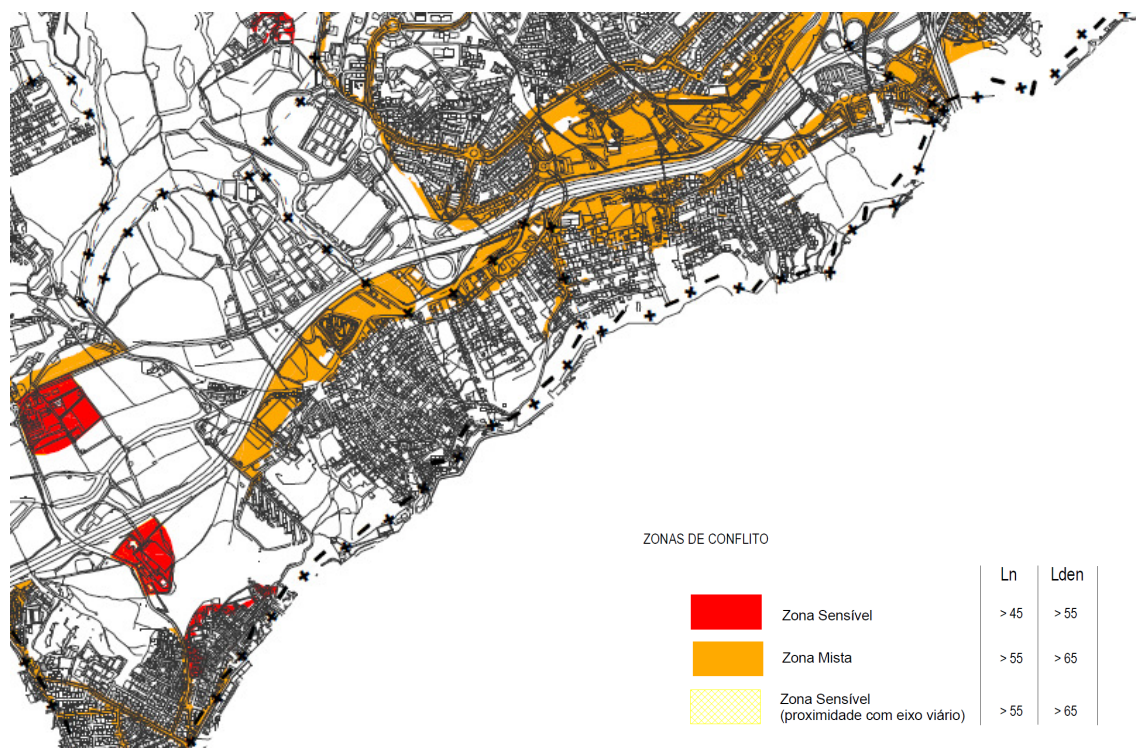


Figura 38: Mapa de zonas de conflitos período Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)

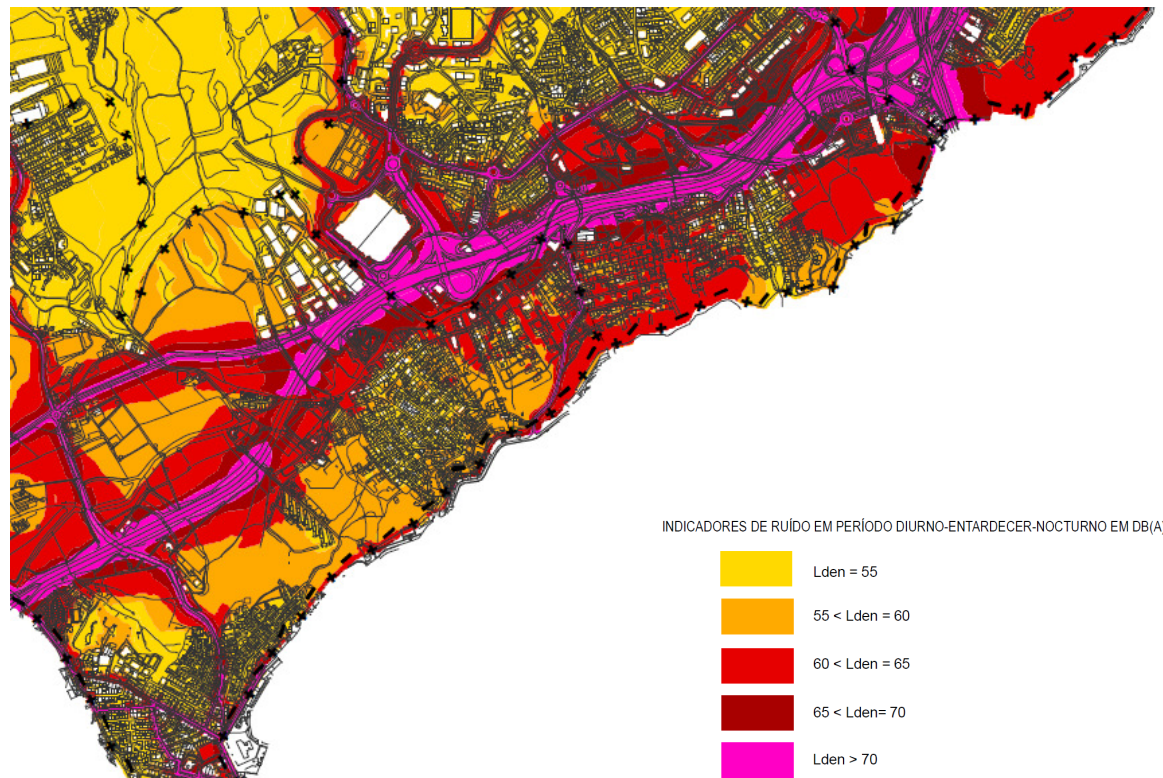


Figura 39: Período Diurno-Entardecer-Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)

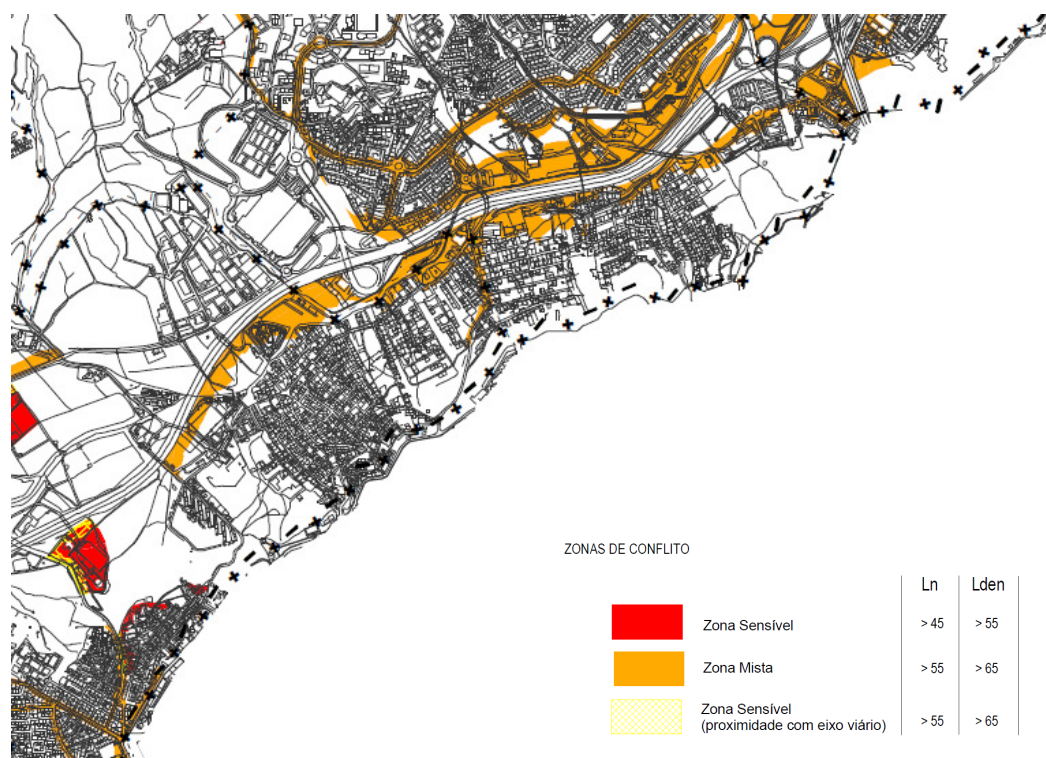


Figura 40: Mapa de zonas de conflitos período Diurno-Entardecer-Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)

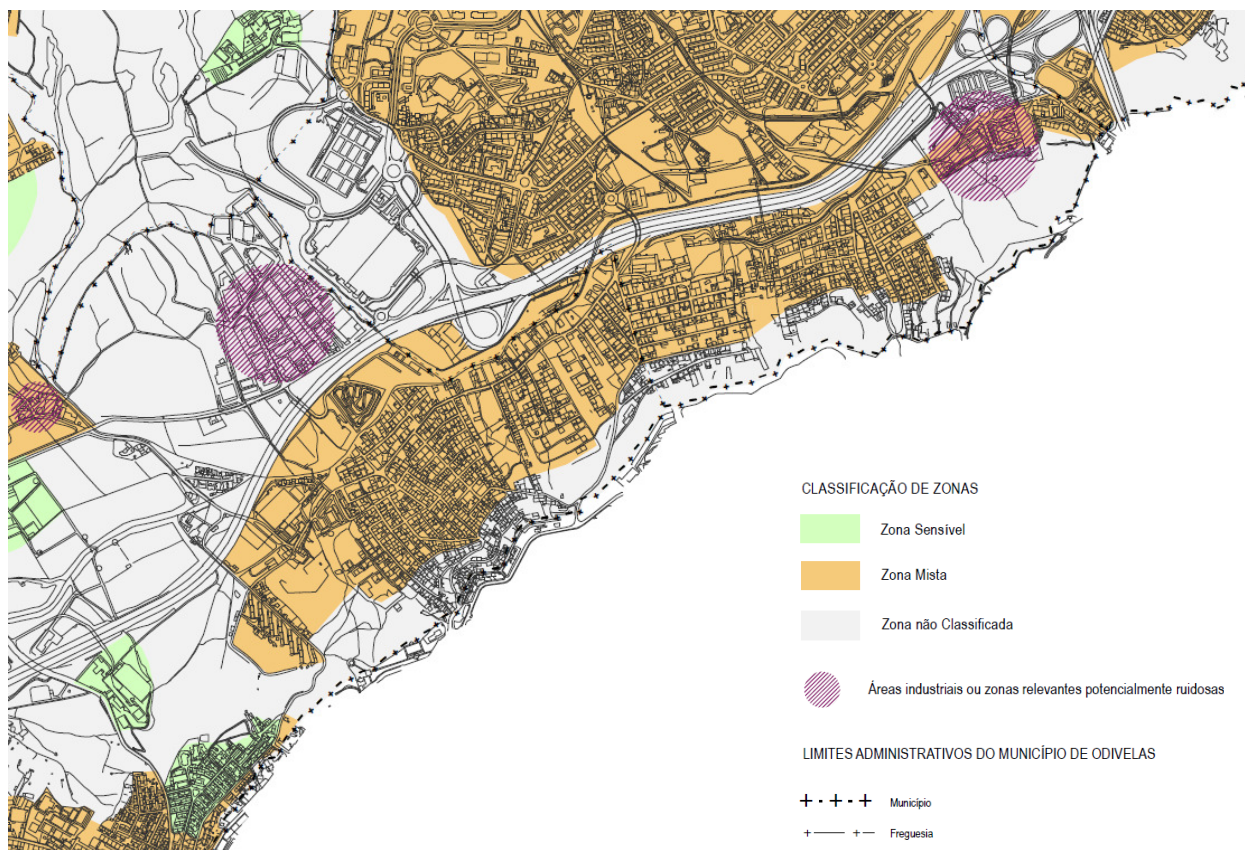


Figura 41: Extrato da planta de ordenamento classificação zonal do ruído da revisão do PDMO (versão maio 2011)

O regulamento do PDM em revisão indica como proposta de regulamento as seguintes indicações:

Artigo 52º Gestão municipal do ruído

1. Nas ações de planeamento e gestão bem como em qualquer ocupação e uso em todo o território aplica-se o Regulamento Geral do Ruído (RGR) e em conformidade com a classificação zonal do ruído no território definida na Planta de Ordenamento - Classificação Zonal do Ruído e com as respetivas disposições normativas específicas integrantes de regulamento municipal.

2. O território está classificado nas seguintes zonas acústicas:

a) Zona Sensível – área vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de

comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno;

b) Zona Mista: área cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível;

c) Zona Não Classificada:

i) área onde, excetuando o referido em ii), podem ocorrer recetores sensíveis isolados cuja gestão ou licenciamento são regulados conforme estabelece o RGR para os recetores não integrados em zonas classificadas;

ii) o licenciamento de recetores sensíveis em Espaços de Ocupação Turística é regulado conforme estabelece o RGR para zonas sensíveis.

3. Para efeitos de autorização e licenciamento de ocupação e usos em cada uma das zonas classificadas ou, ainda, quando ocorram nas zonas não classificadas, delimitadas de acordo com a Planta de Ordenamento – Classificação Zonal do Ruído, consoante a sua natureza, deve verificar-se previamente que não estão sujeitos a, nem o seu impacte no local gerará, em termos de ruído ambiente exterior, valores superiores ao estabelecido no RGR.

4. No licenciamento de recetores sensíveis em Espaços de Ocupação Turística devem respeitar-se os parâmetros de ruído ambiente exterior relativos a Zona Sensível.

5. As situações existentes e as novas intervenções onde sejam detetadas conflitualidades face à lei, devem ser objeto de projeto e planos de redução de ruído, considerando-se ser prioritário intervir nas situações em que o ruído ambiente exterior exceda em mais de 5 dB(A) os valores limite fixados pela lei para as zonas sensíveis e mistas.

6. A CMO deve desenvolver e manter um sistema municipal de monitorização e gestão do ruído no território, baseado na Carta do Ruído, planos e medidas de redução de ruído, Plano Estratégico do Ruído e subsequentes planos de ação, nos termos da legislação aplicável e regulamentação municipal específica.

7. Compete à CMO a apreciação das soluções adotadas pelos vários atores envolvidos no processo de regularização das situações de conflito de ruído ambiente exterior.

8. As operações urbanísticas que se localizem em zonas de conflito devem incluir e dar execução a estudos e planos devidamente fundamentados, cujas medidas de minimização e

melhoria do ambiente acústico exterior prevejam a redução do ruído para valores legalmente admissíveis.

9. As medidas referidas no número anterior devem ser executadas e testadas com a apresentação de relatório, a cargo do respetivo promotor e aprovadas pela CMO, apenas sendo autorizadas as obras de urbanização ou edificação.

10. O Mapa do Ruído está sujeito a revisão periódica de 4 anos.

Assim a proposta de zonamento a desenvolver no âmbito deste plano deverá assegurar as medidas necessárias à salvaguarda das restrições impostas pela classificação zonal para este território.

Depois da proposta de plano estabilizada será avaliada a necessidade de elaborar mapas de ruído da situação futura.

Índice das Figuras

Figura 1: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1960 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	3
Figura 2: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1965 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	4
Figura 3: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1977 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	5
Figura 4: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1982 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	6
Figura 5: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 1989 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	7
Figura 6: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 2005 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	8
Figura 7: Reconstituição da ocupação da área de intervenção em 2011 com base nas fotografias aéreas da mesma data.....	9
Figura 8: Dimensão média do cadastro original (por hectares) na área de intervenção	10
Figura 9: Identificação do regime de propriedade do bairro de Santa Maria – casas de São José	11
Figura 10: identificação do regime de propriedade do bairro de Santa Maria – casas do Menino de Deus	12
Figura 11: Levantamento do número de pisos no bairro do Vale do Forno	15
Figura 12: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro do Vale do Forno.....	15
Figura 13: Levantamento dos usos no bairro de Vale do Forno.....	16
Figura 14: Levantamento do número de pisos no bairro da Encosta da Luz	18
Figura 15: Levantamento dos usos no bairro da Encosta da Luz.....	19
Figura 16: Levantamento do número de pisos no bairro da Quinta do José Luís	22
Figura 17: Levantamento dos usos no bairro da Quinta do José Luís	23
Figura 18: Levantamento do número de pisos no bairro da Serra da Luz	26
Figura 19: Levantamento dos usos no Bairro da Serra da Luz	27
Figura 20: Levantamento do número de pisos no bairro da Quinta das Arrombas	30
Figura 21: identificação das tipologias de habitação do bairro de Santa Maria – casas do Menino de Deus	33
Figura 22: Identificação das tipologias de habitação do bairro de Santa Maria – casas de São José.....	34
Figura 23: proposta de ocupação para o bairro do Vale do Forno	35
Figura 24: Proposta de ocupação para o bairro da Encosta da Luz.....	36

Figura 25: Proposta de ocupação para o bairro da Quinta das Arrombas	37
Figura 26 – Áreas de estudo para a análise dos bairros (Censos 2001 e 2011)	41
Figura 27 – Sobreposição das áreas de estudo consideradas para os bairros (Censos 2001 e 2011).....	42
Figura 28 – Extrato da Carta Educativa do Concelho de Odivelas, 2007.....	69
Figura 29 – Extrato da Carta Desportiva do Concelho de Odivelas, 2007	70
Figura 30: Extrato da Planta de equipamentos e serviços de saúde do PDM proposto de Odivelas, 2008	70
Figura 31: Planta das Ações com tradução territorial do Programa de Ação Territorial parcerias para a Regeneração Urbana do Concelho de Odivelas.....	71
Figura 32: Circuito do Voltas – Vertente Sul	83
Figura 33. Alojamento sem Água no Concelho de Odivelas	85
Figura 34. Alojamento sem drenagem de águas residuais domésticas no Concelho de Odivelas	88
Figura 35: Localização do Padrão do Senhor Roubado na área de intervenção (fonte: produção própria) e limite do imóvel classificado e da zona de proteção (fonte: site do IGESPAR).....	94
Figura 36: Fotos do Padrão do Senhor Roubado	94
Figura 37: período Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009).....	95
Figura 38: Mapa de zonas de conflitos período Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)	96
Figura 39: Período Diurno-Entardecer-Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)	96
Figura 40: Mapa de zonas de conflitos período Diurno-Entardecer-Noturno da Revisão do PDMO (versão novembro de 2009)	97
Figura 41: Extrato da planta de ordenamento classificação zonal do ruído da revisão do PDMO (versão maio 2011).....	98

Índice dos Gráficos

Gráfico 1: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro da Encosta da Luz	19
Gráfico 2: Distribuição do número de pisos por número de edifícios no bairro da Serra da Luz	26
Gráfico 3: População residente na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)	43
Gráfico 4: Percentagem da população residente na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)	43
Gráfico 5: População residente na área de intervenção, por bairros (Censos 2001 e 2011)	44
Gráfico 6: Densidade populacional na área de intervenção, por bairros (Censos 2011)	45
Gráfico 7: População residente na área de intervenção, por género (Censos 2001 e 2011)	45
Gráfico 8: População residente na área de intervenção, por género e por bairros (Censos 2011)	46
Gráfico 9: População residente na área de intervenção, por grupo etário (Censos 2001)	46
Gráfico 10: População residente na área de intervenção, por grupo etário e por bairros (Censos 2001)	47
Gráfico 11: População residente na área de intervenção, por grupo etário e por AUGI (CLDS, 2009)	48
Gráfico 12: Índices de dependência e de envelhecimento, por AUGI (dados trabalhados a partir de CLDS, 2009)	49
Gráfico 13: População residente não portuguesa na área de intervenção, por AUGI (CLDS, 2009)	50
Gráfico 14: População residente não portuguesa na área de intervenção, por continente de origem e por AUGI (CLDS, 2009)	50
Gráfico 15: Famílias clássicas na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)	52
Gráfico 16: Famílias clássicas na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011)	52
Gráfico 17: Dimensão média da família, por bairro (Censos 2011)	53
Gráfico 18: População residente, por nível de instrução e por bairro (Censos 2001)	54
Gráfico 19: População residente, por nível de instrução e por AUGI (CLDS, 2009)	55
Gráfico 20: População ativa residente nas AUGI, por condição perante a atividade económica (dados trabalhados a partir de CLDS, 2009)	56
Gráfico 21: População ativa residente nas AUGI, por setor de atividade económica (Censos 2001)	56
Gráfico 22: População ativa nas AUGI, por profissão, excluindo domésticas e estudantes (CLDS, 2009)	57
Gráfico 23: População ativa nas AUGI, por proveniência dos rendimentos (CLDS, 2009)	58
Gráfico 24: Edifícios na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)	59
Gráfico 25: Edifícios na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011)	60
Gráfico 26: Densidade construtiva na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)	61
Gráfico 27: Proporção de edifícios clássicos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001)	61
Gráfico 28: Edifícios na área de intervenção, por número de pavimentos (Censos 2001)	62

Gráfico 29: Edifícios na área de intervenção, por número de pavimentos e por bairro (Censos 2001).....	63
Gráfico 30: Edifícios na área de intervenção, por época de construção (Censos 2001).....	63
Gráfico 31: Edifícios na área de intervenção, por época de construção e por bairro (Censos 2001)	64
Gráfico 32: Alojamentos na área de intervenção (Censos 2001 e 2011)	64
Gráfico 33: Alojamentos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001 e 2011).....	65
Gráfico 34: Proporção de alojamentos clássicos na área de intervenção, por bairro (Censos 2001).....	66
Gráfico 35: Densidade habitacional na área de intervenção, por bairro (Censos 2011)	67
Gráfico 36: Alojamentos na área de intervenção, por disponibilidade de infraestruturas básicas e por AUGI (Censos 2001)	68
Gráfico 37: População residente na área de intervenção, por nível de relações de vizinhança (CLDS, 2009)	72

Índice das Tabelas

Tabela 1: Distribuição da população por nacionalidade, por AUGI (CLDS, 2009)	51
Tabela 2.Taxa de cobertura, com sistemas de drenagem e tratamento, municipal	87